**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ENGENHARIA
AMBIENTAL**

ANTONIVALDO DE JESUS

**IMPLANTAÇÃO DO AHE-ESTREITO, RIO TOCANTINS/TO-MA: DIMENSÕES
TERRITORIAIS E IDENTITÁRIAS DA AFETAÇÃO**

**São Carlos/SP
2013**

ANTONIVALDO DE JESUS

**IMPLANTAÇÃO DO AHE-ESTREITO, RIO TOCANTINS/TO-MA:
DIMENSÕES TERRITORIAIS E IDENTITÁRIAS DA AFETAÇÃO**

**Tese apresenta à Escola de Engenharia
de São Carlos (EESC) da Universidade
de São Paulo (USP) para a obtenção do
título de Doutor em Ciências da
Engenharia Ambiental**

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Montaña

**São Carlos/SP
2013**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

J58i Jesus, Antonivaldo de
Implantação do AHE-Estreito, rio Tocantins/TO-MA:
dimensões territoriais e identitárias da afetação /
Antonivaldo de Jesus; orientador Marcelo Montañó. São
Carlos, 2013.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Engenharia Ambiental e Área de Concentração
em Ciências da Engenharia Ambiental -- Escola de
Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,
2013.

1. Território. 2. Identidade. 3. Aproveitamento
hidrelétrico. 4. Impactos socioambientais. I. Título.

2

Dedico este trabalho à Valdirene, minha esposa, sempre presente em
minha trajetória de vida e, neste momento de tese, essencial.
Dedico também à Tayná e Tamires, minhas filhas. Apesar da pouca idade
sempre foram enormes fontes de energia, inspiração e motivação.

AGRADECIMENTOS

Fazer agradecimentos ao final de uma tese parece ser tarefa simples, mas não é. Isto porque no decorrer da pesquisa nos envolvemos com pessoas e instituições que contribuem de alguma forma para a execução da mesma. Espero aqui não correr o risco de esquecer de nomear alguém ou alguma instituição.

Meus sinceros agradecimentos:

Em especial à minha mãe Maria Helena de Jesus e minha tia Maria das Graças Mariano que não mediram esforços em se deslocar do MS para TO e SP para proporcionar à nossa família mais segurança e conforto nos momentos de tese;

Ao Professor Dr. Marcelo Montañó, orientador e acima de tudo amigo, pelas orientações, pelo companheirismo e pela compreensão dos problemas durante a tese;

Ao amigo e Professor Dr. Júlio Cezar Ribeiro/UFMS pelas importantes orientações acerca da tese;

Ao amigo e Professor Dr. Vanderlei Mendes de Oliveira/UFT por mediar e possibilitar as entrevistas na Aldeia Abacaxi (Apinayés);

À amiga e Professora Dr^a. Regina Padovan/UFT que juntamente com Vanderlei nos acolheu em sua residência durante parte do trabalho de campo em Tocantinópolis/TO;

Ao amigo e Professor Dr. Elias da Silva pelas conversas sobre a pesquisa, pelo acolhimento em sua residência em Araguaína/TO e pelo dia de campo na execução de algumas entrevistas;

Ao amigo e Professor Dr. Carlos Augusto Machado/UFT pela cessão de artigos e fotografias do Parque Natural de Árvores Fossilizadas/TO;

À UFT/Arraias por proporcionar meu afastamento parcial para o doutoramento no Crhea/EESC/USP;

Ao PPGSea/EESC/USP por proporcionar parte das condições para execução da pesquisa;

Ao Licenciado em Geografia e amigo Fred Amorim e seus filhos por nos conduzir de barco até a Ilha de São José e pelos caminhamentos na mesma;

Aos amigos oriundos do MS e hoje companheiros de trabalho na UFT, Prof. Dr. Êmerson Leite e sua esposa Dra. Elisângela pelo auxílio e companheirismo dispensados;

Aos amigos do PPGSea/EESC/USP pelas discussões e conversas sobre as pesquisas, dos problemas do programa e também do compartilhamento dos problemas e angústias individuais, em especial a Valdir Specian;

Aos amigos da república em São Carlos pelas acolhidas no final de Tese: Guto Hashimoto, Érick Fonseca, Eleri e Gustavo Zen (sempre com tereré);

Aos amigos em Arraias/TO - Ruimar, Helena (Lagoa da Pedra) e suas respectivas famílias. Edilson, Rita e filhos pelo incentivo e companheirismo durante a tese. Gilberto/Edmárcia e Rubinsteine/Jordânia pelas valiosas contribuições dadas a nós em momentos difíceis deste percurso;

Aos professores do PPGSea pelo acolhimento e disposição na solução de problemas;

Ao Nelson Tessarin e Zé Luis Chiareto, secretários do PPGSea e Claudete Poianas (hoje no PPGSep) pela presteza e atenção dispensados;

Aos funcionários do Crhea, dentre eles, Dona Suemi Cezarino pelo zelo com os espaços de estudos e ao "Cidão" - Aparecido Calderoni Iniesta e Regina sempre caprichosos com as refeições;

Ao INCRA representado por Eleusa Gutemberg e Luís Amado pelas informações e documentos sobre os reassentamentos e processos decorrentes da implantação da UHE-Estreiro;

Aos meus alunos da UFT do Câmpus de Arraias pela compreensão da ausência nesta fase final de tese;

Finalizamos com um agradecimento especial aqueles que são submetidos a uma ruptura do seu modo de vida impetrado por empreendimentos ditos "de desenvolvimento". Os sujeitos sociais que se dispuseram em ceder informações pessoais e coletivas para compor esta tese. Sem eles, esta pesquisa não poderia ser concluída.

RESUMO

JESUS, A. de. **Implantação do AHE-Estreito, rio Tocantins/TO-MA: dimensões territoriais e identitárias da afetação.** 2013. Tese (Doutorado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

As políticas adotadas pelo Brasil para promover o seu desenvolvimento tem sido ancoradas pela produção de energia por aproveitamentos hidrelétricos. Estes empreendimentos são colocados como carros-chefe dos pacotes governamentais amparados por um discurso hegemônico de que a energia produzida pelos mesmos é "limpa e renovável". Para isto, basta observar os planos nacionais de energia para as próximas décadas, bem como os diferentes projetos em andamento no Brasil, como Jirau e Santo Antonio (rio Madeira) em Rondônia, Belo Monte (rio Xingu) e o Complexo Tapajós (rio Tapajós) ambos no estado do Pará na Amazônia Legal. Porém, na esteira da instalação destes empreendimentos, diferentes impactos são desencadeados afetando principalmente as populações tradicionais destes territórios. Para entender a intensidade destes, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de verificar, a partir da implantação do AHE-Estreito, os desdobramentos do processo de desterritorialização forçada das comunidades tradicionais afetadas, bem como a perda de suas identidades desencadeada pela ruptura de suas territorialidades. Para atingir os objetivos propostos apropriou-se de diferentes procedimentos metodológicos, dentre eles a utilização da rede de interações de Sorensen, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, trabalho de campo, fotodocumentação, entrevistas e relatos orais. Das interpretações dos dados obtidos, foi possível verificar que a desterritorialização ocasionou sinergicamente a disrupção social dos afetados, pois as perdas territoriais implicaram na perda de referenciais culturais, onde o território é composto por signos, símbolos e representações que impingem a construção da identidade. No contexto supra, esta identidade está sendo perdida pela destituição dos sujeitos dos seu territórios. É necessária uma política mais séria, e com maior rigor, referente ao acompanhamento de construção de empreendimentos do porte do AHE Estreito. Verificou-se que a reflexividade institucional é baixa diante de projetos componentes da modernidade, pois não dá conta dos desdobramentos advindos de sua instalação e proporciona mais insegurança nas relações sociais e institucionais, tendo como reflexos os impactos negativos recaídos sobre populações tradicionais/locais. O modelo mostrou ser insuficiente, marcado por uma ação burocratizada respaldada pelas normas e leis, desvinculada das reais necessidades dos afetados que não os incorpora nos processos decisórios sobre a produção de energia. É preciso possibilitar uma forte discussão ampliada sobre outras fontes e potencialidades de uso, em consonância com o respeito às comunidades tradicionais no Brasil, para que possamos reacender, de fato, um debate hegemonicamente visto como já decidido e minorar os impactos junto aos afetados.

Palavras-chave: território, identidade, aproveitamento hidrelétrico, impactos socioambientais

ABSTRACT

JESUS, A. de. Deployment-AHE Strait, river Tocantins / TO-MA: territorial dimensions of identity and affectation. 2013. Thesis (Doctorate) – School of Engineering of São Carlos, University of São Paulo, São Carlos, 2013.

The policies adopted by Brazil in order to promote its development has been anchored by the energy produced by hydroelectric use. These developments are placed as flagships of governmental packets backed by a hegemonic discourse that the energy produced by them is "clean and renewable". For this, simply observe the national energy plans for the coming decades, as well as the various projects underway in Brazil, as Jirau and Santo Antonio (Madeira river) in Rondônia, Belo Monte (Xingu River) and Complexo Tapajós (Tapajós) both in the state of Pará, and in the Amazônia Legal. However, in the trail of these enterprises, different impacts are triggered affecting populations of these traditional territories. To understand the intensity of these impacts, this research was accomplished in order to verify since the implementation of AHE-Strait, the unfolding of the process of forced dispossession of traditional communities affected, as well as the loss of their identities triggered by the disruption of their territorialities. To achieve the proposed objectives, this research appropriated from different methodological procedures, including the use of the network of interactions Sorensen, literature, documentary research, field work, photo documentation, interviews and oral histories. From the interpretations of the data, we found that the deterritorialization synergistically has caused social disruption affected. It happened because the territorial losses resulted in the loss of cultural references, where the territory is composed of signs, symbols and representations that impinge upon the construction of identity. In the above context, this identity is being lost by the removal of the subject from their territories. It is needed a more serious and more accurately policy of monitoring and construction of projects from the size of AHE Estreito. It was found that institutional reflexivity is low regarding to the project's components, for it does not cover the consequences arising from their installation and provides more insecurity in social and institutional relations, having as reflexes the negative impacts on traditional/local populations. The model proved to be insufficient, marked by an action supported by bureaucratic rules and laws, detached from the real needs of those affected than those incorporated in decision-making on energy production. It is important to enable a strong discussion about other sources and potential uses, consistent with respect for traditional communities in Brazil, thus we can rekindle indeed a debate hegemonically seen as already decided and mitigating the impacts from those affected.

Keywords: territory, identity, hydroelectric use, environmental impacts

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Área de estudo.....	31
Figura 02	Vista à montante da Ponta da Ilha de São José.....	36
Figura 03	Área de extração de babaçu/Comunidade Palmatuba.....	37
Figura 04	Área de extração de argila/Comunidade Palmatuba.....	38
Figura 05	Plantação de milho e banana em área de vazante na Ilha de São José.....	39
Figura 06	Contexto da vazante na Ilha de São José.....	39
Figura 07	Colônia de pescadores Z-35 em Estreito/MA.....	40
Figura 08	Fóssil de <i>Psaronius brasiliensis</i> fragmentado.....	43
Figura 09	Canteiro de obras do AHE Estreito.....	48
Figura 10	Vertedouro.....	48
Figura 11	Fases da pesquisa.....	51
Figura 12	Madeiras transportadas para o novo território.....	107
Figura 13	Estacas divisórias e rolo de arame deixados na área de origem - Ilha de São José.....	108
Figura 14	Áreas onde foram enterrados os restos de uma casa (A) e de uma igreja (B) na Ilha de São José.....	109
Figura 15	Vista frontal de casa na Faz. Boa Esperança (A) e parte interna da casa (B).....	114
Figura 16	Reservatório de água (A) e padrão para medição de energia elétrica (B).....	115
Figura 17	Aldeia Abacaxi (<i>Apinayé</i>) em Tocantinópolis/TO.....	118
Figura 18	Representação simples dos impactos advindos da implantação do AHE - Estreito.....	129
Figura 19	Ilha de São José (rio Tocantins) - lado maranhense.....	132
Figura 20	Tentativa de reterritorialização (hortas e criações de animais) e único poço com água doce na área do Assentamento Santo Estevão em Babaçulândia.....	134
Figura 21	Vista do AHE - Estreito à jusante na margem esquerda em Aguiarnópolis/TO.....	137
Figura 22	Veículo utilizado para transportar pescadores para montante da barragem.....	138
Figura 23	Batalhão da Polícia Militar (A) e Área utilizada para acampamento ao lado do Batalhão (B).....	140
Figura 24	Antes (2006) e depois (2010) da desterritorialização da Comunidade Palmatuba - Associação das Quebradeira de Coco/Escola (1A e 1B) e Cerâmica comunitária (2A e 2B).....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Preocupações incômodas aos moradores de Palmatuba	143
Gráfico 02	Consciência da Comunidade de Palmatuba sobre o problema energético brasileiro	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	População residente nos municípios atingidos pelo reservatório.....	47
Tabela 02	Projetos de Assentamentos Interferidos nos estados do Maranhão e do Tocantins.....	94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
AI	Área de influência
AII	Área de Influência Indireta
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EESC	Escola de Engenharia de São Carlos
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FFE	Fundo Federal de Energia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MME	Ministério das Minas e Energia
MNAF	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDE	Plano Nacional de Energia
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PIB	Produto Interno Bruto
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNPCH	Programa Nacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica
USP	Universidade de São Paulo
WCD	World Commission on Dams

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1. Objetivo geral.....	32
1.2. Objetivos específicos.....	33
CAPÍTULO 2. Caracterização do objeto de pesquisa: o lugar e de quem estamos falando.....	35
2.1. O AHE-Estreito.....	45
2.2. A trajetória da pesquisa: caminhos, dificuldades e procedimentos utilizados.....	49
2.2.1. Fases da pesquisa.....	51
2.2.2. Procedimentos metodológicos.....	53
CAPÍTULO 3. O binômio energia-crescimento econômico: breve histórico da relação capital-Estado na escolha da matriz energética brasileira e seus reflexos socioespaciais.....	59
3.1. A geopolítica no contexto da produção de energia elétrica	59
3.2. Breve histórico da energia elétrica no Brasil.....	63
3.3. A matriz de energia elétrica brasileira: o discurso governamental.....	68
3.4. Aspectos institucionais.....	72
CAPÍTULO 4. Quando novos atores entram em cena: conflitos e confrontos, gritos e silêncios envolvendo a instalação do AHE-Estreito...	83
4.1. Um diálogo necessário: aproveitamentos hidrelétricos, sociedade de risco e justiça ambiental.....	83
4.1.1. Aproveitamentos hidrelétricos: questões sobre a implantação e a produção de energia elétrica.....	83
4.1.2. Da sociedade de risco à identidade real.....	86
4.1.3. Da Justiça ambiental.....	91
4.2. Acordos e (des)acordos: estabelecimento de ações entre as instituições.....	94

4.3. Impactos territoriais e identitários: inexecução das ações e seus reflexos junto aos afetados.....	96
4.4. Assentados interferidos: desdobramentos na Fazenda Maju.....	110
4.5. Processos e rupturas territoriais e identitárias: mais atores na cena.....	115
4.6. Na cena: conflitos territoriais e identitários, gritos e silêncios...	128
4.7. Territórios perdidos: implicações socioeconômicas ao grupo social dos pescadores.....	134
4.8. A Comunidade de Palmatuba: breves considerações.....	141
4.9. No caminho da (des)informação: evidências discursivas impressas em veículos de comunicação.....	144
CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXO A - LP da UHE – Estreito.....	165
ANEXO B - Memorando Incra.....	169
ANEXO C - Plano de trabalho Incra/Ceste.....	173
ANEXO D - Termo de Compromisso Incra/Ceste.....	181
ANEXO E - Relatório de Acompanhamento - Projeto de Reassentamento Fazenda Maju - São Bento do Tocantins /TO.....	193

Capítulo 1. Introdução

Os projetos de aproveitamentos hidrelétricos têm sido colocados como o carro-chefe do desenvolvimento no Brasil. Esse discurso é constantemente veiculado pela mídia para torná-lo hegemônico e favorecer as corporações transnacionais que usufruem de um Estado servil ao grande capital. Um exemplo disso é a pesquisa realizada por Rossato (2007) que demonstra a aliança entre uma rádio e a empresa responsável pela construção da UHE - Barra Grande SC/RS. Esta diretiva pode ser notada a partir da entrega da exploração dos recursos hídricos para uso hidroelétrico às empresas de outros países, dentre as quais podemos citar Porto Primavera e Lajeado. Verifica-se, também, um nítido privilégio dado pelo governo brasileiro à matriz hidroenergética mediante os PDEs – Planos Decenais de Expansão Elétrica. Só para termos uma noção da questão, para a Bacia do Araguaia-Tocantins estão previstos mais de 400 projetos hidrelétricos, englobando grandes e pequenas centrais¹.

Pinto e Pereira (2005), em artigo intitulado: “Resistência contra a soberba: conflitos socioambientais na Hidrelétrica de Candonga”, demonstram como a mídia tem trabalhado para inculcar tal privilégio às hidrelétricas e, mais que isso, ao seu empresariado responsável, com um discurso de abundância e um pleno desprezo pelas questões socioambientais. Os autores nos trazem uma

---

¹ A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que tem como atribuição a regulamentação do setor, estabeleceu novos critérios para o enquadramento de empreendimentos hidrelétricos a partir da Resolução nº. 394 de 04 de dezembro de 1998. As PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas) enquadram-se na capacidade de geração de 1 a 30 MW.

interessante passagem, veiculada numa publicação da agência Carta Maior, da parte de César Benjamin, que informa:

Somos um país tropical de grande extensão, com rios caudalosos, com bacias hidrográficas distantes entre si, localizadas em regiões que têm diferentes regimes de chuvas. Por serem rios de planalto, de modo geral sua declividade é suave. Quando barrados, formam grandes lagos. São energia potencial. É só fazer a água cair, passando por uma turbina, que geramos a eletricidade mais barata do mundo, de fonte renovável e não poluente, com recursos e técnicas totalmente brasileiros. Se as barragens forem construídas em seqüência, ao longo do curso de um rio, a mesma gota de água é usada inúmeras vezes antes de se perder no oceano. Os místicos diriam que tudo isso é uma bênção; os técnicos, que é uma enorme vantagem comparativa. Ambos têm razão. A vida útil de uma usina hidrelétrica é ilimitada. A obra de construção civil, em princípio, é eterna como as pirâmides do Egito, e os equipamentos precisam ser substituídos a cada período de mais ou menos setenta anos de uso. O “combustível”, como vimos, é gratuito. O custo operacional, portanto, é baixíssimo (BENJAMIN, 2004)².

A dimensão dos impactos socioambientais provocados por estes empreendimentos tem sido amplamente discutida no Brasil, porém não tem, ainda, mesmo com a mobilização de diferentes setores da sociedade civil, principalmente aqueles que são mais vulneráveis socialmente, como Movimento dos atingidos por Barragens, Quebradeiras de Coco, Indígenas e Quilombolas, conseguido fazer valer os seus anseios. O Estado tem se esforçado para privar esses segmentos de visibilidade social, em favor da política do entreguismo imposta. O que tem sido apresentado frequentemente para a sociedade como um todo é que esses grupos sociais contestadores, associados aos ambientalistas, se erguem como entraves ao desenvolvimento, impossibilitando-os de vocalizar e

---

² BENJAMIN, César. Outro Brasil: descaminhos do setor elétrico. Publicado em 07 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.agenciacartamaior.uol.com.br>>. Acesso em 10 de maio de 2004 pelos autores do artigo citado no texto.

demonstrar suas ideias, anseios e vontades. Representação esta fiel àquilo que Pacheco (2008) denomina de “*Racismo Ambiental*”³.

O Estado, também, a partir das diretrizes para o setor, tem desconsiderado outras dimensões valoráveis pelas comunidades afetadas pelos aproveitamentos hidrelétricos.

A (re)produção do território brasileiro é caracterizada historicamente por um processo de apropriação dolorido, explicitando a destruição das territorialidades das comunidades tradicionais. Daí a apropriação e assimilação de suas culturas pelos colonizadores europeus e a existência da ancestralidade nas formas e produções atuais do povo brasileiro em seus vários traços culturais (SILVA, 2010).

Fogaça (2005) lembra que “*o único direito reconhecido é o direito de propriedade e esse é pagável, tanto que, se o proprietário se recusar a receber a indenização, o empreendedor poderá depositá-la em juízo, o que já atribui a ele o direito de domínio da propriedade e a perda por parte das famílias*”.

O Estado, por vezes, torna-se ambíguo, pois ao desapropriar – neste caso expropriar – os pequenos proprietários rurais de suas terras, para entregá-las a outros segmentos sociais abastados (empresas, consórcios de empresas, etc.), ele comprova a contradição capital/trabalho e ao mesmo tempo a contradição capital/capital. Percebe-se nestas entrelinhas um desfecho de um Estado condutor de mecanismos benéficos ao grande capital. Este último é o grande beneficiário do uso deste novo espaço por ele apropriado.

---

³ Pacheco denomina de racismo ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados envolvendo, inclusive, ações que não tenham intenções raciais imediatas.

Pensamos que o Estado não é simplesmente o tomador de decisões em benefício das classes dominantes, ele é autônomo em relação aos burgueses e ao mesmo tempo exerce o poder sobre eles. Esta relação peçonhenta é o fio condutor globalitário do sistema do capital. Em resenha de *Beyond capital* de Mészáros, Lessa aponta que:

Estariam também equivocados aqueles que afirmam ser o Estado nada mais do que um comitê executivo das classes dominantes. Pois o Estado, por ser expressão das necessidades globais do sistema do capital, possui uma evidente autonomia em relação aos burgueses enquanto tais, e mesmo em relação às classes dominantes, mantendo com elas uma relação contraditória. Do ponto de vista dos burgueses, o Estado é um poder que se exerce sobre eles e do qual, contudo, não podem prescindir; é um mal necessário à manutenção da unidade global do sistema do capital (LESSA, 1998, p. 145).

A manutenção do sistema global, do qual o Estado participa, expõe as populações mais vulneráveis à subserviência dos detentores do capital. Este sistema não coaduna com o pensamento que as populações tradicionais têm do território por elas ocupado, principalmente no aspecto da imaterialidade.

Pensando no espaço geográfico a partir do que Santos (2008) enfatiza, é possível entender que os espaços antes naturais tornam-se cada vez mais artificializados, dadas as inserções dos sistemas de objetos dos quais as hidrelétricas são componentes. Neste sentido, *"o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico"*. O espaço, enquanto sistema de objetos, é *"povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes"* (SANTOS, 2008, p. 63).

Os objetos inseridos e as ações exercidas em diferentes lugares, por vezes, tornam-se produtos de demandas externas, neste sentido, e a este respeito, Santos nos lega outra valiosa observação:

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção que se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra (SANTOS, 2008, p. 80).

O setor hidrelétrico, privilegiado pelo Estado a partir de um discurso de hegemonização do processo de produção de energia, e que no mesmo caracteriza-se como elemento principal na manutenção do crescimento econômico, torna-se o ícone do processo de desterritorialização arbitrária, principalmente direcionadas para as novas fronteiras do setor, a Amazônia.

Um “crescimento econômico”, aliás, que deve igualmente ser reavaliado, tendo em conta que, durante décadas, mais propriamente as relativas à metade do século passado, foi costume igualar “crescimento” com “progresso”. Quando, a bem da verdade, essas palavras não são mágicas e nem se explicam por si, pois nada e ninguém garantem, *a priori*, que a geração de riqueza, sustentada pela proliferação de hidrelétricas, por exemplo, será distribuída à sociedade em geral e, particularmente, àqueles afetados diretamente pelos projetos hidroenergéticos. Se assim fosse, não haveria pobreza nem favelas nos municípios brasileiros que desfrutam das compensações financeiras da energia concedidos pelas empresas geradoras (seja de energia elétrica, seja de petróleo, etc.). Outro indicativo de que, de maneira geral, o Estado, em âmbito nacional ou municipal, continua mais preocupado com o aumento do “bolo” do PIB do que com o bem-estar da população brasileira (recentemente, por exemplo, os governantes de vários

municípios do Estado do Rio de Janeiro, como representantes deste Estado, criaram uma celeuma em redor dos dividendos gerados pelo petróleo, tentando sensibilizar a população que, em sua maior parte, sempre foi mantida à margem de tamanha riqueza; chegando ao absurdo de ameaçar a realização da Copa do Mundo naquelas paragens).

A percepção do território, que as populações tradicionais desenvolvem em seu cotidiano foge à simples questão do pedaço de chão, haja vista que as dimensões simbólicas e imateriais são incorporadas em suas territorialidades e em seus ritos. Para Raffestin (1983), o território remete inevitavelmente a poder. E mais, diz que o “território” é um espaço, no qual o trabalho é projetado, seja energia ou informação, investido de signos culturais de uma sociedade.

Algumas das vertentes da geografia podem ser incorporadas ao estudo dos impactos socioambientais provocados pelos aproveitamentos hidrelétricos. A vertente da Geografia Cultural é uma delas, por entender que o território reforça sua representação ao estabelecer uma relação espiritual com o seu espaço de vida. Fogaça (2005) apresenta a posição de Bonnemaïson e Cambrèsy (1996, p. 10) afirmando que *“O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico”*.

Neste cenário, as situações de conflitos são inevitáveis e as tentativas de manutenção ou de tomada do lugar pelos atores sociais é uma constante. Discorrendo sobre essa arena de lutas e conflitos, Santos (1997, p. 258) ressalta a importância conservadora e irruptiva do lugar, tendo-o como: *“a dimensão da existência e do cotidiano, mas através de um cotidiano compartilhado entre as mais*

diversas pessoas, firmas, instituições”, ele sintetiza, deste modo, ao mesmo tempo, “cooperação e conflito”.

Aí está mote da pesquisa: estudar um lugar particularmente vivenciado por populações tradicionais que, dia após dia, vêm sendo ameaçadas por agentes e forças externos, doutras localidades distantes e distintas, que tentam impor a sua geografia por sobre as geografias antigas, o seu “tempo” (métrico, capitalizado) por sobre as temporalidades locais (vivas, específicas).

Tal é o quadro pintado pelo empreendimento de aproveitamento hidrelétrico construído, a UHE - Estreito (Figura 01), componente do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. A construção de empreendimento, projetada para ter uma potência instalada de 1087 MW e, de potência total, 1109,7 MW e 587,3 MW médios, a partir de um complexo que envolve 9 (nove) unidades geradoras. A operação da usina é a fio d'água e a produção da energia deverá ser incorporada aos Sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste, por intermédio duma rede básica de sistema interligado. A partir da construção formou-se um reservatório de 590 km² de superfície, 434 km² de terras inundadas e 5.400X106 m³ de volume de água (CNEC, 2001), atingindo diretamente 12 municípios com uma população de aproximadamente 200.000 habitantes. As obras estão localizadas no limite dos municípios de Aguiarnópolis/TO e Estreito/MA. No Maranhão, a represa atingiu os municípios de Estreito e Carolina e, no Estado do Tocantins, os municípios de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins.

O processo de elaboração do EIA/RIMA para a construção do AHE⁴-Estreito começou em janeiro de 2001. Em 29/04/2005, o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – concedeu a Licença Prévia para o CESTE⁵ alavancar o empreendimento. A construção foi principiada com a emissão da LI – Licença de Instalação –, concedida em 14/12/2006. O cronograma inicial da construção previa o funcionamento das turbinas para o final do ano de 2008, porém, pelo atraso no processo, o enchimento do reservatório só foi principiado em dezembro de 2010 e o funcionamento da primeira unidade geradora ocorreu apenas em abril do mesmo ano, ficando para dezembro o funcionamento da quarta unidade.

---

⁴ AHE – Aproveitamento hidrelétrico

⁵ CESTE – Consórcio Estreito Energia formado inicialmente pelas empresas Tractebel EGI South América Ltda., Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Alcoa Alumínio S/A, BHP Billiton Metais S/A e Camargo Corrêa Energia S/A. Atualmente é composto por GDF Suez (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Camargo Corrêa Energia (4,44%).

Figura 01: Área de estudo. Organização: Leite, E. F.; Jesus, A.

Fonte da figura dos municípios impactados: <http://www.uhe-estreito.com.br/localizacao.php>

Quanto às desapropriações, a forma conduzida pelo consórcio constituiu-se de diferentes maneiras. Uma foi a de negociar coletivamente através de um padrão mínimo (número de famílias) estabelecido. Outro era uma negociação individualizada. A estratégia da individualização na negociação é a porta para submeter da família à coação e suprimir os seus direitos quanto ao valor da indenização ou a uma nova reterritorialização inferior ao estado de vida ao qual se encontrava naquele momento. Tal estratégia por vezes acabou induzindo famílias a receberem exclusivamente uma carta de crédito (para fazer o que quisesse) para comprar casa, terra ou outra coisa qualquer. Desta maneira o consórcio se eximia da responsabilidade sobre a desterritorialização e demais consequências advindas do processo supra.

Diante deste novo evento (que faz parte de uma estratégia de montagem, diz-se, de condições estruturais para o desenvolvimento do país), que traz em seu bojo vários elementos contraditórios do discurso de “desenvolvimento” externado pelo Estado, e diante dos inúmeros impactos observados nas barragens já construídas (Tucuruí, Balbina e Lajeado no rio Tocantins, p.ex.), objetivamos:

1.1. Objetivo geral

A partir da síntese do estado da arte no debate geográfico/sociológico sobre “Alta Modernidade” ou “Sociedade de Risco” – caracterizando o temário sobre a produção social do risco e os desdobramentos distintos sobre os diversos grupos sociais – procuraremos identificar se a *reflexividade institucional* é uma categoria válida e suficiente para averiguar as práticas dos empreendedores e das agências reguladoras no contexto brasileiro, ou, ao contrário, se se faz necessário apontar para outro viés analítico.

1.2. Objetivos específicos

1) Desvendar, através de estudo de caso do fenômeno de implantação do AHE – Estreito, rio Tocantins/TO-MA, o discurso institucional sobre a afetação socioambiental provocada pelo empreendimento, para confrontá-lo com as representações sociais dos riscos que a população afetada pressente.

2) Avaliar, comparativamente, os arcabouços culturais e narrativos dos sujeitos no contexto citado, mediante informações fotodocumentais e instrumentos aplicados aos sujeitos da pesquisa.

Perspectivando atingir os objetivos, estruturamos a tese em três capítulos centrais, excetuando-se a presente introdução e o capítulo de conclusão e considerações finais.

De forma a explicitar qual o caminho percorrido, são apresentados no segundo capítulo a trajetória, as dificuldades, as fases e procedimentos metodológicos adotados para a execução desta pesquisa.

No terceiro capítulo, designado “O binômio energia-crescimento econômico: breve histórico da relação capital-Estado na escolha da matriz energética brasileira e seus reflexos socioespaciais”, intencionamos discutir a importância do fator energia ao crescimento, mostrando os traços da macropolítica estatal, esquematizada pela lógica do capital, que desconsidera a participação dos afetados, mantendo-os à margem dos processos decisórios.

Já o quarto capítulo tem por título: “Quando novos atores entram em cena: conflitos e confrontos, gritos e silêncios envolvendo a instalação do AHE-Estreito”,

e nele são apresentadas as especificidades daqueles que compõem a cena, os sujeitos reais cortados por este feixe de conflitos socioterritoriais, buscando, ao mesmo tempo, tatear as suas aproximações identitárias e a tentativa oficial de construção de uma identificação translocal.

Antes de prosseguirmos na exposição da estrutura do presente trabalho, convém, não é demais reforçar, sinalizar que a escolha pelo tratamento do estado da arte está umbilicalmente ligada à análise teórica e conceitual que compõem a espinha dorsal do estudo, de modo a apontar conexões, relações e divergências sobre o fenômeno estudado. Afinal, às comunidades diretamente atingidas por estes megaempreendimentos não existem distinções rígidas entre o que seria arte e ciência, pois as suas re-presentações sociais (imagens, símbolos, mitos, ideias, verdades, visões, etc.) vão além dos formatos científicos geralmente rijos, estabelecidos na academia. Eis a importância de apanhar a visão do fenômeno no território, junto ao povo, com suas próprias características e raízes, o menos atravessada possível pelas representações alheias.

Intentamos trabalhar com a interface entre Geografia e Sociologia, sem excluir de antemão conceitos e contribuições doutros segmentos científicos. A possibilidade de aprofundamento do mote científico, aliás, decorre da aprovação deste projeto no Programa de Ciências da Engenharia Ambiental, que possui como característica basilar a interdisciplinaridade e, como finalidade, a formação de profissionais para lidar com questões complexas do cenário atual, no tocante, especificamente, às questões políticas, econômicas e socioambientais.

Capítulo 2. Caracterização do objeto de pesquisa - O lugar e de quem estamos falando

O discurso hegemônico da produção de energia hidrelétrica no Brasil é evidente. A construção de grandes projetos com esta finalidade está sendo implementada em diferentes estágios de licenciamento, principalmente na Amazônia. Diante da realidade premente da construção de barragens, conflitos socioambientais entre diferentes atores sociais são desencadeados na área alvo.

Exemplos podem ser listados para evidenciar a situação, como os impactos ambientais na instalação, construção e operação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, terminada em 1984, também no rio Tocantins. Dentre os impactos, podemos citar: a modificação de ambientes aquáticos lóticos⁶ para lênticos⁷, que interfere na reprodução de peixes; a redução de habitats aquáticos, principalmente à jusante da barragem; perda de habitats de animais silvestres; aumento na fragmentação de ambientes; alteração de ambientes marginais; supressão da vegetação pela implantação da barragem; enchimento do reservatório e proliferação de vetores de doenças; desterritorialização e reterritorialização de atingidos.

Vários dos impactos à construção do AHE – Estreito já estavam previstos, pois, de acordo com o RIMA – Relatório de Impactos Ambientais –, apresentado pelo Consórcio CESTE, responsável pela construção, o deslocamento das famílias das áreas urbanas gira o montante de 270, o que equivale a

---

⁶ Ecossistemas aquáticos de águas rápidas;

⁷ Ecossistemas aquáticos de águas paradas (lentas).

aproximadamente 1150 pessoas. Já a interferência para a população rural ronda 1020 famílias, algo aproximado a 5000 pessoas (CNEC, 2001).

Notemos que a previsão sobre os atingidos na zona rural é agravada pela existência de moradores em ilhas fluviais, como na de São José (Figura 02), em Babaçulândia-TO, e a dos Botes, em Carolina-MA.

A ilha de São José, a guisa de ilustração, comporta, de acordo com CNEC (2001) 58 famílias, podendo, em vista de uma reterritorialização, perder a identidade, o que engendraria graves consequências ao seu “*modus vivendi*”. A teia de relações sociais será igualmente afetada, talvez até se percam para sempre, como a do parentesco e vizinhança, hoje enxergada como um laço de sociabilidade extremamente útil à vida comunal.

Figura 02: Vista à montante da Ponta da Ilha de São José (rio Tocantins)
Fonte: Jesus, A. Obtida em 24/09/2010.

No rio Tocantins, próximas a estas ilhas, são conhecidas as comunidades de botos, porém, o EIA/RIMA nada menciona sobre o levantamento dessa população aquática, nem encampa qualquer programa de monitoramento dos mesmos.

Áreas onde comunidades extraíam coco babaçu (zona de babaçuais – figura 03) para garantir a sobrevivência foram perdidas devido ao enchimento do lago, principalmente as vivenciadas pela Comunidade de Palmatuba em Babaçulândia-TO, a qual mais nos ateremos.

Figura 03: Área de extração de babaçu ao fundo – Comunidade Palmatuba/Babaçulândia-TO
Fonte: Jesus, A. Obtida em 20/09/2010.

Além das utilizadas para extração e coleta do babaçu, outras áreas da comunidade servem também para atividades agropastoris e extração de material para fabricação de artefatos cerâmicos (Figuras 04 e 05).

Figura 04: Área de extração de argila na Comunidade de Palmatuba/Babaçulândia – TO.
Fonte: Jesus, A. Obtida em 20/09/2010.

Além destas atividades, os moradores utilizavam o babaçu para a fabricação de artesanato, por meio de uma Associação de Mulheres, denominada: Projeto Labuta Mulher. Uma localidade que recebeu seus primeiros habitantes por volta da primeira década de 1900, ou seja, há mais de um século.

Tanto a população de Palmatuba quanto a das Ilhas de São José e dos Botes, utilizam as áreas para o plantio de diferentes lavouras, para a pastagem e para interagir com os babaçuais e as áreas cobertas pelo cerrado. Informações que não recebem o devido detalhamento no relatório apresentado pela empresa.

Acrescentemos a isso o fato de que muitos moradores ribeirinhos utilizavam as áreas de várzea, tanto nas margens do rio Tocantins quanto na Ilha de São José, para o plantio (nas épocas das conhecidas vazantes) (Figuras 05 e 06).

Figura 05: Plantações de milho e banana em área de vazante (Ilha de São José)
Fonte: Jesus, A. Obtida em 24/09/2010.

É possível observar, na figura 05, os diferentes tipos de culturas realizadas na vazante da Ilha de São José, como: milho, banana, manga, caju e, entre outras, o sempre presente babaçual.

Figura 06: Contexto da vazante na Ilha de São José (território maranhense)
Fonte: Jesus, A. Obtida em 24/09/2010.

Com a desterritorialização e a posterior reterritorialização, os moradores tiveram que mudar drasticamente o seu modo de produção, exercendo atividades que exigem técnicas diferenciadas.

Registremos também que a atividade da pesca inclui tanto moradores da zona rural quanto os da zona urbana. A colônia de pescadores Z-35 situada em Estreito (Figura 07), por exemplo, possui aproximadamente 400 pescadores (de acordo com um pescador entrevistado) cadastrados que tiram o sustento da família desta atividade, notadamente no rio Tocantins e seus afluentes, à montante e à jusante da área que hospeda a barragem.

Figura 07: Colônia de pescadores Z-35 em Estreito/MA.
Fonte: Jesus, A. Obtida em 21/09/2010.

Apesar de a emissão da LP (Licença Prévia) ter ocorrido em 29/04/2005, os estudos não apresentavam, de forma pormenorizada, os impactos que se abateriam às comunidades indígenas *Krahô* e *Apinayé* no Estado do Tocantins,

tão menos sobre as sequelas para com os *Krikati* e *Gavião*, no Estado do Maranhão. A falha quanto a esses levantamentos etnoecológicos regionais revelam a omissão, a pressa e a pressão dos agentes hegemônicos. Note-se que a Licença de Instalação foi expedida em 14 de dezembro de 2006.

Não bastasse a delação dos impactos e do destino das comunidades impactadas no Tocantins, pairava ainda um profundo silêncio para com a Unidade de Conservação de Proteção Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas (MNAF), que se encontrava justamente sob área de influência da UHE - Estreito, mesmo esta tendo sido criada pela Lei Estadual nº 1179 de 04 de outubro de 2000.

Se dependesse da lide empresarial, restaria apenas o silêncio sobre as populações afligidas e os espaços dedicados à obra.

Vejamos o caso do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas⁸, localizado no município de Filadélfia e que possui uma área de 31.758 hectares. Foi criado com o objetivo de preservar o patrimônio fossilífero ali presente e, de forma praticamente despótica, ia sendo mais e mais atropelado pelo avanço das intenções e visões empresariais. Quando, por tratar-se de uma UC de caráter especial e por representar uma Unidade de Proteção Integral, possui como objetivo básico a preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza paisagística (SNUC, Art. 12). Mesmo assim, é permitido o uso e manejo controlado nessa área, existindo até propriedades particulares em seu interior, desde que haja a compatibilização dos objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais; ou seja, a lógica privada lá já estava presente – não

---

⁸ Informações obtidas a partir do sítio: <http://areasprotegidas.to.gov.br/conteudo.php?id=41> e informações obtidas na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins.

a ponto de por em risco o lugar e suas singularidades –, ameaçando dilatar-se com a ação hegemônica do setor hidroenergético.

Para termos um panorama ainda mais nítido da riqueza histórica e ecológica da região, reportemo-nos a Machado (2011), que argumenta que a área possui litologias protetoras de fósseis em ótimo estado de conservação de plantas e peixes, cuja datação compreende os 250 e 290 milhões de anos transcorridos. A riqueza dos registros das variações climáticas ambientais mundiais, que contribuíram para o desenvolvimento do bioma Cerrado, o qual domina toda a região central do Brasil, somente pode ser comparado à de outra floresta de árvores fossilizadas, com imensa quantidade de materiais para estudo, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Outros sítios podem ser encontrados noutras partes do Brasil, porém com menor complexidade, extensão e expressão espacial.

Cabe, ademais, observar que a pressão na ocupação das terras, promovida pelos (agro)negócios dos grãos, da celulose e madeira na mais nova fronteira agrícola nacional – Amazônia – incorporou o Estado do Tocantins, interferindo sobremaneira nestes paleoambientes. A velocidade do avanço sociogeográfico do grande capital pode ocasionar perdas irreparáveis para o conhecimento, a pesquisa, a sociedade e seu patrimônio natural. E o enchimento do lago sacramentará a perda histórico-geográfica de inestimável patrimônio, por fazer submergir porções significativas da UC retrocitada (figura 08).

Figura 08: Fóssil de *Psaronius brasiliensis*⁹ fragmentado.
Coordenadas: 07° 27' 57" S / 48° 50' 35" Wgr.
Autor: MACHADO, C. A. (2009).

Em razão do excepcional estado de preservação das plantas fósseis e de sua natureza como depósito autóctone a parautóctone, a Floresta Petrificada do Tocantins Setentrional possibilita investigações em várias dimensões, tais como: anatomia (plantas quase completas), taxonomia, tafonomia, biocronoestratigrafia, paleoecologia, paleofitogeografia, estratigrafia, paleoclimatologia e sedimentologia. Estudos de que se ocupariam, diretamente, a geólogos e paleobotânicos, em escalas local, regional e global.

---

⁹ Pedaco de tronco do período Permiano – cerca de 270 milhões de anos –, considerado o primeiro exemplar de fóssil vegetal descrito no Brasil. No século XIX, foi transportado do Museu Nacional para Paris pelo botânico Jean Antoine de Guillemin, onde foi estudado pelo renomado botânico francês Adolphe Brongniart. No mesmo trabalho em que este exemplar foi apresentado à comunidade científica internacional, foi descrito um exemplar semelhante a ele, coletado pelo naturalista alemão Carl Friedrich Phillip von Martius, entre 1817 e 1820, em uma localidade situada entre Oeiras e São Gonçalo Amarante, no Piauí (Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/MuseuNacional/paleontologia/paleo_acervo/TRONCOFOSSIL.htm. Acesso em: 06/11/2012).

Outro fenômeno não menos importante refere-se à ação ilegal de contrabandistas de fósseis, inclusive de vegetais primos das coníferas (*Cordaitales*) e de cavalinhas (*Equisetales*). O resultado do extravio e venda do material, a cientistas alemães, foi a publicação de estudos na *Review of Paleobotany and Palynology*. No Brasil é proibido este tipo de comércio e qualquer retirada de fósseis vegetais da região configura-se como crime ambiental.

Vimos, o que está em jogo é uma convergência multifacetada de pilhagens e expropriações: de territórios (chãos e águas, de pequenos produtores, pescadores e indígenas, por exemplo), histórias, identidades e memórias do presente e do passado (caso do patrimônio pré-histórico constantemente afanado).

Segundo o Cnec (2001), a criação da mencionada UC outorgou à NATURATINS¹⁰ a responsabilidade pela supervisão, administração e fiscalização do local, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins. Ambos deverão atuar em conjunto, ao lado de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais (ONGs), para proteger o meio ambiente. Cabe ainda questionar que só em 09 de abril de 2010 foi aprovado o Decreto nº 7154 que sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos de aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de unidades de conservação bem como para autorizar a instalação de sistemas

---

¹⁰ Fundação Natureza do Tocantins, criada em 21 de abril de 1989, por meio da Lei nº 29 com o objetivo de promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e da utilização racional dos recursos ambientais no Estado do Tocantins. Disponível em: <http://naturatins.to.gov.br/conteudo.php?id=193>. Acesso em: 11/01/2013.

de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável. Posto isto, ratifica-se que a Unidade de Conservação Monumento Natural das Árvores Fossilizadas (MNAF) é uma unidade de proteção integral, o que a difere de uso sustentável, impondo maior restritividade de ações e usos da mesma e que não possibilitava, até então, a execução de atividades de produção de energia. O mesmo decreto foi sustado pelo Projeto de Decreto Legislativo 2602/10, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Mas tratemos agora, detidamente, do AHE – Estreito, que compõe a Bacia Amazônica, cuja barragem – distante aproximadamente 855 km da foz – é o núcleo da pesquisa, tendo em conta que o aprisionar das águas acionará o liberar de inúmeras contradições.

2.1. O AHE - Estreito

Alguns dados técnicos do AHE são descritos abaixo para termos uma ideia de suas dimensões e proporções. Estas informações estão disponíveis no sítio: <http://www.uhe-estreito.com.br>, bem como na ficha técnica que compõe o EIA/Rima do empreendimento (Anexo1).

- Reservatório
  - a) Extensão de 260,23 Km;
  - b) Nível da água de montante: 156m;
  - c) Nível da água de jusante: 134m;
  - d) Extensão da área inundada: 400 Km²;
  - h) Vazão do projeto: 64.990 m³/s;

- i) Queda bruta máxima: 22m;
- j) Potência: 1.109,7 MW;
- k) Energia firme: 587,3 MW médios.

- Comportas:

- a) Largura das comportas: 20m;
- b) Altura das comportas: 21m.

- Estrutura da barragem

O comprimento total da crista é de 848m e a altura da barragem de 40m.

O responsável pela construção é o Consórcio Ceste, formado pela Vale do Rio Doce, Camargo Correa Energia, Alcoa e GDF Suez. Pode-se observar que esse consórcio é composto de corporações que são voltadas, basicamente, para o setor minero-metalúrgico.

A população de cada município que teve áreas inundadas é expressa na tabela 01 a seguir:

Tabela 01: População residente nos municípios atingidos pelo reservatório

Município	Estado	População*	Censo 2010**
Carolina	MA	24.442	23.959
Estreito	MA	26.490	35.835
Aguiarnópolis	TO	3.995	5.162
Palmeiras do Tocantins	TO	4.689	5.740
Babaçulândia	TO	10.372	10.424
Barra do Ouro	TO	3.581	4.123
Darcinópolis	TO	5.130	5.273
Filadélfia	TO	7.787	8.505
Goiatins	TO	11.639	12.064
Itapiratins	TO	3.421	3.532
Palmeirante	TO	4.542	4.954
Tupiratins	TO	2.007	2.097
TOTAL		108.095	121.668

*Contagem da população. **Censo IBGE-2010¹¹.

*Fonte1: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_8.pdf.

**Fonte2: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 15/03/2012.

Organização: Autor

Podemos verificar por esta tabela, que a população é considerada pequena dos dois municípios onde o AHE-Estreito se instalou – Aguiarnópolis/TO e Estreito/MA. O que tem acontecido no período de construção de outras barragens é o incremento populacional que faz com que haja uma demanda maior por habitação, saúde, lazer, serviços de segurança pública, etc. Normalmente, são serviços que os municípios não estão preparados para oferecer, o que gera vários problemas de ordem social. Isso ocorreu em várias cidades onde foram construídas outras barragens, como Tucuruí, Porto Primavera e Itaipu. A rapidez com que o movimento migratório acontece não permite aos lugares de recepção se preparar para um evento de tal envergadura. Esse incremento populacional,

¹¹*Fonte1: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_8.pdf.

**Fonte2: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 15/03/2012.

nestes lugares e nestes momentos, normalmente tem sido de mais de 100%. Mas, conforme demonstram os dados, não foi isso o verificado. É interessante explicitar que o EIA/RIMA, quando apresentado, prenunciava que a população total aproximada desses municípios era de 200.000 habitantes, ou seja, quase o dobro do que corresponde de fato. Bela tática hegemônica de manuseio de números, com vistas a, supostamente, mudar o foco dos impactos socioterritoriais.

As figuras a seguir ilustram o andamento da construção.

Figura 09: Canteiro de obras do AHE Estreito

Fonte: www.jornalpequeno.com.br/.../JP22882.99031.A.jpg

Figura 10: Vertedouro

Fonte: www.panoramio.com/photos/original/22967213.jpg

2.2. A trajetória da pesquisa: caminhos, dificuldades e procedimentos utilizados

Neste tópico é ampliada a discussão sobre a pesquisa, expondo os caminhos percorridos para chegar até a proposta e apresentar a metodologia utilizada para atingir às respostas perseguidas.

Em outubro de 2004, o pesquisador tomou posse na UFT - Universidade Federal do Tocantins como Professor Assistente no Curso de Geografia no Câmpus de Araguaína. Assumiu a responsabilidade de ministrar imediatamente as disciplinas de Recursos Naturais e Meio Ambiente, Geografia da Amazônia e Hidrografia. No desenvolvimento das mesmas foram propostas visitas de campo em alguns lugares que contemplassem os conteúdos ministrados. A primeira visita realizada foi na Comunidade Palmatuba no município de Babaçulândia. Posteriormente, ao longo da execução das atividades como docente, outras visitas à comunidade foram realizadas.

Durante as conversas e entrevistas informais com moradores percebeu-se um descontentamento e inquietação frente a possível construção da UHE-Estreito no rio Tocantins. Tal situação era ocasionada pelas incertezas que circundavam a ratificação do processo, referindo-se, basicamente, aos seguintes pontos: “A usina será mesmo construída?”. “O que acontecerá conosco?”. “Para onde vamos?”. “Quem pagará nossas benfeitorias e nossas terras?”. O que vamos fazer se tirarem a gente daqui?”.

Das visitas de campo realizadas foi possível produzir alguns trabalhos acadêmicos no âmbito institucional da UFT, como trabalhos de conclusão de

curso e, ainda, publicar um artigo na revista eletrônica Geoambiente On-line, no ano de 2006¹².

A experiência, a vivência junto à comunidade e as questões e reflexões instigadas conduziram o pesquisador à escolha do tema sob destaque, sendo elaborado um projeto que, submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da EESC/USP, acabou sendo aprovado em agosto de 2008.

Ao longo da investigação, vários trabalhos foram apresentados em eventos nacionais¹³ e internacionais¹⁴. Todos, contemplando partes da pesquisa proposta.

Cabe observar que parte desta tese foi realizada sob estritos esforços profissionais e pessoais do pesquisador, pois o mesmo só foi liberado pela instituição de origem pelo período de 24 (vinte e quatro) meses para o doutoramento.

---

¹² JESUS, Antonivaldo de; AMORIM, Fred Lima. Impactos socioambientais da construção da UHE-Estreito na comunidade de Palmatuba em Babaçulândia-TO. **Geoambiente On-line**, v. 7, p. 14-33, 2006.

¹³ JESUS, Antonivaldo de. Bases Conceituais para o entendimento da Complexidade envolvida pela instalação de Aproveitamentos Hidrelétricos. In: **V ENNPPAS** - Encontro Nacional da Anppas, 2010, Florianópolis. Anais do V Enanppas. Florianópolis: Anppas/UFSC, 2010.

GOMES, C. S.; Jordão, C. de O.; JESUS, Antonivaldo de. Indicador de Justiça Ambiental para Empreendimentos Hidrelétricos. In: **V Enanppas** - Encontro Nacional da Anppas, 2010, Florianópolis. Anais do V Enanppas. Florianópolis: Anppas/UFSC, 2010.

JESUS, Antonivaldo de; SORIANO, Érico. Processos de desterritorialização indireta decorrentes da implantação de aproveitamentos hidrelétricos: bases conceituais para investigação de campo. In: **I Simpósio Nacional de Geografia Política: Território e Poder - I GeoSimpósio**, 2009, Curitiba. Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder. Curitiba: Unicuritiba, 2009.

¹⁴ JESUS, Antonivaldo de; MONTANO, Marcelo. Território e identidade: impactos dos aproveitamentos hidrelétricos na Amazônia Brasileira. In: **V Congreso de Gestión Ambiental da VIII Convención Internacional sobre Medio Ambiente y Desarrollo**, 2011, Havana. Anais. Havana, p. 713-724, 2011.

JESUS, Antonivaldo de; MONTANO, Marcelo. Avaliação dos impactos sobre comunidades ribeirinhas deflagrados por aproveitamentos hidrelétricos.. In: **1º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto e 2ª Conferência da REDE de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos**, 2012, São Paulo. Anais do 1º Congresso de Avaliação de Imacto, v. a. p. 1-10, 2012.

Salienta-se ainda que o doutorando não foi contemplado com bolsa de estudos, ficando mesmo, exclusivamente, às suas expensas, inclusive os trabalhos de campo.

2.2.1. Fases da pesquisa

A seguir são apresentados os diferentes momentos da pesquisa e os procedimentos adotados para a sua execução. Para explicitar como se deram as atividades, dividiu-se o mesmo em fases (figura 11).

Figura 11: Fases da pesquisa.

A fase 01 foi composta, basicamente, pela busca por bibliografias que dessem sustentação às discussões do tema da pesquisa. Foram consultadas diferentes bases de dados e produções científicas. A busca deu-se basicamente sobre livros, dissertações, teses, artigos de periódicos e de publicações em anais de eventos que abordam o tema. Foram realizadas buscas documentais em

órgãos governamentais, como IBAMA¹⁵, INCRA¹⁶ e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, além de reportagens, via internet, sobre as manifestações populares sobre a UHE-Estreito.

A fase 02 foi composta pelo trabalho de campo. Antes da sua execução propriamente dita foi realizado um planejamento para determinar o melhor roteiro para realizar as entrevistas junto aos atores. Em princípio, a ideia era realizar dois trabalhos de campo, um antes e outro depois do enchimento do lago. O primeiro campo seria com os futuros atingidos ainda em seu local de origem e, o segundo, já na área onde fossem reassentados. Pelas dificuldades financeiras, não foi possível realizar o campo antes da desterritorialização forçada. A realização do campo se deu no momento posterior, em áreas de reassentamento durante 7 dias.

A fase 03 compreendeu a análise e interpretação dos dados obtidos em campo a partir das entrevistas, tendo as mesmas sido realizadas em Tocantinópolis, Palmeiras do Tocantins e Babaçulândia no estado do Tocantins e em Estreito/MA.

Na fase 04 foi realizada a elaboração (escrita e confecção) da tese a partir dos dados e das informações obtidas das fases anteriores, explicando o fenômeno observado.

---

¹⁵ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis : autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conforme Art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

¹⁶ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

2.2.2. Procedimentos metodológicos

A pesquisa apropriou-se de várias técnicas que compõem diferentes métodos de pesquisa com o intuito de dar respostas aos objetivos propostos. Portanto, houve certa flexibilidade na adoção das técnicas, não deixando, todavia, de manter o rigor na aplicação das mesmas nas diferentes fases, anteriormente descritas.

Fazendo nossas as observações de Chizzotti (2006), avaliamos que:

o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais, será necessário encontrar fundamentos para uma análise e para a interpretação do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele. Tais pesquisas serão designadas como qualitativas (...), pesquisas que, usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem.

Diante destas condições e dos objetivos propostos, optou-se pela adoção de uma pesquisa de base qualitativa. Para André (2001), este tipo de pesquisa engloba um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, de técnicas e de análises. E a posição da autora justifica-se pela ocorrência de fenômenos sociais dinâmicos e complexos, que necessitam de uma abordagem multifacetada, que abarquem as tais complexidades. A coleta de dados deste tipo de pesquisa, *"não é um processo acumulativo e linear, cuja frequência, controlada e mensurada, autoriza o pesquisador, exterior à realidade estudada e dela distanciado, a estabelecer leis e prever fatos"* (CHIZZOTTI, 2010, p. 89).

A partir da convicção do tipo de pesquisa adotado, foram elencados os instrumentos de coleta de dados que pudessem dar respostas fidedignas à questão em estudo.

No contexto supra, apropriou-se dos seguintes procedimentos:

a) Pesquisa documental: foram realizadas análises de documentos institucionais, como o Termo de Compromisso firmado entre o INCRA e o CESTE a fim de evidenciar os acordos e atendimentos das necessidades dos afetados pelo empreendimento; do Plano de trabalho realizado entre o INCRA e o CESTE, explicitando as etapas das atividades executadas de acordo com o Termo de Compromisso firmado entre as partes; do Relatório de vistoria realizado pelo INCRA na fazenda Maju no município de São Bento do Tocantins, destinada como área de reassentamento aos ocupantes da Fazenda Formosa atingida pelo enchimento do lago e; do Memorando Memo/Incra/SR-26/T/Nº encaminhado à PFE - Promotoria Federal Especializada/INCRA, explicitando a inadequabilidade e a não efetividade das ações executadas pelo empreendimento na área de reassentamento na Fazenda Maju para atender as necessidades dos afetados.

Foi efetuada a análise do EIA/Rima relativo ao aproveitamento hidrelétrico de Estreito nos aspectos sociais e econômicos para evidenciar o discurso utilizado pelo empreendedor para que o órgão responsável concedesse a emissão da licença ambiental.

Tal documento, obrigatório por lei, foi elaborado pelo CNEC Engenharia S.A. para a obtenção das licenças ambientais junto aos órgãos competentes sob responsabilidade do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Para a concessão das licenças o IBAMA ainda considerou, de acordo com o Cnec (2001), os pareceres técnicos de cada um dos estados e municípios afetados pelo empreendimento, além dos pareceres

elaborados pela FUNAI¹⁷ - Fundação Nacional do Índio e pelo IPHAN¹⁸ - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Foram avaliados artigos jornalísticos de diferentes origens no intuito de identificar a apropriação da linguagem utilizada – se para promover ou não o empreendimento, para adotar ou não o discurso dos atores sociais de forma neutra, etc.

A interpretação a partir da análise documental é vista por André (2001) como possibilidade de um reexame ou *"uma interpretação nova ou complementar permitindo o estudo de pessoas"* ou situações *"com as quais não obtemos contato físico"*. Nesta linha de raciocínio, Chizzoti (2010), nomeando esta análise como *"análise de conteúdo"*, argumenta que esta técnica pode ser utilizada para analisar textos escritos ou qualquer outro tipo de comunicação, dentre elas: oral, visual e gestual, desde que sejam confeccionadas como texto ou documento. O autor ainda aponta que uma das funções da utilização da técnica é diminuir o volume de informações disponível em um documento. Para isso, deve ser organizado a partir de características específicas ou

categorias conceituais que permitam passar dos elementos descritivos à interpretação ou investigar a compreensão dos atores sociais no contexto cultural em que produzem a informação ou, enfim, verificando a influência desse contexto no estilo, forma, e no conteúdo da comunicação (CHIZZOTTI, 2010, p. 99).

b) Foi realizada pesquisa bibliográfica de diferentes publicações, autores e base de dados sobre o assunto ora focado. As bibliografias utilizadas

¹⁷ A Fundação Nacional do Índio – Funai, criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, é o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988. Informações disponíveis em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 11/01/2013.

¹⁸ Organismo federal de proteção ao patrimônio histórico. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginalphan>. Acesso em 11/01/2013.

possuíam diferentes origens: livros, teses e dissertações, base de dados de universidades, artigos de periódicos, etc.

c) Quanto à pesquisa de campo, os dados foram coletados a partir de entrevista não-diretiva (total de 20) orientada para obtenção do discurso livre dos entrevistados, deixando que se expressassem à sua maneira. Tal opção foi feita pela concordância para com a ideia de Chizzotti (2010), de que o entrevistado

é competente para exprimir com clareza sobre questões da sua experiência e comunicar representações e análises suas, prestar informações fidedignas, manifestar em seus atos o significado que têm no contexto em que eles se realizam, revelando tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, concepções e ideias (CHIZZOTTI, 2012, p. 93).

As entrevistas foram gravadas com a anuência dos sujeitos da pesquisa, sendo posteriormente transcritas para possibilitar uma interpretação dos fatos narrados, respeitando o ângulo de visão pessoal e social ante o processo. A necessidade de anuência é apontada por Martins e Bicudo (1989) como elemento que respalda a obtenção dos dados de forma fidedigna. Para a efetivação desta premissa, é necessário que haja entre o entrevistador e entrevistado uma *"atitude disponível à comunicação"* (Chizzotti, 2010), sendo que, inicialmente, o entrevistador deve ser hábil e proporcionar uma

confiança manifesta nas formas e escolhas de um diálogo descontraído devem deixar o informante inteiramente livre para exprimir-se, sem receios, falar sem constrangimentos sobre os seus atos e atitudes, interpretando-os no contexto em que ocorrerem (CHIZZOTTI, 2012, p. 93).

d) Aponta-se também a utilização de outras técnicas presentes na pesquisa etnográfica, por possibilitar a análise das sociedades humanas, principalmente as tradicionais, permitindo entender a visão e a identidade que o indivíduo e a comunidade têm de seu mundo. Além da já descrita no item c, apropriou-se da fotodocumentação, realizando o registro fotográfico do observado em campo, e

também registrando as atividades dos atingidos para evidenciar seu cotidiano posteriormente à desterritorialização e reterritorialização precária.

e) Apropriou-se também das anotações em diário de campo a partir da observação, lançando ideias e possíveis interpretações do percebido, destrinchando não só o ambiente, mas também as expressões marcadas pelos gestos, pela linguagem e expressões de alegria ou de tristeza dos sujeitos. Anotações no diário de campo a partir da observação, por vezes complementam aquelas registradas nas entrevistas, além de que, enquanto procedimento investigativo, permite conhecer a realidade observada.

f) Para dar suporte às interpretações obtidas a partir das fases anteriores, optou-se, do mesmo modo, por utilizar o Método de Sorensen, um dos mais conhecidos entre as redes de interações (metodologias de avaliação de impactos), visando o estabelecimento, de forma simplificada, do desencadeamento (efeitos sinérgicos) de diferentes impactos a partir de um impacto inicial. Como forma de evidenciar o desencadeamento dos efeitos, a rede de Sorensen visualiza-os na forma de gráfico.

Observa-se que o estudo de caso considerado permitiu fazer uma caracterização abrangente das relações estabelecidas entre os diversos atores envolvidos. Os dados coletados foram significativos e permitiram uma avaliação aprofundada do caso, retratando aspectos mais gerais de uma política de produção de energia por hidrelétricas no Brasil.

Capítulo 3. O binômio energia-crescimento econômico: breve histórico da relação capital-Estado na escolha da matriz energética brasileira e seus reflexos socioespaciais

A intenção deste capítulo é discutir a importância do fator energia ao crescimento econômico do país. No âmbito nacional, evidenciar a macropolítica estatal traçada a partir da lógica do capital, desconsiderando a participação dos afetados, estando estes à margem dos processos decisórios, muitas vezes, até dos consultivos.

3.1. A geopolítica no contexto da produção de energia elétrica

A geopolítica caracteriza-se pela capacidade de pressionar diferentes segmentos em âmbito mundial, sejam eles políticos ou econômicos. Esta pressão aparece, por vezes, dependendo de seu foco momentâneo, de maneira mais sutil ou, às vezes, com um componente que denota, explicitamente, a incapacidade do ser humano ao diálogo, descambando no confronto direto por territórios, mediante armas de fogo.

Atualmente, a geopolítica age através do poder exercido pelas corporações transnacionais junto aos Estados, de forma que este estabeleça diretrizes favoráveis à entrada do capital nos países, normalmente os mais vulneráveis politicamente. Assim, podemos situar os países da América Latina nesta

condição, ficando o Brasil, inclusive, em posição de destaque neste quesito hierárquico.

Esta posição de destaque também é apontada por SILVA (2010), que enfatiza que a participação do Estado na consolidação territorial brasileira tem sido condicionada pelo capitalismo mundial, desempenhando um forte papel geopolítico alinhado aos anseios da hegemonia capitalista mundial.

No dizer de Barros (2007), a geopolítica hoje atua, sobretudo, na capacidade de interferência na “tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista dos territórios e as colônias tornaram-se muito caras”.

O foco momentâneo no Brasil é a produção de energia por meio de hidrelétricas, sendo estas atualmente direcionadas para a Amazônia. Dois componentes do discurso hegemônico para privilegiar este setor são: 1 – O potencial para este tipo de produção em outras regiões do Brasil está se esgotando; 2- A energia produzida por hidrelétrica é uma "energia limpa".

No que respeita ao caráter “limpo” da energia elétrica abrolham várias contradições. Diante do discurso atual das mudanças climáticas ocasionadas pelas emissões oriundas dos processos produtivos, tal situação deveria ser mais amplamente discutida e tornada mais transparente para a sociedade em geral. Estudos indicam que a partir da formação do reservatório é potencializada a produção de gases de efeito estufa, principalmente o metano. Phillip Fearnside (2002, 2005a, b)¹⁷ em trabalhos junto às usinas de Tucuruí, Urá-Una e Samuel, aponta que as represas em área tropicais emitem mais gases do que as represas

---

¹⁷ FEARNSIDE, P. M. Greenhouse gas emissions from a hydroelectric reservoir (Brazil's Tucuruí Dam) and the energy policy implications. **Water, Air and Soil Pollution**. 155:69-96. 2002. ISSN 1573.2932.

de áreas temperadas. Na Amazônia, a situação se agrava principalmente pelas grandes áreas de deplecionamento. Neste caso, *"a vegetação herbácea, de fácil decomposição, cresce rapidamente. Esta vegetação se decompõe a cada ano no fundo do reservatório quando o nível d'água sobe, produzindo metano"*. A vegetação desta área é permanente, proporcionando, da mesma forma, a produção do gás (FEARNSIDE, 2008).

O autor ainda afirma que a quantidade de metano, bem como de gás carbônico produzida, é variável e dependem da localização, do tamanho da área de deplecionamento, do contexto da bacia onde se localiza o represamento, etc.

Fearnside, em entrevista ao Energia Online¹⁸ em 25 de junho de 2011, ratifica o supracitado e ainda complementa que

As barragens, em áreas tropicais como a Amazônia, produzem gases de efeito estufa. A quantidade de gases varia de uma barragem para a outra. As árvores que caem próximas aos lagos apodrecem ao ar livre e formam gás carbônico. Isso é muito comum nas barragens de Balbina e Tucuruí, por exemplo. O metano também causa muito impacto no efeito estufa, e ele se forma onde não tem oxigênio, como no fundo dos lagos, onde esse gás acaba e as decomposições geram metano. Parte deste gás sai para a superfície através de bolhas dentro da água, e outra quantidade é emitida através das hidrelétricas, que utilizam a água do fundo do lago, quer dizer, as turbinas retiram uma água contaminada por metano, e o gás é liberado ao ar livre, causando impacto no efeito estufa (FEARNSIDE, 2011, p. 2).

Denota-se que os cálculos das emissões de gases de efeito estufa são importantes no processo de tomada de decisão quando da fase de escolha da fonte de energia a ser utilizada. Os cálculos das já existentes e das que estão planejadas não podem ser subestimados, pois estará contribuindo para o retardamento ou distanciamento das metas de controle de emissão de gases no âmbito mundial, acertados na Convenção do Clima no Rio de Janeiro em 1992.

¹⁸http://www.cerpch.unifei.edu.br/noticias/hidreletricas-e-o-aquecimento-global-uma-revisao-de-valores-entrevista-especial-com-philip-fearnside.html?utm_source=cerpch+list&utm_campaign=02ccb64cf1-Energia_Online_26_06_2011&utm_medium=email.

No entanto, não se pode deixar escapar que as metas estipuladas pelo Protocolo de Kyoto foram rechaçadas pelo Senado dos Estados Unidos, um dos maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo.

Nesse ínterim, a produção de energia por hidrelétricas no cenário de crescimento econômico incorpora o discurso, pelo Estado e pelo capital internacional, de obras estruturantes, e inculca a premissa, por demais aterrorizante, de que, em não sendo construídas novas hidrelétricas, poderá haver um colapso no fornecimento de energia elétrica no Brasil, bem como interrupção de seu crescimento a partir das necessidades dos parques industriais, o que, conseqüentemente, desencadearia um processo de desemprego nos diferentes segmentos no Brasil. Não à toa o “apagão” de 2001 ser lembrado de forma recorrente, asfaltando a ilusão de que as grandes hidrelétricas são o único caminho para a solução dos problemas do Brasil, e que as mesmas possibilitarão aos brasileiros *“consolidar a autonomia energética que ajudará a garantir prosperidade, a integração econômica e um lugar no primeiro escalão das nações que vão dar as cartas neste mundo do século XXI”*¹⁹.

Para entender o discurso apregoado pelos defensores do liberalismo econômico, é interessante realizar um breve retrato da história da energia elétrica no Brasil.

---

¹⁹ O texto indicava que a autoria era de Delfim Netto. Economista e professor de economia. Ex-Ministro de Estado. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/barrageiros-na-amazonia/?autor=16>. Acesso em 24/04/2012.

3.2. Breve histórico da energia elétrica no Brasil

De acordo com Foschiera (2009), o surgimento da produção de energia elétrica no Brasil aconteceu paralelamente ao período de transição de uma economia primária exportadora para uma economia industrial. E ocorreu de modo diferente dos países centrais, onde a industrialização surgiu anteriormente ao desenvolvimento da eletricidade.

O autor aponta que historicamente a produção de energia elétrica flutuou entre as mãos do Estado e da iniciativa privada. O processo de geração, transmissão e distribuição privilegiou poderosos grupos econômicos, pela entrega dos processos às empresas e, ainda quando o Estado detinha o controle desta situação, no final, boa parte da energia acabava sendo subsumida por estas mesmas corporações.

O benefício direcionado propositadamente às corporações, apesar de utilizarem o discurso do "benefício para todos", fez aumentar paulatinamente os questionamentos sobre: *"energia para que e para quem? Para qual finalidade estava se construindo a infraestrutura elétrica? Quem eram os grandes consumidores de energia produzida?"* (FOSCHIERA, 2009, p. 89).

A partir de sua busca sobre a história do setor elétrico no Brasil, o autor evidencia quatro períodos distintos:

a) O período de 1890 a 1930

Foi marcado, essencialmente, pela desnacionalização do setor, principalmente na década de 20 do século XX, o que tornou insignificante aquilo que restara fora do capital internacional.

b) O período de 1930 a 1945

Gradativamente, em meio às turbulências do período, como a crise econômica mundial de 1929, a Revolução de 1930, que marca o fim da República Velha, e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e seus desdobramentos, provocaram mudanças políticas, econômicas e sociais no país. Foschiera (2009 apud Oliveira, 1986) aponta que a gestão centralizada dos estados foi perdendo força a partir da ruptura gradativa do poder das oligarquias agroexportadoras regionais e foram sendo substituídas pela centralização do poder no âmbito federal, respaldada pelos setores burgueses da indústria nacional juntamente com militares, aliados à classe média. Os arquipélagos econômicos (vinculados à economia internacionalizada) foram substituídos pela economia nacional apoiada pela indústria do país, segundo o famoso processo de “substituição de importações”.

Neste contexto, o setor elétrico também foi atingido a partir das ações do governo Vargas, podendo ser destacados: o ato assinado em 1931, que proibiu a compra ou concessão de aproveitamento sobre cursos ou queda d’água pela iniciativa privada; a criação do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) em 1933; a promulgação do Código de Águas em 1934 (Foschiera, 2009 apud Pinheiro, 2006) e; a criação do CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em 1939.

A centralização da política de produção de energia elétrica ocasionou a redução de investimentos privados no setor. Ao mesmo tempo, ampliava-se o consumo de energia pelas indústrias e pelas residências e abria-se a possibilidade de uma crise de energia no Brasil.

c) O período de 1945 a 1962

Período de intensos debates sobre a intervenção ou não do Estado no setor produtivo. Neste intervalo de tempo ocorreram as presidências de Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. As discussões tinham dois vieses: um manifestando os princípios do liberalismo econômico e outros em defesa da industrialização acelerada com forte intervenção estatal na economia. Os debates se estenderam para o setor elétrico, no qual os defensores da iniciativa privada apontavam a estrutura tarifária, o Código de Águas e a política cambial como entraves a investimentos no setor. Contrariamente, os defensores da intervenção estatal enfocavam a construção das usinas hidrelétricas pelo Estado e, até mesmo, a absorção das empresas privadas pela esfera pública. Este bloco alimentava a ideia de que as empresas de geração e distribuição desconsideravam as necessidades reais da sociedade e usavam do monopólio para ganhos facilitados sem se preocuparem com investimentos significativos no setor.

Foschiera (2009), utilizando de informações do Centro de Memória da Eletricidade apontadas por Silva (2001), argumenta que, no governo de Gaspar Dutra, para atender os interesses dos grupos liberais, foi lançado o primeiro Plano Nacional de Eletrificação privilegiando a construção de usinas de pequeno e médio porte, dividindo o país em regiões autossuficientes em recursos energéticos e, ainda, limitava a ação do Estado, que deveria atuar em prol da iniciativa privada.

No retorno de Vargas ao poder, em 1951, é novamente encampada a ideia do estado desenvolvimentista, planejador e interventor, reconsiderando que a

industrialização tem papel de destaque no cenário nacional e que as empresas estatais são o ponto de equilíbrio da proposta.

A energia elétrica também foi um foco central de discussão no governo de Kubitschek. Chegou a ser organizada uma semana de debates sobre energia elétrica no ano de 1956. A semana teve como ponto de pauta o destino dos recursos do Fundo Federal de Energia (FFE) e a criação da Eletrobrás. Os liberais brigavam pela destinação dos recursos para a iniciativa privada e se posicionaram contra a criação da Eletrobrás. O Código das Águas também foi discutido na semana. O Governo de Juscelino Kubitschek proporcionou a criação de empresas públicas federais e estaduais com a finalidade de organizar o processo de expansão de geração de energia elétrica. Ainda assim, permitiu que a distribuição de energia fosse realizada a partir de investimentos privados. Esta foi a forma encontrada para conter os ânimos entre grupos de interesses tão antagônicos.

Apesar do indicativo de nacionalização das empresas, a proposta jamais sinalizou à oposição ideológica do Estado ao capitalismo. Tratava-se de mais um mecanismo para destinar maior lucro ao capital privado, o que levava o Estado a se portar, também, como um agente capitalista (FOSCHIERA, 2009).

d) O período de 1962 aos anos 1990

Marcado pela substituição do modelo de produção de energia regionalizado e assistemático para um modelo com características nacionais e sistematizadas. Este período é notadamente marcado pela criação da Eletrobrás em 1962 e pelo governo militar. Neste ínterim, várias empresas privadas foram absorvidas pelos estados, tornando-se públicas, como a Companhia de Energia Elétrica

Riograndense, absorvida pelo Rio Grande do Sul ainda em 1959, e a Light, adquirida em 1978 pelo Estado. O Estado passa a controlar a quase totalidade do setor de energia, sob sua alçada. (GONÇALVES JÚNIOR, 2007). Este período também foi marcado pelos sistemas interligados, possibilitando a distribuição de energia em âmbito nacional, ainda que persistissem algumas dificuldades regionais neste sentido. As usinas hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu foram construídas neste intervalo de tempo.

Souza (2004) aponta que na década de 70 do século XX as crises do petróleo motivaram a criação do PNPOCH - Programa Nacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas, objetivando desenvolver tecnologia nacional para motivar um novo ciclo de implantação de pequenas centrais, perdido, anteriormente, no esquecimento.

Thiago Filho (1999), referindo-se ao programa mencionado, afirma que o mesmo não teve respostas positivas, pois o momento de vulnerabilidade da política monetária não garantiu o montante necessário de recursos pelo Estado. As ações do programa acabaram tornando-se localizadas, sem que restasse materializado um ponto de vista abrangente e nacional, como esperado.

A partir da década de 80, o Brasil passa a seguir um processo de reformulação do setor elétrico, tornando possível a privatização e descentralização para empresas transnacionais, produtores privados e autoprodutores de energia.

Para Foschiera (2009), o planejamento do setor elétrico desconsiderou as questões sociais, principalmente sobre os atingidos, bem como desconsiderou os impactos ambientais. Parte da importância que deveria ser dada só foi surgindo a partir da mobilização de setores externos ao planejamento do setor energético,

sendo compostos por agências multilaterais de financiamento, grupos ambientalistas, dos movimentos sociais, das universidades, pelas leis ambientais e, também, por atores sociais sensíveis à questão ambiental.

Como se viu, o país nunca teve realmente efetivado, uma agenda de desenvolvimento econômico. O Estado foi sempre cortado por lobbies e grupos de interesses não só nacionais, como transnacionais, efeito da própria mundialização do capital e da incapacidade de o capitalismo periférico brasileiro estipular e fazer cumprir suas metas, não só de industrialização como de sustentação energética da mesma.

O país, assim – é possível dizer sem medo de errar – tem sua história caracterizada não só por agentes externos desinteressados na sua industrialização doméstica (que poderia mudar sua importância e posição na hierarquia internacional), como internamente, devido à presença de agentes econômicos que lucram com a posição de subserviência do país no cenário internacional, monopolizando até certos setores econômicos internos, evitando a concorrência e o aparelhamento técnico em mundo cada vez mais globalizado e competitivo.

Vejamos um ponto mais do assunto no tópico subsequente.

3.3. A matriz de energia elétrica brasileira: o discurso governamental

O aumento da demanda e do consumo de energia vem se acentuando nos países desenvolvidos e em muitos países em desenvolvimento. Esse aumento é decorrente tanto do progresso tecnológico quanto do desenvolvimento

econômico, sendo estes apontados como os responsáveis pela aceleração das alterações climáticas e ambientais.

A matriz de energia elétrica do Brasil está assentada na geração a partir de usinas hidrelétricas que representam 84% da matriz de energia elétrica (MME, 2008). A fonte é considerada “limpa”, abundante e renovável, do ponto de vista governamental, além da tecnologia de produção ser amplamente dominada pelo país e ser referência para outros países.

Porém, esses empreendimentos têm se revelado, com frequência, severamente impactantes devido à recorrência de problemas físico-químico-biológicos derivados da implantação e operação de usinas hidrelétricas, como da interação com as características ambientais do local de instalação, alterando o regime hidrológico, promovendo assoreamento, emissões de gases estufa, pela decomposição orgânica no reservatório, entre outras incontáveis problemáticas. Além destes, destacam-se também os critérios relacionados a aspectos sociais, particularmente com relação às populações ribeirinhas atingidas pelas obras (BERMANN, 2002).

De forma geral, os impactos produzidos pelas usinas hidrelétricas têm sido amplamente discutidos na literatura, porém ainda são tratados de forma inadequada nos Estudos de Impacto Ambiental. Em relação aos principais impactos físicos e biológicos, de maneira geral, pode-se citar a supressão de extensas áreas de florestas ou agricultáveis, principalmente devido ao alagamento para formação da represa, emissão de gases de efeito estufa (como o metano) e decomposição anaeróbica da matéria orgânica.

O Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, no que tange à questão de planejamento energético, elaborou o Plano Decenal de

Energia (PDE) 2007/2016, que tem como objetivo planejar no horizonte de dez anos a expansão do sistema energético nacional, definido, assim, o horizonte para novas instalações de infraestrutura energética, necessária para atender ao crescimento econômico do país, segundo critérios de garantia de suprimento de forma ambientalmente sustentável e minimizando os custos totais esperados de investimento, inclusive os socioambientais e de operação (MME, 2008b).

Em termos do potencial hidroelétrico nacional, praticamente 2/3 (63,6%) se concentra na região Amazônica, principalmente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós (BERMANN, 2002). A hidrografia densa e diversificada da Amazônia apresenta muitos pontos com características que possibilitam a construção de usinas hidrelétricas: as chamadas linhas de queda (*fall line*), formadas por incisões fundas e vales estreitos (COSTA, 2002).

A implantação de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia acarreta inevitáveis consequências sociais e ambientais, como influências diretas em terras indígenas ou mesmo a supressão de biodiversidade (BERMANN, 2002). As usinas de grande escala, como as construídas nesta região, estão envoltas em projetos de produção de energia inseridos em uma visão de desenvolvimento geralmente pouco democrática, antissocial e pouco louvável em termos de meio ambiente (COSTA, 2002).

Outro fato importante é que a capacidade de alta geração próxima dos grandes centros consumidores está esgotada, tendo que ser redirecionada principalmente para áreas de maior vulnerabilidade social e ambiental – a Amazônia. Neste caso, a população atingida é mais vulnerável, tendendo a sofrer cotidianamente graves consequências. Essa população é composta basicamente por comunidades indígenas, ribeirinhos e remanescentes de quilombos.

Observando o histórico de construção de barragens no Brasil e no mundo, as preocupações acerca do futuro da população atingida pelas barragens devem ser consideradas. Berman (2002) enfatiza que o discurso hegemônico proferido é de que os atingidos nada mais são do que empecilhos à “selvagem conquista da eletricidade”.

Para o autor:

A construção de uma usina hidrelétrica representou para estas populações a destruição de seus projetos de vida, impondo sua expulsão das terras sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do projeto [...]. O número de pessoas abandonadas pela Hidrelétrica de Cana Brava, construída sob responsabilidade da empresa belga Tractebel em Goiás, evidenciam essa avaliação. No nordeste de Goiás o diagnóstico colhido foi de morte e destruição [...] foram tabuladas 804 famílias atingidas pela barragem, a indenização afixada para algumas famílias era de R\$5.300,00, o que não garante o reassentamento. Lajeado e Serra da Mesa são outras duas hidrelétricas construídas na bacia do Araguaia-Tocantins. Ainda faz parte desse enredo não democrático de construção de barragens a saga dos atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí, sudeste do Pará, há mais de 10 anos lutando por indenização de suas terras inundadas (BERMAN, 2002).

Em meio a esse cenário de necessidade de ampliação da disponibilidade de energia elétrica, em especial para subsídio dos processos produtivos, e do conjunto significativo de impactos associados à principal forma de geração de energia elétrica no Brasil, é vital que se discuta o processo de planejamento para a expansão da oferta de energia, que até o momento tem se pautado em questões relacionadas à distribuição dos benefícios e do ônus associados aos empreendimentos, haja vista que, para possibilitar o aumento da disponibilidade de energia elétrica, os impactos são sentidos de maneira mais intensa no âmbito local, enquanto que os benefícios são quase sempre direcionados para longe do espaço impactado. Essa questão também aponta para a discussão sob o enfoque da justiça ambiental que discute, de maneira geral, a desproporcionalidade em

relação à distribuição dos efeitos socioambientais, negativos e positivos, entre diferentes atores envolvidos no processo.

Ao local assim, restam, geralmente as mazelas socioambientais, pois restam as populações desterradas e nem sempre reassentadas a contento, sendo mantida ainda à margem dos recursos transferidos ao município por parte de um poder público localmente suspeito, no mínimo. No plano externo ao local, translocal, apenas benefícios, pois tanto a sociedade quanto os empresários que recebem a energia nada imaginam sobre as agruras do processo de geração de energia “socialmente à jusante”.

Passemos à trama da institucionalidade.

3.4. Aspectos institucionais

Vainer (2007) faz alguns apontamentos sobre a legislação de concessões para o setor elétrico, dizendo que a mesma foi omissa no que se refere ao tratamento dos problemas sociais e ambientais decorrentes de grandes projetos hidrelétricos. Para o autor, *“os consórcios privados, que adquirem empresas elétricas e concorrem para obter concessões, raramente têm experiência ou qualificação no tratamento das questões sociais e ambientais”*.

Por essa via, o autor enfoca a redução das atribuições estatais quando menciona a fala de um representante da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em audiência pública realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara de Deputados, em 05 de agosto de 1999, onde o representante repetiu diversas vezes que *“a ANEEL não é uma agência ambiental, enfatizando que não cabe à chamada agência*

reguladora do setor elétrico regular as ações das empresas concessionárias no que concerne ao meio ambiente”.

Vainer aponta ainda que a EPE – Empresa de Planejamento Energético, criada em 16/08/04 até então não tinha bem definidas as suas responsabilidades do ponto de vista social e ambiental. As atribuições do poder concedente, neste caso, bem como da agência representativa – a ANEEL e agências estaduais, no que concernem ao licenciamento ambiental, não ficavam explícitas e os custos de tal incapacidade *“passaram a recair sobre a população atingida e o meio ambiente”*.

Vainer (op. cit.), continuando a narrar a dissintonia entre as agências estatais, reforça que nas últimas décadas o que se viu foi a privatização do setor energético, tendo uma necessidade premente dessa reestruturação pela qual vem passando o setor, e que é *“de examinar se, e em que medida, o processo em marcha tende a favorecer o recrudescimento de um tratamento insensível e irresponsável dos impactos sociais e ambientais de grandes barragens. Trata-se, sobretudo, tanto do ponto vista legal-institucional quanto do ponto de vista político prático, de garantir às populações atingidas, e à sociedade civil de modo geral, uma efetiva participação nos processos de decisão e um efetivo controle sobre os novos empreendimentos”*. Vainer, diante dessas e de outras inquietantes indagações, traz alguns indicativos para a reestruturação do setor energético brasileiro, focalizando principalmente três componentes:

- Agenda emergencial: resgate da dívida socioambiental do setor elétrico.
- Agenda setorial: democratização do processo de planejamento de longo, médio e curto prazos, rever a legislação sobre recursos hídricos e rever a legislação sobre concessões de serviços públicos para contemplar as

dimensões sociais e ambientais no planejamento, implementação e operação de empreendimentos hidrelétricos e nos programas de repotenciação de usinas, priorizando uma política de economia e preservação de energia; revisão da Legislação e Normas referentes ao licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos e barragens de qualquer tipo, Incorporação das recomendações da Comissão Mundial de Barragens e;

- Agenda estrutural – perseverar sobre as profundas desigualdades regionais, interpelar sobre o país ser um grande exportador de energia, rediscutir a opção por essa matriz e rediscutir a opção de transformar a Amazônia em grande exportadora de energia.

Dentro da esfera do licenciamento ambiental para empreendimentos hidrelétricos existem vários outros questionamentos, um deles é a participação da comunidade na audiência pública que Rothman (2005) considera como uma forma de “*minimizar*” o grau de imposição aos atingidos. Essa participação, de acordo com Rezende e Rothman (2005), tem acontecido, porém, tardiamente, já que sempre acontece quando o estudo de impacto ambiental já está finalizado. Os autores evidenciam que “*De maneira geral, não há participação efetiva das populações atingidas nos momentos críticos de planejamento, discussão de alternativas e de decisão no licenciamento ambiental (...). O nível de participação das populações atingidas tem sido limitado, na maioria das vezes, à consulta, sem uma participação efetiva nos processos de tomada de decisão*”.

Rothman (2008) enfatiza que a arena principal de enfrentamento entre os atingidos e aliados e as empresas proponentes se dá basicamente nas audiências públicas. Nestes espaços, diferentes estratégias são utilizadas para conseguir

melhores indenizações, cassação de licenças e até mesmo interrupção do processo pelo empreendedor e indeferimento de projetos pelo órgão ambiental – exemplos específicos ao Estado de Minas Gerais.

Expressando suas idéias da importância do planejamento, Sachs (2004, p. 61) menciona diferentes níveis: o municipal, o microrregional e o mesorregional, de forma a reagrupar vários distritos unidos pela identidade cultural e por interesses comuns. Para este fim, devem ser criados espaços para o exercício da democracia direta, na forma de foros de desenvolvimento local que evoluam na direção de formar conselhos consultivos e deliberativos, de forma a empoderar as comunidades para que elas assumam um papel ativo no desenho do seu futuro.

O empoderamento das comunidades referenciadas por Sachs pode ser entendido como uma das formas de se evitar a exclusão social como fruto do desenvolvimento econômico na região amazônica (VIANA et al., 2004) que gera crescimento de forma desconectada do atendimento das necessidades humanas. Para este mesmo autor,

não há com se pensar em construir uma relação equilibrada com a natureza em uma sociedade profundamente desigual. A perversidade contida nos passivos sociais, econômicos e ambientais verificados atualmente no país é fruto de um modelo insustentável que necessita ser substituído.

Diante das discussões anteriores e dos problemas explicitados, cabe retomar o que diz Frota (2001): *“A crise energética, de largas e profundas proporções, deve nos levar a (re)pensar não só o modelo do setor elétrico, mas também precisa ser uma oportunidade para que (re)examinemos o nosso modelo de consumo de energia”*. Essas observações são convergentes aquelas de Vainer sobre a reestruturação do setor energético.

Frota, além da reestruturação, menciona, igualmente, a questão do consumo da energia, afirmando que, *“Se por um lado, o equacionamento da oferta de energia no país dependerá da capacidade de investimento dos agentes e da superação dos desafios, por outro, a ampliação do envolvimento da sociedade na discussão acerca do modelo e dos padrões de consumo energético deverá promover ritmos mais modestos de crescimento da demanda, mais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade”*.

Para Menkes (2004, p. 93), os impactos sociais e ambientais causados pelos megaempreendimentos, especialmente na década de 80, poderiam ter sido minimizados se as escolhas interagissem com as questões ambientais que emergiam naquela época. Com certeza a opção pela hidreletricidade poderia ser acatada; porém, priorizando menores usinas, menores lagos e, portanto, menores danos ambientais e sociais.

Ramos (2001), de sua parte, diverge do exposto acima, pois, para ele, no processo que envolveu a construção de Tucuruí, por exemplo, não havia instituições preparadas à época para lidar com essas questões. Em suas palavras:

A consciência ambiental existente no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, quando foi decidida a construção da UHE-Tucuruí, encontrava-se em estágio primário de formação. Devido ao porte do empreendimento, à sua localização em área de expansão de fronteira econômica e à existência de instituições pouco preparadas para o tratamento de questões socioambientais, a construção da primeira etapa da usina ocorreu em meio a inúmeros conflitos envolvendo a Eletronorte e a população local.

Diante da possibilidade real de minimização dos impactos sociais e ambientais da construção de usinas hidrelétricas no país, Menkes (2004) reforça:

A eficiência energética é uma opção de se utilizar menos recursos ou energia para realizar o mesmo serviço ou trabalho, a mesma quantidade de iluminação, aquecimento, transportes, etc. Para que se introduza a eficiência energética é preciso haver escolhas. Essas escolhas passam

pela preservação de recursos naturais, pela utilização de fontes alternativas de energia, pela diminuição do desperdício, pela busca de alternativas tecnológicas mais eficientes, entre outras.

Do ponto de vista da ineficiência energética, pela utilização inadequada da capacidade instalada de geração de energia, Sachs (2003) salienta que pesquisas apontam que a capacidade instalada de geração de energia é subexplorada, principalmente pela falta de investimento na manutenção e instalação das hidrelétricas existentes, assinalando que a maior parte do potencial hidrelétrico está nas PCH's. Para Sachs, *“estas constatações não têm sensibilizado as instituições financeiras, como o tem a construção das grandes e médias usinas, levando a concluir que essa atual política reproduz o perverso modelo de concentração de renda, promovidos por esses megaprojetos que se aproveitam de dinheiro público subsidiado para contratar gigantescos lucros, sem importar também nos gigantescos impactos socioambientais”*.

A privatização da energia do Brasil, já discorrida por Vainer, é percebida também na discussão feita por Rocha (2001), que o exemplifica tomando por substrato histórico a construção da UHE – Lajeado, no rio Tocantins, a primeira hidrelétrica brasileira a ser construída pela iniciativa privada e com 100% de financiamento público.

Sobre o faturamento da referida usina, o autor argumenta que:

A referida barragem terá uma receita anual de 170 milhões de reais/ano. Da energia produzida, somente 20% ficarão no Estado do Tocantins, os outros 80% irão para o mercado nacional através do sistema integrado Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A concessão de exploração da energia em Lajeado é de 35 anos. Em oito anos o valor da obra será resgatado (ROCHA, 2001).

Percebe-se a presença do grande capital, inclusive o internacional, nos projetos de construção de usinas hidrelétricas na Amazônia. Fato este marcado

pelo Estado ao induzir a desterritorialização pela autorização da construção desses empreendimentos, o que obriga a população local ao deslocamento de seu território.

Sem contar que muitas das construções privadas são erguidas com dinheiro público. Cabendo ao Estado, ao final, apenas a transferência da responsabilidade ao setor privado, seja para diminuir custos (ampliação das somas de investimentos que nunca cessam; etc.), seja para agilizar a obra (impedindo burocratização, disputas entre atores estatais; etc.).

É como que se, no fundo, o Estado pagasse para a produção de energia ao setor privado, que lucrará ainda com a recuperação, décadas a fio, dos investimentos feitos com poucos ou nenhum dos investidores empresariais.

Sobre a presença do grande capital na região amazônica, Freitas (2004, p. 132) faz uma perspicaz analogia à ciência, pelo fato de que:

A ciência sempre esteve alinhada com os processos internacionais de apropriação e expropriação da região amazônica, em todas as etapas de sua colonização. Inclusão e exclusão, riqueza e miséria, modernidade e atraso, local e mundial, desigualdade social e globalização são projeções dessas contradições na região. A contínua disjunção das populações regionais com os projetos internacionais em curso na região constitui, atualmente, o cenário mais perverso ao qual estas populações encontram-se submetidas.

Obviamente que não se pode generalizar, uma vez que parte da ciência e dos cientistas apoia o grande capital, mas outra parte, com certeza a menor, denuncia e combate esse processo perverso de destruição socioambiental – como o que é aqui objetivado.

Ainda sobre os impactos ocasionados por grandes empreendimentos instalados na Amazônia, Freitas (2004, p.147) enfatiza que: *“os mesmos provocam efeitos devastadores nas populações localizadas nas áreas de implantação e influência dos mesmos, dentre os quais: construção de ferrovias e*

rodovias, pólos de extração mineral e garimpos, instalação de grandes hidrelétricas e de madeireiras, projetos de monitoramento físico e eletrônico e, projetos de assentamentos sem planejamento”.

Esta situação foi observada por Barroso (2001), que expõe o processo de desterritorialização a que foram submetidos diferentes atores sociais a partir da construção da UHE-Tucuruí no rio Tocantins, cuja construção:

Deslocou compulsoriamente milhares de famílias. Também algumas vilas e povoados foram atingidos parcial ou totalmente. A sede do município de Jacundá foi totalmente inundada; dos municípios de Tucuruí, Jacundá e Itupiranga, parte de seus territórios; de Rondon do Pará, uma pequena área. Parte de reservas indígenas (Parakanã e Pucuruí) e 170 de rodovia federal. O empreendimento ocupou, ainda, com suas obras, 60% a 70% do território indígena dos Gaviões da Montanha, que tiveram que abandonar sua reserva e se deslocar para a Reserva Mãe Maria, que também foi rasgada por uma linha de transmissão de 19 km de extensão e 150 m de largura.

O referencial produzido até aqui demonstrou a complexidade dos assuntos que envolvem a situação imposta aos afetados em decorrência da construção de empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Uma situação recheada de problemas e ainda carente de respostas científicas. Esta pesquisa propõe, em interface, principalmente, da Geografia com a Sociologia, entendendo que ambas podem contribuir para o estudo em questão, identificar se a reflexividade institucional é uma categoria válida e suficiente para analisar práticas de empreendedores e agências reguladoras no Brasil.

Dentre as questões que nos motivaram a realizar este trabalho, temos que, com relação à perda de territórios, estes aspectos ganham relevância à medida que constatamos que, no mundo, cerca de 80 milhões de pessoas foram deslocadas pelas grandes barragens e, outros milhões, dependentes da variação sazonal que interfere nas áreas de várzea e em sua produtividade, tiveram seus modos de sobrevivência alterados (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000). No

Brasil, um exemplo dramático é o da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída, primordialmente, para atender as necessidades do projeto de fabricação de alumínio da Albrás e Alunorte no Pará e no Maranhão, atendendo indústrias do setor privado para a produção de alumínio para exportação e que deslocou entre 25.000 e 30.000 pessoas. Ou seja, além de se priorizar a implantação de grandes usinas produtoras de energia, estão elas voltadas a abastecer indústrias altamente consumidoras de energia e outros insumos, deslocadas dos países ricos para os subdesenvolvidos, inclusive porque são bastante poluentes e geram poucos empregos.

No Brasil, o número de desterritorializados pela instalação e operação de aproveitamentos hidrelétricos é significativo, pois aproximadamente são 800.000 pessoas que foram submetidas ao deslocamento compulsório (BERMANN (2007).

No Brasil, como no mundo capitalista, os de “baixo” tendem, as informações o atestam, a sofrer as sequelas dos empreendimentos.

O fortalecimento da sociedade civil e a ampliação de seus direitos são apontados como mecanismos de minoração das contradições.

Para tanto, é necessário pressão sobre as instituições estatais, para que elas possam, também, repassar obrigações e responsabilidades aos construtores e agentes empreendedores.

Paralelamente a isso, devem prosseguir pesquisas sobre fontes alternativas de energia e sobre sua potencialidade, a médio e longo prazo, de dividirem com as hidrelétricas o palco da produção da energia no país.

Quanto mais discussões, possibilidades, potencialidades, alternativas e empenhos estatal e civil, maiores as chances de crescimento econômico com

menores afetações socioambientais. Maior, pois, a possibilidade verdadeira de “desenvolvimento”.

Caso contrário, se o imediatismo e o unilateralismo burgueses prosseguirem, às expensas da maioria da população, sobretudo as locais, diretamente atingidas, o quadro continuará a retratar um crescimento baseado na destruição, uma iluminação baseada no esquecimento social, uma energização baseada no impedimento dos desfavorecidos de participarem dos rumos do país.

O crescimento do “bolo econômico”, assim, pouco servirá. Já sairá estragado do forno.

Diante disso, a propósito, como os afetados tem se organizado? Como tem agido? O que há nos cenários presente e vindouro, que já se rabisca? Existem novos personagens na trama?

Capítulo 4. Quando novos atores entram em cena: conflitos e confrontos, gritos e silêncios envolvendo a instalação do AHE-Estreito

Neste capítulo são apresentadas as especificidades dos sujeitos sociais componentes do cenário que se configura a partir da instalação do AHE-Estreito. São evidenciados aqui o sentimento, os conflitos socioterritoriais e seus desdobramentos, bem como um processo de ruptura das identidades destes sujeitos marcado por uma tentativa oficial de construção de identificação translocal.

Porém, de modo auxiliar nas discussões sobre os conflitos socioterritoriais e identitários, bem como de seus desdobramentos, é apresentado na sequência um breve diálogo com autores e temas/categorias que convergem com objeto da pesquisa em pauta.

4.1. Um diálogo necessário: aproveitamentos hidrelétricos, sociedade de risco e justiça ambiental

4.1.1. Aproveitamentos hidrelétricos: questões sobre a implantação e a produção de energia elétrica

A implantação de aproveitamentos hidrelétricos na Amazônia envolve conseqüências sociais e ambientais importantes, como influências em terras indígenas, de ribeirinhos, de comunidades quilombolas e moradores urbanos e até a supressão de biodiversidade. As usinas de grande escala, como as construídas nesta região, estão envoltas em projetos de produção de energia que estão inseridos em uma visão de desenvolvimento geralmente pouco

democrática, antissocial e pouco louvável em termos de meio ambiente (COSTA, 2002).

Outro fato importante é que a capacidade de alta geração próxima dos grandes centros consumidores está esgotada tendo que ser redirecionada principalmente para áreas de maior vulnerabilidade social e ambiental – a Amazônia. Neste caso, a população atingida é mais vulnerável, tendendo a sofrer graves consequências no seu *modus vivendi*, como o que se verifica com as comunidades indígenas, de ribeirinhos e os remanescentes de quilombos.

De forma geral, os impactos produzidos pelas usinas hidrelétricas têm sido amplamente discutidos na literatura. Porém, ainda são tratados de forma inadequada nos Estudos de Impacto Ambiental. Em relação aos principais impactos físicos e biológicos, pode-se citar a supressão de extensas áreas de florestas e de áreas agricultáveis, principalmente devido ao alagamento para formação da represa, emissão de gases de efeito estufa como o metano pela decomposição anaeróbica da matéria orgânica.

Berman (2007) revela que os impactos da implantação e operação de usinas hidrelétricas têm sido severos, pela decorrência de problemas físico-químico-biológicos e pela interação desdobrada com as características ambientais do local de instalação, como a alteração do regime hidrológico, assoreamento, emissões de gases estufa, entre outros. O autor aponta que além destes, destacam-se também os critérios relacionados a aspectos sociais, particularmente com relação às populações ribeirinhas atingidas pelas obras.

Mesmo a mobilização de diferentes setores da sociedade civil principalmente aqueles que atuam com foco nos mais vulneráveis socialmente como Movimento dos atingidos por Barragens, Quebradeiras de Coco, Indígenas

e Quilombolas eles não tem conseguido de forma mais incisiva fazer valer os seus anseios. O Estado, em meio à política imposta, tem privado a possibilidade desses segmentos se tornarem visíveis. Fazendo com que eles compareçam à sociedade como grupo de ambientalistas associados ao entrave do desenvolvimento, impossibilitando-os do democrático direito de vocalização e demonstração de dos seus anseios e especificidades. Esta é a exemplificação daquilo que Pacheco (2008) denomina de “*Racismo Ambiental*”.

Relembremos a citação de Fogaça (2005), exposta anteriormente, de que “*o único direito reconhecido é o direito de propriedade e esse é pagável, tanto que, se o proprietário se recusar a receber a indenização, o empreendedor poderá depositá-la em juízo, o que já atribui a ele o direito de domínio da propriedade e a perda por parte das famílias*”.

Para as populações tradicionais, a percepção do território vai além da apropriação de um pedaço de terra, pois sua relação com a terra se dá pelo simbolismo e pela afetividade que são incorporadas em suas representações e suas territorialidades.

Raffestin (1993), a seu modo, apontou que “território” é um espaço, no qual o trabalho é projetado, seja energia ou informação, investido de signos culturais de uma sociedade e que, remete-se ao poder.

O poder, difuso e tradicional, que estas comunidades possuíam sobre a sua vida e seu chão vai então sendo esmagado pelo poder estatal e dos agentes capitalistas que representa, ainda que aparente agir em nome e benefício de todos.

4.1.2. Da sociedade de risco à identidade real

A tese da sociedade de risco, proposta por Beck (1992) pode ser considerada uma das mais influentes na modernidade. Ele deixa explícita a sua crítica aquilo que a modernidade produz enquanto riscos e à própria modernidade. Reflexão esta endossada por Hannigan (2009, p.43). Para ele, essa tese parte do princípio que as nações passaram de uma sociedade industrial para a de “sociedade de risco” (Hannigan, 2009, p.44-45). Suas ponderações referentes à sociedade industrial, são de que “a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída de uma maneira socialmente desigual” e que simultaneamente ela também “*minimiza os efeitos colaterais negativos (pobreza e fome)*”. Já para o paradigma da sociedade de risco, “*os riscos e perigos produzidos como parte da modernização, especialmente a poluição, devem ser prevenidos, minimizados, dinamizados, dramatizados e canalizados*”. Neste caso, “o risco é visto como sendo muito mais igualmente distribuído do que era o primeiro caso” (Idem, p.45). Beck argumenta que “*a fome é hierárquica, a poluição é democrática*”. E Hannigan destaca que a chamada por ele de “*sociedade de distribuição de riqueza*” e a “*sociedade de distribuição de risco*” são compostas de desigualdades e está se alastrando principalmente pelos centros industriais do Terceiro Mundo”. Os “*riscos dependem simultaneamente da construção científica e social. A ciência é uma das causas, o meio de definição e a fonte de soluções aos riscos, e devido a isso, abre novos mercados de cientificação para si mesma*”. (BECK, 1992, p.154).

Pela exposto depreende-se que cada vez mais a utilização das técnicas produz diferentes riscos e intensidades de afetação a diferentes atores sociais. A

produção de energia elétrica por hidrelétrica é uma delas, a exemplo do risco da perda de territórios por diferentes tipos de comunidades tradicionais na Amazônia e sua interferência inclusive na identidade destas populações.

Afinal, a sociedade pode ter mudado, da industrial para a que alguns chamam de pós-industrial, de serviços, etc., mas a essência continua a mesma: o lucro à custa de tudo, do homem e do ambiente. E a técnica ou as tecnologias, neste sentido, seguem a rota que abrevia o lucro, causando destruições à parte da sociedade e do ambiente que interessa aos poderosos.

A existência dos conflitos denota que os atores sociais estão expostos diferentemente a uma vulnerabilidade, aos riscos. Assim, a gestão dos mesmos não poderia pautar-se em aspectos unicamente técnicos. Zanirato et al., sobre isso, afirmam que:

A gestão dos riscos naturais, tecnológicos ou sociais solicita a multiplicação de atores e não pode ser colocada somente em termos técnicos ou estritamente securitários. As negociações devem envolver agências multilaterais, governos dos estados, empresas, associações ou grupos de pressão e a sociedade em geral, de modo a esclarecer os fatos que desencadeiam os riscos e determinar as condições para seu enfrentamento. (ZANIRATO et al., 2008, p.14).

Essas ocorrências podem ser frutos das conseqüências da modernidade assinaladas por Giddens (1991, p.15-16) basicamente no que se refere à descontinuidades entre as instituições sociais modernas e as tradicionais. A primeira a que ele se refere é ao *“ritmo de mudança”* observando que em condições de modernidade a mudança é *“extrema”*. A segunda descontinuidade é o *“escopo da mudança”*, onde em diferentes espaços do planeta, as descontinuidades *“são postas em interconexão”* onde *“ondas de transformação social penetram através virtualmente toda a superfície da Terra”*. A terceira, por

fim, apresentada é a “*natureza intrínseca das instituições modernas*” por que “*algumas formas sociais não se encontram em períodos históricos precedentes (...) outras tem apenas uma continuidade especiosa com ordens sociais pré-existentes*”.

Os riscos percebidos por Beck estão relacionados à modernização e suas conseqüências, muitas imprevisíveis. Essas conseqüências podem interferir nas representações sociais e nas culturas tradicionais, “*onde o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contem e perpetuam a experiência de gerações*”.

Assim, a técnica que muda e amolda o mundo, engravidada pela lógica do lucro, instala o novo sem preocupação com o passado, pois o que interessa é o ganho, presente e futuro. O passado não conta tanto; sobretudo o das comunidades tradicionais.

A tradição, aliás, segundo Giddens (1991, p.44), é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade.

Nos termos de Soja (1993, p. 185) as representações são expressas naquilo que chama de “*localidades*”, termo não usado por Giddens. São tipos “*particulares de locais permanentes social e espacialmente estabilizados através do estabelecimento aglomerado de sítios de atividade primária e do estabelecimento de comunidades territoriais afins*”. Como todos os locais, elas são estruturas espaço-temporais provenientes da combinação da ação humana e do impacto condicionador das condições espaço-temporais preexistentes.

Neste contexto de riscos, é preciso entender a percepção de risco que “*significa reconhecer e aceitar a dimensão social do risco, porque sua percepção é em si um fenômeno social e não individual. Daí, como tal, uma construção*

social do risco decorrente de acordo com o tipo de sociedade da qual emana, suas crenças e visões dominantes”. (ACOSTA, 2005, p. 16).

A construção social do risco é possível a partir da diversidade social. É esta diversidade que coloca determinados grupos em situações de diferentes vulnerabilidades. Blaikie et al. (1996, p.30) analisa as características chaves que denotam quais grupos estão mais vulneráveis que outros como a classe social, casta, etnicidade, gênero, incapacidade, idade ou *status*. Os autores mencionam que essa definição inclui também a variável temporal, pois a vulnerabilidade não está somente relacionada a vida e à propriedade, mas também aos meios de vida, onde os mais vulneráveis tem maiores dificuldades de reconstruir seus meios de sobrevivência.

Por vulnerabilidade, os autores entendem as característica de uma pessoa ou grupo a partir do ponto de vista que possuem para antecipar, sobreviver, resistir e se recuperar do impacto de uma ameaça natural.

Dos eventos hidrelétricos no Brasil, o relato geral é de que a vulnerabilidade populacional está intimamente ligada àqueles desprovidos do acesso a bens informacionais e com recorte de raça e etnia. Podemos entender que há também a vulnerabilidade institucional, pois os órgãos reguladores e responsáveis pelo setor estão à mercê de outros setores. Neste caso, não específico ao setor interno ao órgão, mas ao setor econômico globalizado que não permite a vocalização dos que compõem a vulnerabilidade populacional mantendo-os invisíveis perante a sociedade quando não marginalizados.

Porto (2009) diz que o tema sobre vulnerabilidade foi desenvolvido para designar aquelas populações e regiões que possuem maiores dificuldades de absorver os impactos destes eventos. Estas populações e regiões acabam

sofrendo com interferências externas aos seus espaços locais-lugares, promovendo sobremaneira a desarticulação das relações sociais aí estabelecidas. Este desencaixe de relações é ocasionado pelo dinamismo da modernidade. Essa configuração é posta por Giddens (1991) onde:

“o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza”.

A modernidade com sua capacidade de desencaixe das relações sociais em seus respectivos espaços geográficos, acabam por interromper as territorialidades. Elas estão marcadas pela relação das pessoas com o território. O território é uma categoria geográfica que expressa a partir de seu uso e apropriação as representações sociais e identitárias daqueles que o detêm. CLAVAL (1999, p.17) levanta esse questionamento – “*pode-se ter identidades sem ter referentes espaciais?*”. Na medida em que a identificação com os objetos fragiliza o indivíduo e o grupo, alguns pensam que é necessário consolidá-los através de medidas territoriais de exclusão. (CLAVAL 1999, p.20).

Esta situação alinha-se à perspectiva de Leff (2003), que enfatiza que, diante das consequências da modernidade, “nesses momentos devemos aceitar e internalizar a preocupação de que as intervenções científicas em processos naturais complexos podem constituir em si mesmas, uma fonte de geração de problemas, que afetem não somente o meio natural, mas também a saúde, o sustento da população e as perspectivas econômicas”.

4.1.3. Da justiça ambiental

Parcela da população tem sofrido com diferentes tipos de eventos considerados “naturais”, dentre eles, os deslizamentos de terra, as enchentes, a contaminação da água, a disposição de resíduos, etc. Observa-se que tais eventos são mais danosos em parte da população que se encontra mais vulnerável em seu aspecto financeiro, capacidade organizativa e excluída de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades básicas do cidadão – habitação, trabalho, educação e saúde. A vulnerabilidade expõe esses atores a riscos ambientais de forma desproporcional quando comparados com aqueles dotados e mais próximos de recurso tanto político, quanto informacionais e financeiros. Não à toa alguns nomearam esse fenômeno de injustiça ambiental, cabendo aqui, utilizar o conceito de Herculano (2002) e os exemplos citados por Acselrad, Mello e Bezerra (2009).

Para Herculano, trata-se de um *“mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento, a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis”*.

A relação direta da injustiça ambiental com a exposição a riscos ambientais não são transparentes, haja vista que a naturalização dessa exposição vem acompanhada da dissimulação pela extrema pobreza (Herculano, 2002) que acometem, principalmente os atores moradores da *hiperperiferia*²⁰, sujeitos a uma superposição de riscos ambientais e más condições socioeconômicas.

Historicamente, no entanto, a injustiça ambiental tem recaído sobre atores sociais

---

²⁰ MARQUES, e TORRES, H. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.4, 2001.

discriminados socialmente, seja pela raça, condição financeira, sexo ou idade. Faber (2007) expõe a situação vivida pela população negra na inundação do Delta do Mississipi nos EUA em 1927, onde as pessoas brancas foram retiradas primeiramente e, após o plano de evacuação foi abandonado. Isto para não perder a força de trabalho composta prioritariamente por negros. Além disso, as acomodações destinadas, após a inundação, para brancos e negros que ficaram ou foram deixados, eram totalmente diferentes. Os brancos ficavam alojados em segundo andares, escritórios e hotéis, enquanto os negros ocupavam armazéns ou em sua grande maioria (dez mil), acampamentos. Alguns relatos apontam que eram “tratados como cachorros”.

A interferência na territorialidade dos afetados é um fator estressante que os expõe a uma nova realidade que por eles não foi preterida interferindo diretamente em seu *modus vivendi* denotado uma expressão social de vulnerabilidade a que estão expostos. O relatório da Comissão Mundial de Barragens (World Commission on Dams) reforça essa afirmação, enfatizando que o processo de deslocamento compulsório induz um processo de exclusão física, econômica e social da população diretamente afetada pela construção da usina (WCD, 2000). Para Martins (1991) esse processo tem como consequência a perda da identidade sociocultural das populações locais, para as quais a relação com a terra transcende a idéia de rentabilidade por área em termos puramente econômico.

Tal fato está atrelado a diferentes tipos de atividades geradoras de riscos, e por isso, concordamos com a afirmação de Acseirad (2005), de que a desigualdade ambiental é uma expressão da desigualdade social.

Associado a tais questões temos o racismo ambiental que acomete populações que estão à margem da sociedade, os mais vulneráveis sempre com o sobressaltar do viés étnico racial. Pacheco (2008, p. 11) conceitua o Racismo Ambiental como “as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. *“O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente, através de ações que tenham impacto ‘racial’, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem”*.

A autora é contundente quando menciona que o modelo hegemônico de hoje transformou a “*maioria das humanidades como objetos*” sendo que uns serão os meros meios “*usados a serviço do lucro*” e outros, pela sua invisibilidade e considerados supérfluos são e serão “sumariamente descartados” (PACHECO, 2008, p. 11). Dessa discussão podemos entender que dentre as atividades que proporcionam o racismo ambiental enquadram-se as hidrelétricas, pois a tomada dos territórios das populações tradicionais é uma ação que tem um impacto étnico-racial, atingindo frequentemente populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc. A ocupação desses territórios tem levado algumas dessas populações “*(...) a um confinamento que impede a manutenção de suas tradições, dos seus meios de vida e da sua própria subsistência*”. (PACHECO, 2008, p. 13). Uma nova categoria de pessoas devido aos problemas descritos a autora denomina de “*refugiados ambientais*”.

4.2. Acordos e (des)acordos: estabelecimento de ações entre as instituições

De imediato, demonstra-se a partir das informações documentais, que o empreendedor, após a conclusão de sua obra, não vinha cumprindo com os acordos firmados junto aos órgãos responsáveis pelos projetos de assentamentos rurais (INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) dos *assentados interferidos*²¹ pelo reservatório da UHE em questão.

É importante ressaltar que as interferências diretas da implantação do AHE-Estreito se deram no estado do Maranhão e do Tocantins. A tabela 2 apresenta os projetos de assentamentos interferidos em ambos os estados.

Tabela 02: Projetos de Assentamentos Interferidos nos estados do Maranhão e do Tocantins

	PROJETO DE ASSENTAMENTO INTERFERIDO	ESTADO
01	P. A. Braço Forte	Maranhão
02	P. A. Brejo da Ilha	Maranhão
03	P.A. Nova Vitória	Maranhão
04	P. A. Barra do Rio Arraias	Tocantins
05	P. A. Alegria	Tocantins
06	P. A. Formosa	Tocantins
07	P. A. Tabuleiro	Tocantins
08	P. A. Turrão	Tocantins
09	P. A. Paciência	Tocantins
10	P. A. Duas Cabeceiras	Tocantins
11	P. A. Remanso	Tocantins
12	P. A. Matões ²²	Tocantins

Fonte: Plano de Trabalho para execução das atividades constantes do Termo de Compromisso Ceste/Inkra

²¹ Expressão utilizada no Termo de Compromisso firmado entre o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o CESTE - Consórcio Estreito Energia. Significa as unidades familiares cujas parcelas integrantes dos Projetos de Assentamentos Rurais serão interferidas diretamente pela implantação do AHE Estreito.

²² Este Projeto de Assentamento - Matões, foi criado 01 (um) ano após a emissão da Licença de Instalação do AHE-Estreito pelo IBAMA. Não aparece, portanto, como assentamento interferido no Plano de Trabalho para a execução das atividades constantes no termo de Compromisso.

Dos assentamentos interferidos pelo AHE-Estreito foi possível observar que as ações efetivadas pelo Ceste após o enchimento do reservatório tiveram respostas negativas no que diz respeito à localização e atendimento das necessidades dos afetados. Interessante observar que dos 11 assentamentos interferidos relacionados inicialmente no Plano de Trabalho para execução das atividades constantes no Termo de Compromisso firmado, apenas os atingidos do Assentamento Formosa em Darcinópolis/TO aceitaram o Reassentamento Rural Coletivo proposto pelo consórcio, sendo que os demais assentamentos optaram pela carta de crédito. A área destinada para reassentamento, neste caso foi a da Fazenda Maju no município de São Bento do Tocantins/TO.

Analisando os acordos entre o Ceste e o INCRA, a partir do Termo de Compromisso datado de 04 de setembro de 2009 e também no Plano de trabalho para execução das atividades constantes do TC, é possível observar que:

- Em reunião realizada em 31 de julho de 2008 o INCRA discutiu com os representantes dos assentados interferidos ficando estabelecido que os imóveis escolhidos pelo Ceste para reassentamento deveriam ser vistoriados pelo INCRA através de parecer agrônomo e que o tamanho de cada parcela dos módulos rurais por família seria definido em conjunto após a apresentação do laudo pelo INCRA;
- Em 14 de novembro de 2008 o Ceste encaminhou ao INCRA uma carta solicitando a manifestação sobre o tamanho dos módulos rurais a serem estabelecidos pelo Ceste no Plano de Remanejamento da População do AHE-Estreito para aplicação nos Projetos de Reassentamentos Rurais;

- Em 07 de janeiro de 2009 em reunião entre as partes ficou definido que o tamanho dos módulos rurais do Plano de Remanejamento dos assentados interferidos pelo AHE-Estreito seria definido de acordo com o Laudo Técnico Agrônômico dos Projetos de Assentamentos Rurais.

Destaca-se aqui que o TC e o Plano de Trabalho acordado para o atendimento dos reassentados se estendia aqueles que foram desterritorializados, que mesmo não sendo assentados em projetos de assentamentos rurais da reforma agrária interferidos, optaram por um novo lugar em área rural, recaindo assim, as mesmas responsabilidades do empreendedor sobre estes sujeitos.

Deixemos agora o universo institucional e burocrático planejado para observar mais de perto a concretude do fenômeno, isto é, a massa de contradições socioterritoriais que se abateu sobre sujeitos da região, em nível material e simbólico.

4.3. Impactos territoriais e identitários: inexecução das ações e seus reflexos junto aos afetados

Nos documentos citados anteriormente, evidenciam-se as obrigações entre as partes, onde o Ceste se responsabiliza, dentre outras coisas, em

garantir, na forma da legislação vigente, os legítimos direitos aos Assentados Interferidos, seja em relação ao seu reassentamento para outras áreas rurais em iguais condições de uso, no mínimo, **áreas estas aprovadas pelas PARTES**, conforme indicadas pelas mesmas e/ou pelas comunidades interferidas, seja em relação ao previsto na Cláusula Terceira deste Termo de Compromisso, visando principalmente à **continuidade das atividades atualmente desenvolvidas** nas áreas dos Projetos de Assentamentos Rurais (agricultura ou pecuária), por

cada família de Assentados Interferidos.(Termo de Compromisso - INCRA/CESTE, 2009, p. 5). (Grifo do autor).

O trecho supracitado também integra o Plano de Trabalho (como objetivo específico) firmado entre o CESTE e o INCRA. Como pode ser observado intenciona-se proporcionar a continuidade das atividades desenvolvidas pelos assentados interferidos em sua nova área de assentamento. Porém, em trabalho de campo, decorridos três meses da implantação dos novos assentamentos, revelou-se não ter sido isso o materializado, como pudemos verificar junto aos depoimentos dos próprios sujeitos sociais²³ envolvidos:

Eu **mexia com leite**. Tinha **gado leiteiro**. (...) aí eu fiquei sem. O gado era do meu pai aí ele mudou pra lá. (...) **Plantava arroz, feijão, abóbora, batata, tinha tudo**. Nada, aqui não tem nada pra fazer aí. está tudo seco. (...) Ah, e tem outra, **eles disseram que iam mandar 8 cabeças de gado**, mas **esse gado até agora não saiu**. (...) Igual o pessoal fala, o Ceste **vai dar 3 (três) anos de assistência** pra nós. (...).(M.F. - Assentamento Santo Estêvão - Babaçulândia/TO).

Dentre medidas estabelecidas pelo Termo de Compromisso, constava também um auxílio de R\$180,00 por mês por um período de um ano.

Disponibilizar **ticket alimentação mensal**, no valor de R\$ **90,00 (noventa reais), R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais)**, equivalentes a famílias de, respectivamente, **uma a três pessoas, quatro a seis pessoas e sete ou mais de sete pessoas**, por um período de **12 (doze) meses, contado da data do efetivo reassentamento**, conforme previsto neste Termo, para cada família integrante dos Projetos de Reassentamentos Rurais ou da mudança para a nova moradia adquirida por meio da Carta de Crédito Rural. O CESTE deverá, em substituição a esta obrigação, viabilizar a assinatura de convênios ou outros instrumentos com estabelecimentos comerciais localizados na região dos Projetos de Reassentamentos Rurais, ou, no caso da opção pela Carta de Crédito Rural em municípios não interferidos diretamente pelo AHE Estreito, com estabelecimentos localizados nesses municípios, desde que a uma distância máxima de **200 km do reservatório do AHE Estreito, caso não seja possível o uso dos tickets na região**. (Termo de Compromisso - INCRA/CESTE, 2009, p. 6).

Questionado sobre o recebimento do benefício, sobre o valor e sua importância, o entrevistado respondeu:

²³ Optou-se por usar iniciais fictícias dos sujeitos sociais entrevistados para a manutenção do sigilo de suas identidades, bem como não há a definição de sexo dos entrevistados.

Estou (recebendo). **Pouco pelo que eu tinha lá**, o que eu tinha lá **eu não dependia do cartão**. Eu **dependia só do meu**. Eu **tirava leite**. Hoje eu não faço nada disso. **Era suficiente, meu pai me ajudava, minha mãe me ajudava. E hoje?** (M.F. - Assentamento Santo Estêvão - Babaçulândia/TO).

As ações produtivas e coletivas em seus territórios de origem são marcadas por práticas agrícolas que respondem pelo atendimento das necessidades dos indivíduos e populações afetadas. A ruptura familiar e social provoca uma ruptura drástica destas práticas diminuindo sobremaneira a possibilidade de manutenção econômica dos mesmos. A estipulação de valor correspondente a cada família, não atende todas as necessidades da mesma, obrigando-os inclusive a incorporar novos gastos, antes inexistentes. Aquilo que estava disponível, ao alcance das mãos, hoje deve ser comprado, reduzindo a capacidade de manutenção familiar a partir de gêneros alimentícios, exigindo uma incorporação de nova prática de trabalho não sabida, externa ao seu modo de vida. Por vezes a situação é ainda mais agravada, com a necessidade de se incorporar ao mercado de trabalho, tendo que disputar vagas com outros já experientes na atividade/vaga disponível e ainda em outro espaço que já não é mais o do seu mundo rural. Não obstante, são novos atores que, não conseguindo entrar no mercado de trabalho, irão compor um contingente de mão-de-obra que necessariamente deverá se submeter às vontades do mercado, característica clássica do modo de produção capitalista.

Além de demonstrar descontentamento com o valor estipulado para uma família com 5 componentes, como é o caso, verifica-se que além da possibilidade de auto-sustentação familiar anterior, os laços de familiaridade permitiam a solução de diferentes problemas, incluindo aí o financeiro. A desterritorialização forçada, ocasionada pela instalação do evento, promoveu a ruptura familiar, bem

como da perda das territorialidades. Soma-se a este quadro a diminuição da qualidade de vida em relação à situação anterior, tendo em vista que o evidente descompasso entre o valor praticado para o auxílio alimentação e as necessidades reais de uma família, e acordo com o DIEESE²⁴, o valor mínimo necessário para atender as necessidades preconizadas pela Constituição Federal, que incluem a alimentação, seria de R\$2092,36 quando à época o salário mínimo era de R\$510,00. Considerando que, para os assalariados já não era possível cumprir com o preconizado em lei, fica mais distante ainda, atendê-las com o valor estabelecido no auxílio, denotando a redução da qualidade de vida, colocando as pessoas em situação de vulnerabilidade, inclusive alimentar.

Além disso, nem todos os reassentados (de diferentes áreas) estavam recebendo o auxílio alimentação. Na área de reassentamento Boa Esperança, um dos sujeitos sociais entrevistados arguiu:

(...) E aqui eu **não estou ganhando nada**, eu vim pra cá em julho, **não plantei nada porque cheguei no verão** e eu não fiz nada aqui e **eles não estão me ajudando** (...) eles disseram que **iriam pagar cesta básica, não me pagaram**. E eu estou **só gastando** o que eu tinha. Eu não estou ganhando nada. Estou trabalhando, trabalhando mas não estou ganhando nada porque **eu não produzi nada depois que vim pra cá**. (J.M. - Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins/TO).

A concessão do auxílio financeiro prometido para o atendimento das necessidades imediatas não estava ocorrendo, decorridos já 03 (três) meses colocação das pessoas nos novos assentamentos, gerando desconforto e irritação, percebidos durante a entrevista, mormente no que respeita à perda das economias e a impossibilidade de trabalhar a terra, seja para a agricultura ou atividade pecuária. A relação entre as práticas agrícolas dos desterritorializados denota um saber característico no que se refere aos períodos

²⁴ DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em <http://trovatore.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 25/01/2013.

sazonais para a execução de suas atividades expressas pelas suas territorialidades. O período da ruptura de suas práticas em seus territórios de origem também não coincidiu com a possibilidade do trato com a terra, pois a chegada em seu novo território, no período de verão (regionalmente conhecido e marcado pela escassez de chuvas) inviabilizou o preparo da mesma para execução das atividades.

O entrevistado (M.F.) ainda realça a preferência pelo trabalho próprio e familiar, sem a dependência de um agente externo ao seu ritmo/modo de vida. Dentre os compromissos assumidos pelo Ceste em relação aos afetados, estava a assistência técnica aos mesmos,

Garantir, por si ou via convênios com instituições públicas especializadas, **assistência técnica agropecuária e assistência social aos Assentados Interferidos**, que deverá ser executada de acordo com os parâmetros técnicos já adotados pelo INCRA, pelo **período de 03 (três) anos após a mudança** para o novo local de residência. (M.F. - Assentamento Santo Estêvão - Babaçulândia/TO).

Ao mesmo tempo, ficou acordado que parte da área dos reassentados passaria pelo processo de preparo do solo, possibilitando o plantio conforme Termo de Compromisso, sendo de responsabilidade do Ceste:

Adequar os solos das áreas integrantes dos Projetos de **Reassentamentos Rurais** de forma a possibilitar o plantio em áreas de **2 (dois) ha**, suportando o custo para a correção do solo no **primeiro plantio**, em conformidade com a análise química dos solos a ser realizada para cada parcela às suas expensas. (Termo de Compromisso e Plano de Trabalho, p. 7).

Porém, de acordo com o entrevistado as ações não estavam sendo executadas (nem o preparo do solo, nem a assistência técnica e nem a assistência social aos assentados). E mais, indagado sobre a possibilidade de realização das ações, respondeu o seguinte:

Eu não, **não acredito não**. O dia que eles fizerem essa roça aqui, aí pronto, acabou. Do que eles falavam que iam fazer lá, **nós não vimos**

ainda fazer nada aqui. Está tudo diferente. (M.F. - Assentamento Santo Estêvão - Babaçulândia/TO).

O quadro de dificuldade instaurado pode ser percebido quando da própria entrevista, interrompida pela invasão de várias cabeças de gado no terreno do assentado, que se viu obrigado a correr atrás e tocar de volta ao terreno vizinho em decorrência da não feitura de cercas divisórias dos terrenos, impossibilitando a instalação de hortas e outras culturas, interferindo na possibilidade de reproduzir as suas territorialidades através da apropriação dos espaços para a produção de alimentos. Tal situação também foi relatada pelo entrevistado, onde o mesmo gado havia comido diversas plantações realizadas anteriormente, ainda que o acordo tenha estabelecido que o Ceste suportaria

as despesas necessárias aos custos de medição e demarcação das parcelas rurais integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais construindo, ademais, **cercas divisórias em cada parcela**, de acordo com o Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos. (Termo de Compromisso e Plano de Trabalho, p. 5).

Agregado a tais fatos, tem-se ainda o não cumprimento da obrigação de prover acessos adequados ao sistema de água; sendo dois os motivos alegados: a qualidade da água, onde a mesma está disponível e, também, a ausência não só do sistema de água como o de energia. No acordo ficou estabelecido que o Ceste iria

Disponibilizar para as parcelas integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais pontos de acesso ao **sistema de abastecimento de água e de distribuição de energia elétrica**. (Termo de Compromisso, p. 7).

No entanto, no Santo Estêvão, a realidade sobre a questão difere do observado.

(..) **a água** aqui não presta. **É salobra. Não presta.** A água não presta. (M.F. - Assentamento Santo Estêvão - Babaçulândia/TO).

Só o poço. Aqui a água pra nós, que nós achamos melhorzinho pra cá. A água daqueles poços que fizeram não presta de jeito nenhum. Então pra nós aqui em baixo ficou bom porque nós **pegamos um poço bem aqui.** (...) **Cavaram um poço e a água é boa.** Mas **tem uns poços** dos vizinhos aí **pra baixo que sofrem demais com água ruim.** É assim **salgada.** A gente lava, só presta pra gente lavar tem que usar dois litros. (...) **O sabão** não presta não. (...) **Nem espuma faz.** Dizem que **adoeceu muita gente aí pra baixo** porque ficava longe do Corrente (afluente do Tocantins) e não tinham outras pessoas com água. Agora mesmo **passou uma mulher** que não sei se é do Barro Preto ou é do Jenipapo **que diz que está doente.** Eu não sei como é o nome da doença **e estão achando que é por causa da água.** (M.A. Assentamento Santo Estevão, Babaçulândia).

Estes relatos apontam, pois, que a qualidade da água existente para o consumo não é boa pela salinidade existente. O consumo tem ocasionado algumas doenças. Ao mesmo tempo, **M.A.** disse que teve sorte com sua parcela, por a água ser boa e provir de um poço cavado anteriormente; servindo-a inclusive a alguns vizinhos que procuram água de melhor qualidade que a disponibilizada pelo sistema.

Pertinente o descontentamento dos afetados, pois o acordo estabelecido entre partes, que previa dar-lhes condições de continuarem suas atividades anteriores, não estava sendo cumprido, contribuindo para a sua vulnerabilização social. Denotando, enfim, uma dinâmica de reterritorialização precária da família no que concerne à sobrevivência.

No plano da formalidade do acordo, o Ceste firmava suportar

as despesas necessárias aos custos de medição e demarcação das parcelas rurais integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais construindo, ademais, **cercas divisórias em cada parcela**, de acordo com o Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos. (Termo de Compromisso e Plano de Trabalho).

Situações de insatisfação estão impressas em outros depoimentos no que se refere à localização, qualidade da terra e possibilidades de manutenção familiar com a produção de diferentes tipos de culturas, ainda com o trabalho sendo executado por todos os componentes da família. No espaço ocupado

anteriormente, era possível perceber que o uso da terra caracterizava-o como cumpridor daquilo que se denomina como função social.

"Lá nós vivíamos de plantar feijão, abóbora, mandioca, nós fazíamos farinha, vazante de milho. (...) Plantar de vazante, mexer com horta(...) quiabo, a gente colhia muito feijão, milho, abóbora. (...) Lá em casa o sítio era grande, tinha muita coisa plantada, pé de manga, laranja, coco, tinha banana, tinha muita coisa plantada lá." (M.A. Assentamento Santo Estevão, Babaçulândia).

Observa-se a variedade na produção de gêneros alimentícios tanto de culturas temporárias quanto de culturas perenes. A disponibilidade dos gêneros e o tamanho da propriedade, como evidenciado na fala, supõe o descontentamento com o tamanho da parcela recebida em seu novo território, onde a água, a terra e as condições de lidar com a mesma discrepavam daquela vivenciada outrora, em alhures, demonstrando uma efetiva perda da qualidade de vida.

A situação se inverte, portanto, a partir do novo espaço ocupado, devido à baixa ou nula produtividade do solo e pela falta da ajuda mútua da qual antes desfrutavam.

"Lá a terra era boa demais. Meu cunhado morava lá também. Tinha dois irmãos do meu marido que morava lá, só que a água atingiu e ele comprou um pedacinho de terra assim mais pra cima um pouquinho." (M.A. Assentamento Santo Estevão, Babaçulândia).
"Lá eu produzia de tudo, a terra era boa. Aqui não, é só areia." (P.O. Boa Esperança, Palmeiras do Tocantins).

Os depoimentos expressam uma ruptura com as práticas sociais de suprimento das necessidades básicas, denotando uma desterritorialização marcada pela perda compulsória do espaço vivido dos sujeitos adicionada à perda de territorialidades expressas nas relações de confiança, colaboração e afetividade entre os componentes familiares e seus vizinhos no cotidiano. Percebe-se a passagem do território marcado pelo uso simbólico e cultural para uma dominação expressa pelo sentido estritamente funcional deste mesmo território dominado pelo capitalismo, agora transformando-o em mercadoria.

Dominação esta profundamente contraditória e friamente alheia aos anseios dos sujeitos sociais há muito arraigados e entranhados pela experiência em lugares tidos por eles como verdadeiro "patrimônio," lugar de "sobrevivência" e de "representações". (ZOURI & OLIVEIRA, 2007).

O processo violento de desterritorialização a que foram submetidos rompeu as relações pretéritas com os vizinhos, com seus espaços e tempos, em nome de um aproveitamento hidrelétrico que ocasionou desilusões e distúrbios psicossociais em vários moradores, dentre outras coisas, pela reterritorialização precária a que foram submetidos. Vejamos:

(...) eu nasci e me criei lá e gostava de lá. Mas só que não tinha jeito de ficar lá. Tinha que sair mesmo. Tinha umas mulheres que **choravam** e diziam que podiam **enterrar** elas **juntamente com a casa**. Uma é essa menina minha mesmo, **chorava lá** e dizia que **podia enterrar ela junto com a casa e que ela não iria sair** - estava **dando uma depressão** nelas. Terminamos saindo e **não sei se ela hoje** em dia **vai se conformar**. (...) Essa mulher **sofreu demais**. Ela não queria sair. (E.M. Boa Esperança - Palmeira do Tocantins).

A condição de vida, atinente à saúde explicitada na entrevista, relaciona-se com a diretriz de que a apropriação do território por populações tradicionais está incorporada ao simbolismo, às questões identitárias e também à afetividade, conforme os argumentos desenvolvidos por Haesbaert (1997). Fica explícita uma situação de sofrimento e dor pela perda do espaço vivido. Ao mesmo tempo os afetados perdem suas identidades, pois estas são construídas a partir das relações entre os indivíduos e destes com os territórios.

O momento da saída de seus territórios é marcado pela tristeza e dor notadamente pelo sentimento da perda de suas representações espaciais construídas de suas relações afetivas com o ambiente, com seu lugar, aproximando da importância do lugar apresentado por Tuan (1980).

Contudo, não só a simbologia criada a partir da vivência, mas também aquilo construído ao longo do tempo, como representação e memória, e que se esvai pela retirada compulsória de seus chãos e de seus tetos, dos frutos do suor escorrido ao longo de décadas, nos trabalhos individuais e coletivos destas pessoas donde irrompem os lamentos. Afinal, como eles próprios asseguram:

É que a gente já estava **acostumada** lá **no lugar da gente**. A gente fica nesse **lugar estranho, não tem costume** de morar, **eu fico nervosa assim**. (...) **Não podia ficar lá né, não podia ficar só, tinha que sair mesmo**. Se fosse uma coisa que **pudesse não sair, aí não tinha saído**. E o dia que tinha, aí a gente saiu. (J.C. - Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins).

Não são raros os momentos, como ocorreu durante a própria entrevista, em que os sujeitos demonstram extremo descontentamento com o novo lugar, onde as palavras, em baixo volume e pausadas, ficam por vezes interrompidas pela falta do fôlego, pelas lágrimas que escorrem pela face, sempre cabisbaixa. Ao mesmo tempo é possível identificar a falta de opção, por não poderem permanecer em seu território, pela escolha locacional de instalação do empreendimento. Decisão esta, da qual não participaram e, cujas consequências têm se mostrado somente negativas, contrárias à liberdade e vontade própria deles.

Mesmo após a retirada compulsória de seus territórios, alguns ainda retornavam (antes do início do enchimento do reservatório) ainda que a contragosto, sobretudo para retirar possíveis restos de materiais, mudas e/ou animais que ficaram para trás quando da mudança. O que geralmente implicava em angústias e desconsolo.

Eu **sinto** muito **ruim** (...). Eu tento não voltar lá porque eu sinto muito ruim, fico ruim. **Quando eu chego lá**, no lugar que a gente morou, está tudo acabado, **a gente se esforça pra não chorar, não entristecer porque é ruim**. No lugar que tinha as casas, eles deixaram do jeito que tá aqui, limpo, limpo, limpo, limpa tudo. (...) eu sempre falo que **eu não acostumo aqui**, o que eu lembro está lá. **Não esqueço**. (...) **não**

esqueço onde eu morava. De jeito nenhum. (P.O. Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins).

As entrevistas faziam abrolhar uma situação de indiferença do consórcio responsável pela construção do aproveitamento hidrelétrico quando da mudança e transporte dos bens materiais dos desterritorializados.

(...) É trator carregadeira, aquela coisa que pega e cava um buraco, puxa e joga dentro, e **“enterraro”**. (...) eu mesmo, eles **enterraram uma parte da madeira da minha casa** porque eu tive que sair e no dia que **a máquina estava lá eu ainda pedi pra eles tirarem**. (...) Está bem ali um bocado que eles tiraram da minha casa, era aquela madeira ali, mas **minha casa era quase tudo cercado de madeira, eles enterraram uma parte**. Porque **eu não estava lá e eles não estavam nem aí**. As que não dava pra arrancar, **cortavam de moto serra, cavava um buraco e enterrava**. A cerca **não deu tempo de tirar o arame, eles cortaram as estacas, embolou e enterrou**. Esta lá pra quem quiser ver. (J.M. Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins).

Tal situação implica, além da revolta em perder parte dos bens, na impossibilidade de edificar ou utilizar o material em benfeitorias nos "novos territórios". Por vezes são estes materiais que permitem uma construção rápida, por parte dos próprios desterritorializados, de forma a atender necessidades emergenciais. Além de não terem todo seu material transportado, ainda ocasiona uma perda financeira após o enterro daqueles não "arrumados" em tempo para a mudança. Explicita-se ainda uma ação desmedida do agente a serviço do empreendedor em suprimir e impossibilitar, inclusive, a retirada dos seus pertences do local. Desrespeitando e agindo de modo coercitivo, o agente reprime e violenta de forma simbólica aqueles impossibilitados de levar o que é seu.

Figura 12: Madeiras transportadas para o novo território
Origem: Ilha de São José. Destino: (J.M) - Fazenda Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins

Várias declarações confirmaram a ação abusiva durante a retirada de material para transporte, implicando, por vezes, em prejuízos adicionais, como os relacionados aos plantios, expostos a incidentes envolvendo gado solto, nos terrenos desprovidos de cercas limítrofes, como as chácaras e cercados voltados à criação de pequenos animais. Observemos, neste sentido, a figura a seguir.

Figura 13: Estacas divisórias e rolo de arame deixados na área de origem - Ilha de São José

(...) **enterraram** coisa minha, **arame e estaca**. (...) disseram que iriam tirar, botar num canto e derrubar a casa e enterrar, e **depois eu podia “panhá”**. Depois **quando eu fui eles tinham enterrado, cortaram com moto serra**. (...) O arame eles enterraram, mas não foi tudo não. O que tinha tirado eles não enterraram, só os que tinham ficado sem tirar. É porque tinha os porcos, tinha os bodes e aí tinha o cercado deles. Não deu tempo da gente sair e arrancar logo, **tinha que mudar os bichos pra depois arrancar**. (E.M. Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins).

Depois de tudo junto se a gente tivesse juntado tudo de uma vez ali. Se desse pra levar daquela vez bem, se ficasse pra trás aquele não podia levar não. Foi no caso deles ali, meu pai, **meu pai queria trazer a casa**, a casa dele **muito boa lá**, queria trazer, aí **na hora não coube, no carro não coube**, aí **marcaram pra ir lá buscar** e aí **quando chegou lá a casa estava enterrada, duas casas**. (P.O. Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins).

(...) Até minha casa ficou lá perdida. Nós marcamos o dia de pegar, **que eles disseram que podia carregar tudo né**. Aí marcamos o dia de ir buscar, o menino buscar, **chegou lá tinha derrubado as tábuas**. (P.O. Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins).

Apesar da promessa de que deixariam o material disponível aos antigos moradores para que pudessem reaproveitá-lo noutro momento, não foi isso que se viu. No retorno às suas áreas, os moradores se depararam com tudo já enterrado, impossibilitando a sua recuperação. Deixando transparecer que o artifício utilizado para retirá-los rapidamente do lugar eram baseados na mentira.

Ao passo que na formalidade burocrática do acordo, que deveria reger a ação dos envolvidos, constava:

Suportar as despesas relativas à mudança dos Assentados Interferidos para a sua nova moradia, nas formas previstas no Termo de Compromisso acordado entre as partes, incluindo móveis, utensílios, benfeitorias removíveis, estas desde que disponíveis para o transporte no ato da mudança, animais e produto florestal madeireiro para melhoria da respectiva moradia. (Termo de Compromisso e Plano de Trabalho).

Apesar, pois, de o acordo ter sido estabelecido para atendimento dos assentados, a situação de descaso e precariedade era relatada também pelos interferidos não assentados. Como foi possível verificar, mesmo estando em condições de serem transportadas, o reaproveitamento era impossibilitado.

Notemos o que se passou com as edificações da ilha de São José onde foram enterrados restos materiais sabidamente reutilizáveis.

Figura 14: Áreas onde foram enterrados os restos de uma casa (A) e de uma igreja (B) na Ilha de São José

A figura anterior expõe as áreas onde foram enterradas partes da casa de um dos ex-moradores da Ilha de São José e de uma igreja. Os relatos realizados pelos desterritorializados com relação aos bens não transportados, obrigados a serem deixados para trás, produziram rememorações desconfortáveis aos sujeitos, seja pelo impedimento violento de carregar parte dos objetos que se

identificam com sua própria vida, seja pelo não cumprimento do acordado, que desvelava de vez não só a fria lógica que os desalojava como o modo real como eles eram vistos pelos empreendedores. São narrativas que expressam a intensidade e significado do vivido anterior, porém percebidas mais facilmente pelos acontecimentos atuais (BOSI, 1994).

A direção dos relatos move a narrativa para um caso específico, o da Fazenda Maju. Vejamo-lo.

4.4. Assentados interferidos: desdobramentos na Fazenda Maju

Apesar do acordo estabelecido entre as partes através do Termo de Compromisso de 04 de setembro de 2009 e do Plano de Trabalho para o atendimento das necessidades dos afetados, ficou evidente até então que os acordos não vinham sendo cumpridos, principalmente aqueles do Projeto de Reassentamento da Fazenda Maju em São Bento do Tocantins/TO, imóvel adquirido pelo Ceste, exclusivamente para tal finalidade.

Os acordos previam que para a execução das obras na área de reassentamento haveria a necessidade da participação, conforme tanto do Incra como dos afetados do Projeto de Assentamento Formosa de Darcinópolis/TO. Porém, as obras foram executadas sem a participação conforme apontado no Relatório de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento da Fazenda Maju oriundo de vistoria realizada no dia 22 de setembro de 2010 por técnico do Incra lotado em Araguatins/TO. Neste ponto, é interessante lembrar que a motivação dada ao relatório foi a solicitação de licença de operação (LO) pelo empreendedor.

No relatório, baseado também na visita de afetados ao local, foram apontados alguns inconvenientes como a construção de casas em áreas de inundação; algumas unidades foram construídas muito próximas umas das outras comprometendo a criação de animais domésticos e animais de pequeno porte, atrapalhando, ainda, a privacidade da família; as cercas limítrofes inconclusas inviabilizava a criação de cabeças de gado por parte de alguns assentados.

O empreendeddor havia "preparado" a Fazenda para o recebimento de 30 famílias, ocasionando um conflito com os assentados por conta da necessidade da inclusão de mais 02 (duas) famílias. Diante disso, o Incra interveio, intentando incluir as duas famílias restantes, notadamente por uma das famílias ser composta por dois idosos, com o marido tendo problemas de saúde, que os tornavam dependente dos vizinhos para explorar a parcela, bem como carente de atendimento emergencial, no caso de agravamento do estado de saúde. No que concerne à segunda família, que é extensa, é ela mantida por uma idosa, igualmente dependente da ajuda coletiva dos vizinhos, não só para explorar a parcela como para obter provisões à família. Para respaldar a inclusão das duas famílias foi criado um Memorando²⁵, onde se argumentava que, diante de informações dos afetados do Assentamento Formosa, uma destas famílias era composta por uma das irmãs de um dos assentados que seria levada compulsoriamente para a Projeto da Fazenda Maju.

Fazendo um aparte à questão, a participação dos assentados na decisão sobre suas novas condições, neste caso o da Fazenda Maju, estava respaldada pelo Termo de Compromisso e também pelo Plano de Trabalho já mencionados.

---

²⁵ MEMO/INCRA/SR-26/T/N de 06 de setembro de 2010 encaminhado pela Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento para a Procuradoria Federal Especializada - PFE - Incra.

É interessante observar que tal prerrogativa compunha o texto do EIA/RIMA apresentado pelo empreendimento para obtenção das licenças ambientais. Assim, os responsáveis estavam descumprido os compromissos e a brecha da diferença no tratamento do acordado identifica-se com o caso ora tratado.

Tais eventos acabaram por impulsionar os afetados ao oferecimento de denúncia ao Ministério Público, acrescentando aos descumprimentos já apontados no relatório de acompanhamento a falta de cascalhamento das estradas, falta do transporte escolar, e a não construção de equipamentos públicos como igrejas, centro comunitário e escola. Além disso, apontam que as cercas que até aquele momento (21/10/2010) vinham sendo levantadas, dispunham de estacas a uma distância de 25 metros uma da outra, em nada impedindo a entrada de animais maiores.

Diante, portanto, da dor e do desprezo que partem dos agentes construtores e de seus intermediários para com os desterritorializados, que geram tristeza e *silêncios* aos mesmos, escuta-se, noutra ponta, *gritos* de oposição e denúncia.

Na mesma denúncia orientada ao Ministério Público, aliás, os afetados afiançaram que não opinaram sobre a localização das casas, estando esta condição prevista nos acordos entre as partes. Mas outros problemas agregaram-se ao fenômeno em pauta. Dentre eles, destacam-se: a "qualidade" da água (salobra) que causava doenças; o fato de as casas terem o mesmo padrão, apresentando falhas estruturais com menos de trinta dias de construção, com inúmeras rachaduras nos chãos e paredes que mal seguram os suportes de redes, mesmo com pouco peso suspenso; acresça-se a isso o atraso na liberação do pagamento das benfeitorias em sua área de origem; o não fornecimento do

vale alimentação que já se prolongava, naquele momento, por 02 (dois) anos, ocasionando o não atendimento das necessidades imediatas enquanto tentam restaurar ou recuperar suas atividades produtivas; e a falta de preparação de solo para plantio.

A distribuição das famílias no Projeto da Fazenda Maju também foi apresentado, como um grave problema, pois 11 (onze) núcleos familiares ficaram distantes dos demais, enfraquecendo o grupo e dificultando a manutenção dos tradicionais vínculos sociais.

Adicionado a estas questões está o fator "acesso" ao assentamento, pois a estrada passa em meio a uma propriedade particular (fazenda); situação que já tem gerado reclamações de seu proprietário e que poderá engendrar maiores problemas. Havendo portanto, a necessidade de construção de uma nova estrada que permita a acessibilidade sem afetar a relação com os proprietários circunvizinhos.

É também pertinente salientar que os afetados do Projeto de Assentamento Formosa foram os únicos que não optaram por carta de crédito. Se por acaso ocorresse este aceite, estariam os mesmos isentando o Ceste de responsabilidades futuras, como por exemplo, a resolução das pendências explicitadas anteriormente. Some-se a isso o fato de que o assentado igualmente perde o direito de solicitar terras da reforma agrária.

Noutro lugar comprado pelo Ceste para o assentamento, sob igual responsabilidade desta instituição, mais propriamente o que se refere à fazenda Boa Esperança em Palmeiras do Tocantins, composto por moradores oriundos da Ilha de São José, foi possível verificar situação semelhante no que se refere ao descontentamento com a casa erigida.

Não prestou, foi **desmanchada**, e **tornou não prestar** e aí eu mandei desmanchar de novo e agora eu to mandando o rapaz fazer, e só foi trabalho. Eu to **gastando muito** e estou com confusão com eles porque eles não querem, com energia bem aqui, **e eles não querem botar energia lá e nem a água**. (...). Eles falaram, só porque eles botaram minha casa lá pro fim do lote e eu não quis lá. Aí eu escolhi o lugar ali, com isso que **eu escolhi o lugar ali eles não quiseram mais botar água nem energia**. (...) Aí um dia desses **veio um cara aí dizendo** que era **pra eu assinar**, digo não assino não. **Só assino se você botar a energia e a água**.

Disseram que ia botar, mas **eu não confio neles não**. **Esse povo do Ceste não tem o que preste**. Aí teve deles que aceitaram (moradores da ilha). (...) **Teve deles** que já vieram pra cá, **a casa quis cair**, tiveram que **desmanchar a casa de novo**. (...) **Pequena e querendo cair, mal feita mesmo, toda torta**. (...) É sem nada, sem nada. Aí fez umas **casinhas que não prestavam**. (E.M. Boa Esperança - Palmeira do Tocantins).

O descontentamento é notório quanto ao tamanho e estrutura da casa, bem como sobre a localização dos lotes, a falta de ligação de água e energia. A seguir é evidenciada a estrutura das casas no Assentamento Boa Esperança

Figura 15: Vista frontal de casa na Faz. Boa Esperança (A) e parte interna da casa (B)

Os relatos, todos, apontam, principalmente, que o tamanho das unidades familiares era pequeno, o que levava parte dos afetados a terem de ampliá-las. Uma visitação interna permitiu notar, de fato, as suas estreitas dimensões, além de defeitos nas paredes pela falta de alinhamento. Visivelmente as paredes estavam inacabadas, com falta de reboco.

Figura 16: Reservatório de água (A) e padrão para medição de energia elétrica (B).

As figuras ratificam as reclamações dos moradores do Assentamento Boa Esperança, decorridos mais de 03 (três) meses do processo de desterritorialização vivenciado na ilha de São José no Rio Tocantins e sua chegada e instalação precária no novo assentamento, onde falta água e ligação condominial da energia (apesar de estarem disponíveis a caixa d'água e o padrão de energia), mas sobram ilusões e mentiras.

4.5. Processos e rupturas territoriais e identitárias: mais atores na cena

Situações de conflitos ambientais têm sido desencadeados no Brasil e no mundo, pois no geral, a economia que move a sociedade instala consequências nefandas àqueles menos abastados.

Um dos componentes motivadores para tal, principalmente no Brasil, é a construção de aproveitamentos hidrelétricos, atualmente direcionados para a Amazônia Legal, que envolvem diferentes atores, cada qual defendendo seus objetivos e anseios diferenciados. É evidente, a partir de diferentes exemplos anteriores de construções de AHE, que maiores preocupações e ações devem ser

direcionadas às populações afetadas por estes aproveitamentos. No contexto de produção de energia no Brasil, a partir de sua diretriz de manutenção da matriz de produção por hidrelétricas, algo precisa ser feito para que a situação de desleixo que beira a calamidade não seja reproduzida em escala ampliada.

Devido a isso, expomos uma discussão envolvendo duas categorias de análise, o território e a identidade, perspectivando entender os vários desdobramentos sobre os atingidos, a partir da instalação dos aproveitamentos hidrelétricos no Brasil.

No Brasil, dos eventos hidrelétricos construídos, os relatos são de que a vulnerabilidade populacional está umbilicalmente ligada àqueles desprovidos do acesso a bens informacionais e com recorte de raça e etnia.

Os depoimentos a seguir, suscitam reflexões, que evidenciam o de descaso sentido pelos afetados por parte dos que conduziam o processo de reassentamento.

(...) eles não incluíram a gente como povos indígenas Apinayé impactada, , eles negavam que chegaria o impacto dessa obra que era muito longe. A gente viu que não era contemplado. De qualquer forma ia ser impactado, direta e indiretamente.(...) Eles não queriam dialogar com a gente. (...) não conseguiu com eles nenhum diálogo que contemplasse o nosso povo (grifo nosso). (...) nas audiências não queriam que a gente falasse. Eles queriam que a Funai²⁶ falasse em nosso nome. (...) aí não convocava a Funai nas audiências. Eles diziam que a Funai havia sido convocada. (A.C – Aldeia Abacaxi - Tocantinópolis/TO).

A narrativa demonstra, no mínimo, a inadequação do EIA/Rima que não contemplou a Terra Indígena *Apinayé* como área de influência do empreendimento, desconsiderando os possíveis impactos sobre os diferentes meios. Neste campo de discussão, pode-se afirmar o descumprimento à

---

²⁶ FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Vinculada ao Ministério da Justiça, é o órgão responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988.
Fonte: <http://www.funai.gov.br>.

legislação que normatiza a questão, sendo uma delas a Resolução Conama nº 01/86 em seu art. 5º, enfatizando que o EIA deve atender à legislação principalmente no que concerne aos princípios e objetivos previstos na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA, Lei 6938/81) além de atender a diretriz do Inciso III que diz o seguinte:

Definir os limites da área geográfica a ser **direta** ou **indiretamente afetada pelos impactos**, denominada **área de influência** do projeto, considerando, **em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza**". (BRASIL/Resolução Conama 01/86).

O EIA em questão não definiu a bacia hidrográfica como área de influência (AI) do empreendimento conforme preconiza a lei, deixando claro que a opção pela delimitação da área foi a interação com as atividade ligadas à construção minimizando a cobertura espacial dos possíveis impactos decorrentes do evento supra.

Decorrente desta circunstância, corrobora-se com a assertiva de que a insuficiência dos estudos sobre a área de influência tem sido observada nos EIA/Rima de diferentes tipos de empreendimentos conforme BRASIL, 2007). Neste quesito destaca-se a dos aproveitamentos hidrelétricos.

Durante o processo de licenciamento, a partir do relato, impingiam-se duas condições em relação a esta terra indígena. Uma, em que a Terra Indígena *Apinayé* não seria afetada pelo empreendimento, sendo esta condição negada no EIA/Rima. Porém, o município de Tocantinópolis, do qual a Terra Indígena *Apinayé* (Figura 17) faz parte, foi considerado como sendo parte da Área de Influência Indireta (AII), assim, nas audiências públicas iniciais os indígenas não eram convidados a participar.

Figura 17: Aldeia Abacaxi (Apinayé) em Tocantinópolis/TO

Depois, quando da inclusão da comunidade nas discussões, ainda limitou-se a participação dada à sua representação, a FUNAI, que às vezes não era convidada às audiências. Importante observar que mesmo tendo a Funai como representante nas audiências, o entrevistado demonstrou desconforto em ser representado pelo órgão, questionando o fato de o órgão pertencer ao governo e, de estar a seu trabalho.

(...) os brancos (...) representante da Funai não pode em nenhum momento responder qualquer coisa. E nós falamos pro Ministério Público, denunciemos para o Ministério Público que isso não era certo, essa forma de negociação. (...) iam passando tudo, já foram fazendo, aí num certo ponto ganhamos uma liminar que precisa contemplar os Apinayés e ouvir os delegados também pra poder ter uma negociação. Sempre eles vem negando. (...) Ao longo do tempo até os caras que representavam a empresa que essa obra não ia impactar e assim não tinha impacto nenhum. (...) depois a gente viu que já não dava como impedir, foi quando a gente foi no ministério, manifestando que seja contemplado pra pagar as compensações. (A.C. Aldeia Abacaxi – Tocantinópolis/TO).

Mediante liminar judicial, foi possibilitada a participação indígena nas audiências, mas eles logo perceberam que mesmo mesmo assim, a construção do empreendimento não poderia ser paralisada, aconteceria de qualquer modo. A partir de então, as discussões que se sucederam foram rapidamente voltando-se para o estabelecimento de compensações pelos impactos que seriam deflagrados, compreendidas como "direitos" das comunidades afetadas.

Quando possibilitada de entrar no processo dialógico, durante as audiências, essa comunidade, por vezes, era taxada de utilizar discurso conflituoso, como no depoimento abaixo:

(...) Outra coisa que eles falam é que quando a gente é ouvido **eles falam que a fala de nosso povo** (grifo nosso) **é uma fala conflituosa**. (A.C. Aldeia Abacaxi – Tocantinópolis/TO).

Depreende-se que além de ser excluída do processo de discussão e não ser considerada uma comunidade afetada, ainda eram acusados de incitar o conflito, mesmo que pretendessem, única e legitimamente, a defesa do território e das condições de reprodução de suas atividades cotidianas.

Agregam-se aqui detalhes que demonstram, ainda que de forma incipiente, um conhecimento prévio, adquirido ao longo de diferentes reivindicações, para atendimento de sua comunidade. O entrevistado, em vários momentos, demonstrou conhecer parte da estrutura "não indígena" para que a obra acontecesse. Sobre as negociações, assim discorreu:

Não (negociava) com a coletividade, muita gente, por exemplo. As comunidades tradicionais "não índio", **eles tem perdido suas áreas**, suas terras e **muitos deles não tinham a documentação também**. Aí era difícil. Daí cadê o documento (de propriedade) da terra? **Se não tiver não vai (receber indenização)**. (A.C. Aldeia Abacaxi – Tocantinópolis/TO).

Avulta aí a visão capitalista sobre a terra, expondo grupos e pessoas ao constrangimento em nome do lucro ou das fontes (energia) que permita a sua

realização ampliada. Visão esta de dominação, percorrida por Vainer (2008), que reforça a concepção "territorial-patrimonialista".

Façamos outro aparte, haja vista que a concepção territorial-patrimonialista remete às formas de compensação e/ou indenização aos afetados, desde que os mesmos possuam os títulos de propriedade de suas áreas atingidas, alagadas. Cabe igualmente atentar para o conceito de atingido, que não é só aquele que tem sua propriedade alagada pelo empreendimento, remetendo antes "ao conjunto de processos sociais e econômicos deflagrados pelo empreendimento que possam vir a ter efeitos perversos sobre os meios e modos de vida da população". (VAINER, 2008, p. 50).

Distante dessa ampliação do conceito, a forma de compensação apresentada pelo EIA/Rima aos afetados no que se refere ao desaparecimento do processo de vazante, remete-se a "ações que promovam reabilitação econômica da produção agrícola em terras altas", porém, com o adendo de que "como o leito temporário juridicamente não pertence aos produtores, a área não é passível de indenização nos moldes tradicionais" (CNEC, EIA/Rima, 2001, p. 131). Esse componente possibilita estender a discussão para a questão dos desdobramentos dos processos no que se refere às áreas à jusante do empreendimento, elementos que incitam e promovem a reflexão apresentada pelo entrevistado **A.C.**, que pertence à comunidade à jusante do Aproveitamento Hidrelétrico de Estreito, que não possui o título de propriedade da terra.

Retomemos, pois, as reflexões.

A.C. Indagava sobre o processo de maximizar e dar visibilidade ao empreendimento junto à população através de veiculação de propagandas, a partir de negociação com alguns grupos, não todos.

(...) Porque não acertar, além de **acertar com alguns grupos**, faz uma negociação, acerta com aquele tal grupo. **Acerta com ele e usa a imagem dessas pessoa e fala** que não, **está tudo certo**. (A.C. Aldeia Abacaxi – Tocantinópolis/TO).

O expositor confirma a falta de uma negociação com todos os envolvidos, denotando um processo de exclusão social, que ao mesmo tempo deixa evidente a utilização do poder da mídia em promover o empreendimento a partir de atitudes (ir)responsáveis. Nesta mesma direção, descortina a tentativa de inculcação de que aqueles que estão reivindicando seus direitos supostamente não atendidos, querem tão só atrapalhar o desenvolvimento.

Convergimos aqui com a ideia de que em um cenário como este, as situações de conflitos são inevitáveis, onde a tentativa de se manter ou de tomar o lugar pelos atores sociais é uma constante. Sobre isso, Santos faz uma referência ao lugar dizendo que: *“o lugar, então, é a dimensão da existência e do cotidiano, mas através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições”, sendo o lugar, deste modo, ao mesmo tempo, palco de “cooperação e conflito”* (SANTOS, 1997, p. 258).

Observa-se um relato comum relacionado à chegada do contingente de trabalhadores para a obra, o que ocasionava certa pressão sobre os serviços oferecidos pelos municípios que não suportavam uma quantidade de pessoas em tão pouco tempo. Muitas dessas pessoas acabavam sem ocupação e usavam, conforme depoimento, a área do *povo* para caçar, pescar, roubar madeira e praticar outros atos ilícitos. Todos estes fatos associados geram, inevitavelmente, intranquilidade na comunidade.

(...) E a gente vê daí, (...) já **pegaram um lá na obra**, trouxe e **matou (...) na entrada de nossa área pra** dizer, falar, **culpar que era o nosso povo que tinha feito esse ato**. Mas, além disso, (...) **vem caçar, roubar madeira, pescar. Vem levando, fazendo tudo**.

(...) Hoje, com esse tanto de gente, **você quando vai dormir não sabe se vai acordar amanhã.** (...) muitas e muitas pessoas entram dentro da terra pra roubar nosso bem, o patrimônio da comunidade né. (A.C.Aldeia Abacaxi – Tocantinópolis).

A incapacidade de absorver, pelo empreendimento e pelos municípios circundantes, toda a mão-de-obra disponível e associada à diversidade existente na área indígena favorece a entrada de pessoas alheias nestas terras atraídas pela caça, pela pesca e ainda ao roubo de madeira. Agravante à situação, ainda serve como área de desova de corpo, impingido responsabilidade ao fato para indígenas, adicionando aí outros adjetivos já dantes equivocadamente lhes atribuídos.

Retratamos igualmente o conhecimento do entrevistado relatando as consequências do empreendimento, como quando discorres sobre as políticas governamentais, as suas consequências do ponto de vista ambiental e a afetação social para os *Apinayés*, denunciando inclusive o costumeiro esquecimento desta pela política a eles imposta.

(...) Não, Ela vai ser assim: **quando na época do inverno eles abrem** (as comportas) porque **quando o rio fica muito cheio** eles já abrem as comporta **pra não quebrar a obra.** Aí com isso **não vai dar mais,** assim **pra atracar na beira do rio porque vai encher muito ali né. Se você vai pescar na beira do rio, ou caçar, ou está na beira do rio a qualquer momento a água vem e carrega tudinho e, se você for caçar nessa região e eles abrirem a comporta daquela represa.** Ali você não vai. (...) E isso não dá, **você não vai mais trabalhar lá naquele lugar.** Você **não vai mais botar lá roça né, ou caçar ou pescar** porque já está acontecendo em obras, por exemplo, **Tucuruí** as comunidade de lá, os *Assuri* sofrem com esse mesmo impacto, essa consequência até hoje existe lá, Muda também. E essa **vai trazer muitas coisas ruins e onde ninguém não previne.** Ninguém capacita, não investe para poder se preparar. Só vê isto que leva é pra cidade grande não é pra região.

(...) **É resultado da obra.** No caso **ela não é feita pra atender a região, ela é feita pra fazer uma outra coisa.**

(...) A gente está numa **reserva,** que **fala que a área é dos Apinayé,** mas **é um patrimônio do governo,** é um **dever do governo zelar, proteger.** A gente não vê isso daí. E o que a gente queria (...) a gente mora aqui nesse lugar e já com **esse monte de degradação.** A gente **vê também a invasão** que **essa compensação seria,** para a gente está **pensando,** que o **programa seja criar,** que a **própria comunidade impactada gerisse esse recurso.** implantar por exemplo, **repovoar os peixes, as caças** também. Também pra produção, **fazer**

roças tradicionais, plantar mandioca, o milho, o que a comunidade cultiva.

(...) **O PAC**, que é o Programa do Crescimento, como é que se diz, ? Programa de Aceleração do Crescimento né. Então eu vejo isso daí que **só está beneficiando o governo e o capital**. Não está resolvendo, e a gente vê que isso daí que esse governo está implantando um PAC pra resolver (problemas) que seja mudado pro outro lado (lugar longe dali), não pro outro lado (o território indígena), **mas ver que também tem comunidades indígenas naquela região** né.(...) isso vai trazer muitas coisas que vai ser bom por um lado, por outro lado vai ser ruim. Onde a gente não tem nem uma condição ainda, **não dá nenhum suporte de monitorar, de fiscalizar nossos recursos** né. E hoje não existe ainda nas nossas áreas. (A.C. Aldeia Abacaxi – Tocantinópolis/TO).

É possível observar a comparação que o expoente faz com outras tribos indígenas atingidas por outros empreendimentos, dentre eles, os *Assuri* afetados pelo Aproveitamento Hidrelétrico de Tucuruí que sofrem até hoje as consequências do projeto. Ao mesmo tempo aponta que a obra, o que ela produz, não é para a região, mas sim para outras regiões. Neste sentido, apontamos que a demanda por energia não é do lugar onde se instala o aproveitamento hidrelétrico, mas sim de outra região que já não tem mais possibilidade de produzi-la pelos AHE. Já as consequências, estas sim são relativas ao território e à identidade dos afetados naquele lugar.

Interessante o lembrete de que apesar de entender que a Terra Indígena (Reserva) *Apinayé* é dos índios, a mesma é um patrimônio do governo. Sendo assim, o zelo e a proteção deveria fazer parte das prioridades do governo.

A territorialização desenvolvida pelos *Apinayés* pode ser entendida a partir do entendimento de que o território "é construído muito mais no sentido de uma área abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global". (Haebaert, 2006, p. 97). Territorializar, então, é totalmente diferente para as tribos

na Amazônia do que territorializar para corporações estrangeiras, deslocizadas propositalmente.

As corporações promovem o processo de desterritorialização a partir da ocupação de territórios mediante a instalação de novos "objetos" estranhos àquela realidade. E, a presença forte destes novos objetos mundializados, expõem vulnerabilidades diversas no contexto da produção de energia.

Vulneráveis diante da chegada deste novo "*objeto*", o aproveitamento hidrelétrico, (Santos, 2008), tal exposição está atrelada à diretiva do Estado em produzir energia por hidrelétricas, é que insurgem vozes de repúdio e contestação, atacadas na mídia como conflituosas, ou até criminalizadas de mil formas e estratégias por defenderem os indefesos.

O Estado também a partir de suas diretrizes para o setor, tem desconsiderado outras dimensões das comunidades, aquelas não valoráveis e que acabam sendo afetadas pelos aproveitamentos hidrelétricos.

A percepção do território que as populações tradicionais elaboram no seu dia a dia extrapola a mera questão da propriedade da terra. Outras dimensões não valoráveis (imaterial e simbólica) estão incorporadas às suas territorialidades:

Lá morava meu pai, minha mãe, meu avô, minha avó, estão todos enterrados lá. Eles (consórcio responsável pela construção) já arrancaram tudo. Arrancaram o pessoal de lá e foram enterrados em Babaçulândia. (E.M. Boa esperança – Palmeiras do Tocantins).

Durante a obtenção do depoimento, a entrevistada (ex-moradora da Ilha de São José no Rio Tocantins) manteve-se cabisbaixa e com os olhos lacrimejando. Demonstrava um alto grau de insatisfação, o do tipo que acomete a toda pessoa desterritorializada, no que toca ao tratamento dispensado aos antepassados.

Em seu novo local de moradia, o indivíduo inicia um processo de reconstrução de sua territorialidade como representação de sua condição anterior como forma de amenizar o sofrimento pela “desterritorialização” (Haesbaert, 2004) indireta a ele acometida.

A citação de um fato concreto, a seguir, corrobora com a tese de construção do novo com algo do antigo, material e imaterial.

Plantava milho, arroz, feijão, melancia, fumo, abóbora, toda coisa. Toda coisa que plantava lá dava bom. Banana eu nem conto. Lá tem banana, **“inda” vou até buscar mudas lá** antes da a água cobrir. (E.M. – Palmeiras do Tocantins).

Sobre essa nova localização de moradia é possível entender que os afetados pelo empreendimento a partir da desterritorialização estão, de acordo com Haesbaert (2004) e Oliveira (2007a, 2007b), se reterritorializando, ou seja, construindo um novo território. Observa-se que a desterritorialização e reterritorialização provocadas pelos AHE's são eventos autoritários e impositivos, e não acontecem por vontade própria da população afetada, sendo neste caso o Estado o indutor principal do processo.

A desterritorialização indireta implica na perda do território interrompendo as territorialidades, sendo que para os desterritorializados essa perda interfere sobremaneira nas suas representações sociais e identitárias oriundas do uso e apropriação de determinado território, conforme ilustram os depoimentos apresentados.

Alguns “*objetos*” (Santos, 2008) como os aproveitamentos hidrelétricos podem ser entendidos como objetos da modernidade, são possuidores da capacidade de desencaixe das relações sociais em determinados espaços. É neste caso que Claval (1999, p.17) pergunta se é possível ter identidade quando

não se tem referenciais espaciais. Isso quer dizer que a interferência direta da alta modernidade choca com a identidade de comunidades tradicionais, onde a “*disponibilidade*” de novos estilos de vida interfere sobremaneira em sua identidade. As palavras de Giddens (2002, p.13) sobre a modernidade vão, aliás, no sentido de mostrar que ela produz a própria marginalização, a diferença e a exclusão.

Queremos dizer que a modernidade não pode ser caracterizada apenas como progresso e harmonia, pois ela acende um conjunto de contradições socioambientais que se abate, sobretudo, sobre a parcela da população que gera a riqueza e permanece alheia a seus lucros, tendo até de realocar-se constantemente no planeta, à mercê dos interesses dominantes.

Notemos ademais, que uma situação corrente às pessoas afetadas durante o processo indenizatório/compensatório é que, além de ser possível somente para os afetados com título de propriedade da terra, elas não podiam cadastrar atividades outras daquelas que reproduziam anteriormente (agricultor ou pecuarista), como a atividade da pesca, o trabalho de travessia de turistas na época de praias no Rio Tocantins, ou o transporte de mercadorias e pessoas da Ilha de São José para Estreito/MA ou Babaçulândia/TO e vice-versa. Um quadro rijo, de indenizações e compensações, inconsistente e incoerente tanto com a multiplicidade de práticas desenvolvidas anteriormente quanto com o novo contexto social dos afetados, ante as novas atividades que se abrem. O que acaba reforçando aquele processo excludente.

(...) **eu pescava**, eu **tinha minha meu barco** que eu ganhava meu dinheiro **transportando gente e as coisa que eu produzia**, pescando, eu **não fui indenizado** por **pela pesca**, eu não fui indenizado, **meu barco eu não fui indenizado**, eu to com eles largado lá. **Não**

indenizaram as minhas atividade. (J.M. Boa Esperança - Palmeiras do Tocantins).

A obrigatoriedade em fazer a escolha implica em reduzir a capacidade de sustentação dos afetados, negando o fato de que eles desenvolviam, em seu território, atividades policulturais. Estende-se que esta obrigatoriedade é uma deficiência a ser superada para que os afetados não arquem com os prejuízos advindos daí. Coaduna com esta ideia a afirmação de a escolha promover a redução da qualidade de vida dos afetados. (BRASIL, 2004, p. 37).

De um modo geral, pode-se dizer que desde a desterritorialização das famílias e a chegada ao seu novo lugar, mudanças significativas recaíram sobre suas vidas, dentre as quais podemos elencar:

A) Modificações no contexto territorial, pois os novos territórios onde foram colocados estão, todos a distância considerável do rio Tocantins. Esta distância implica na impossibilidade da atividade da pesca, no dificultamento da contemplação desta paisagem e na alteração dos hábitos de vivência;

B) Mudança nos aspectos socioeconômicos e culturais, pois a maior parte das famílias que antes viviam às margens do Rio Tocantins, envoltas em práticas agrícolas alinhadas aos períodos sazonais, bem como com práticas coletivas a partir das relações sociais de vizinhança e de territorialidade, assistiram ao rompimento destes laços, por terem sido colocadas em áreas que impossibilitam tais práticas adicionado ao distanciamento interfamília, promovido pelo empreendimento. Sobrepõem-se a isto as perdas da coleta coletiva do babaçu, o abandono da feitura de tijolos nas olarias comunitárias, a cessação e produção do artesanato, o fim da produção do azeite, entre tantas outras atividades.

Sabe-se que mesmo que o território de chegada fosse acolhedor, bem equipado e bem planejado (boas casas, sistemas de água e energia adequados, proximidade interfamiliar, cercamento qualificado das propriedades, execução dos benefícios econômicos prometidos, etc.), os afetados já sofreriam com as mudanças, pois teriam de reaprender a viver segundo o novo lugar e as suas características. Agrava a situação, material e simbólica, o fato de serem tratados como gado, de serem enganados e jogados à sorte em locais desprovidos minimamente dos caracteres que os definiam.

Continuemos a aproximação às contradições que cercam o fenômeno.

4.6. Na cena: conflitos territoriais e identitários, gritos e silêncios

A população que ocupa a Amazônia brasileira é notadamente marcada por uma diversidade social composta por comunidades quilombolas, indígenas, comunidades extrativistas, etc. A apropriação do território por estas comunidades acontece de forma diferenciada devido às relações que mantêm com o mesmo, podendo ser produtivas ou não. Haesbaert (1997) enfatiza que a apropriação do território deve incorporar uma dimensão simbólica e, dependendo do grupo social a que estiver se referindo, também afetiva. Este simbolismo, a identidade e a afetividade gerada pela permanência de grupos em determinados territórios, por vezes não são considerados na construção de grandes empreendimentos. Tal atitude provoca graves consequências e interferem sobremaneira no *modus vivendi* das comunidades afetadas. O Estado, como indutor dos vários problemas

ocasionados às populações afetadas, a partir de suas diretrizes para o setor energético, não tem considerado as dimensões tidas como não valoráveis.

A figura a seguir evidencia na forma de gráfico as interferências sofridas pelos afetados pela instalação do AHE - Estreito.

Figura 18: Representação simples dos impactos advindos da implantação do AHE - Estreito

É importante salientar que aqui se optou por definir como impacto inicial a desterritorialização indireta. Porém e não menos importante, deve-se observar que os impactos sociais se iniciam a partir do momento da divulgação do empreendimento, como registram Amorim e Jesus (2006), haja vista que a sua informação gera um desconforto pela incerteza quanto à própria instalação do evento, adicionada à questão da indenização e do futuro espaço a ser ocupado pelos afetados. (AMORIM & JESUS, 2006).

A desterritorialização indireta envolve, como ilustrado, os seguintes impactos:

- Ruptura com a vizinhança - este impacto está atrelado basicamente à vida social dos moradores de determinada comunidade onde os laços afetivos surgidos das relações sociais e do cotidiano marcado por estas relações são bruscamente interrompidos;
- Ruptura familiar - da mesma forma que a relação com a vizinhança é interrompida, esta se repete entre os componentes familiares, só que de um modo ainda mais agravado, devido à relação de parentesco tornar mais forte as relações do grupo familiar;
- Perda de áreas de atividade extrativista - grupos que atuavam especificamente da extração de coco babaçu perdem suas áreas, perdendo conjuntamente as relações de afetividade que mantinham com seu vizinhos e membros da família. A forma de trabalho também (em grupo) é interrompida;
- Perda de terras agricultáveis - vários espaços usados para plantação foram perdidos, incluídos as áreas de vazantes onde existiam várias culturas. A relação técnica de produção com os lugares são perdidos. Esta perda induz, juntamente com a perda de áreas de atividade extrativista a uma desestruturação financeira familiar, por cessar a forma em que se dava a comercialização do excedente;
- Perda dos recursos pesqueiros, vez que, além de impactar na oferta de alimento, muitos ribeirinhos tem o rio como espaço de contemplação da paisagem e seus animais. A passagem de um sistema lótico para lêntico

reduz consideravelmente a quantidade de peixes como o número de espécies;

- Várias atividades coletivas são eliminadas, como as representações religiosas em espaços específicos para tal marcadas pela imaterialidade;
- Da mesma forma os espaços onde são enterrados os ancestrais, também perdidos. Tais espaços, são muitas vezes, considerados sagrados pelas comunidades tradicionais e neles são realizadas as visitas fúnebres;
- A interrupção das relações das comunidades com o território pode provocar distúrbios psicossociais em seus componentes. Ao mesmo tempo os afetados passam a perder suas identidades, pois estas são construídas a partir das relações com indivíduos e os territórios.

De forma complementar os impactos arrolados podem ser ratificados nas próprias entrevistas, realizadas junto a comunidades e indivíduos afetados pelo empreendimento.

No depoimento abaixo pode-se depreender que as percepções relativas às questões territoriais estão mais vinculadas ao simbolismo e à imaterialidade,

Lá morava meu pai, minha mãe, meu avô, minha avó, estão todos enterrados lá. Eles [consórcio responsável pela construção] já arrancaram tudo. Arrancaram o pessoal de lá e foram enterrados em Babaçulândia. (E.M. Boa Esperança – Palmeiras do Tocantins).

A pessoa entrevistada era moradora da Ilha de São José no Rio Tocantins (Figura 18). No momento de sua fala ela não conseguia manter a cabeça erguida, ainda assim foi possível perceber as lágrimas que escorriam em sua face. Perceptível também o seu desconforto em falar do tratamento dispensado aos

antepassados da família que obrigatoriamente tiveram que ser removidos para outro lugar.

Figura 19: Ilha de São José (rio Tocantins) - lado maranhense

Noutro momento o mesmo sujeito faz um relato que incorpora não só a dimensão da relação do indivíduo com o ambiente, como também a mudança relativa às necessidades alimentares, traçando um paralelo entre o espaço vivido anterior com o atual. Assim ela expõe a territorialidade precária a que foi submetida.

Eu nasci e me criei na beira do rio. E todos os anos quase o rio entrava dentro da nossa casa e na hora que saía, nós fazíamos de novo. **E agora a gente num lugar desses que nem água tem.** Ainda não querem botar água na casa das pessoas. (Grifo nosso). (...) Eu não pescava, mas **meus filhos pescavam. Pegavam peixe demais, e aqui não tem nada, nenhuma piaba.** (E.M. – Palmeiras do Tocantins).

Outros trechos notificam a ruptura com a vizinhança, bem como com familiares que moravam próximos, mostrando também, a utilização do rio com a estrada:

Lá nós vivíamos de plantar feijão, abóbora, mandioca, nós fazíamos farinha, vazante de milho, sabe como é. (...) de plantar vazante, de plantar essas coisas todas, **mexer com horta, quiabo**, a gente **colhia muito feijão, milho e abóbora**. Nós morávamos e vínhamos lá da Fazenda Água Boa, **vinha de motorzinho**. Aí nós chegávamos e o pessoal ancorado na beira do rio era tudo conhecido nosso (...). Tinha uma senhora tipo o caso que morava com João Paulo, tinha a casa da outra **cunhada** assim e o **meu sogro** mais na frente. A gente vinha, logo que chegávamos nas casas começávamos a deixar as coisas. Quando o povo começou a **mudar** (retirados da área para enchimento do lago) era a pior **dificuldade pra gente vir de lá pra beira do rio** e de lá pra ponta da rua com tanta coisa. Lá a **terra era boa** demais. **Meu cunhado** morava lá também. Tinha **dois irmãos** do meu marido que morava lá, só que a água atingiu e ele comprou um pedacinho de terra, assim mais pra cima um pouquinho. (M.A. - Santo Estevão - Babaçulândia).

A exposição também revela aquilo que era produzido em seu território de origem era levado para a cidade. As relações estabelecidas entre as pessoas foram perdidas por conta do deslocamento das mesmas para lugares diferentes. A produção era realizada de forma conjunta e o deslocamento dos membros da família pelo empreendimento deslocou também suas vidas, seus hábitos e valores.

Observam-se a partir destes desdobramentos, que cada um dos novos territórios destinados para reassentamento, ocupados pelos desterritorializados, vai sendo transformado em algo minimamente próximo daquilo à realidade anterior (Figura 13). No entanto, os atributos presentes neste novo espaço, não possibilitam a reprodução fidedigna do anterior, configurando assim, o estado de reterritorialização precária, que produz efeitos psicossociais aos abrangidos pelos processos.

Figura 20: Tentativa de reterritorialização (hortas e criações de animais) e único poço com água doce na área do Assentamento Santo Estevão em Babaçulândia-TO

4.7. Territórios perdidos: implicações socioeconômicas ao grupo social dos pescadores

Neste tópico apontamos as angústias e preocupações relativas às práticas de sobrevivência perdidas por um dos grupos sociais que compõem o cenário do Aproveitamento Hidrelétrico de Estreito. Tal grupo é composto por pescadores que tem na atividade de pesca o seu meio de sobrevivência e também de sua família. Os relatos expostos denotam o descaso do empreendedor para com os mesmos, expondo a falta de diálogo transparente entre os atores, a redução dos estoques pesqueiros, a redução da qualidade de vida e ainda o descaso com as possibilidades de vida futura destes sujeitos.

(...) a gente **é contra as atitudes que foram tomadas**, quando eles vieram conversar com a gente **foi de um modo, hoje está de outro modo**. (...) Eles falaram que a gente **iria ser bem beneficiado** e a gente está aí parado. **Estamos com 8 meses que não pescamos lá do lado de cima**. Ficamos parados porque lá **não tem mais o que a gente pegar**, porque o lago começou a encher ficou entrando naquela pausada a água, o peixe entra na pausada e não sai mais. Aí ficou essa dificuldade, **a gente tinha os negócios da gente em dias** e hoje a gente não vem tratando bem que nem vinha tratando, porque o dinheiro sumiu. **A gente sobrevive da pesca** e não tem outro trabalho, **a gente não tem outra profissão**. O pescador sou eu e minha esposa, sou pescador profissional e ela também, tirou o documento dela junto comigo

e nós pescávamos e pesca junto. A gente está **saindo agora aí pra baixo pra pescar mas não dá pra pescar porque a área é dos outros, a nossa ficou pelo lado de cima**. Quando a gente teve uma **reunião** com o pessoal do **Ibama** aqui no clube das mães aqui em cima, eles falaram pra nós que os **pescadores eles tinham que beneficiar de qualquer maneira, os que tivessem barraco de palha, feito de palha de banana, mesmo que fosse feito de plástico mas que eles tinham que beneficiar aquele barraco ou então tinha que haver alguma coisa pra eles não ficar desempenhados (desamparados), parado**. Uma compensação que deveria ter aquela condição e **até essa data nós não tivemos respostas desse povo**, mas estamos aguardando, a gente está aí. (J.U. Estreito/MA).

No início do processo de negociação com os pescadores, o tratamento do Ceste dispensado aos mesmos era de que seriam dadas atenções devidas para atender todas as suas necessidades. Porém no decorrer do processo, as promessas foram caindo no esquecimento (do Ceste) e nada de concreto foi realizado. A partir do enchimento do reservatório , 8 (oito) meses até aquele momento, o entrevistado afirmou não ter pescado mais à montante da barragem, devido à redução drástica do pescado, além do fato de que, com o aumento do volume das águas, os peixes ainda existentes entravam em meio às "pausadas" (acúmulo de madeiras não retiradas quando do enchimento), dificultando gradativamente a atividade da pesca no local. Uma observação que se deve fazer é que a maioria dos pescadores, tanto à montante quanto à jusante da barragem, tinham no rio os seus pontos específicos de pesca. Ou seja, eram delimitados espaços, ainda que não impostos por outrem, a partir da sua prática cotidiana da atividade, como a limpeza e construção de áreas às margens do rio, do locais de cevas, etc.

Ao mesmo tempo em que se reduzia a quantidade de peixes à montante da barragem, os pescadores iniciaram a busca por outras áreas com maior quantidade de peixes. Para estes, da região de Estreito/MA, e em sua maioria vinculados à Colônia de Pescadores Z-35, restou a possibilidade da pesca à

jusante. Porém, os espaços delimitados pelas práticas descritas acima deveriam ser respeitados para que não ocasionassem algum atrito ou desentendimento com outros pescadores. O incremento de pescadores à jusante e a "disputa" por novos lugares de pesca implicaram também na possibilidade de pesca e de ganho insuficiente para a manutenção das famílias.

Ao passo que esta demanda por peixes e espaço crescia, diminuía a quantidade de peixes disponíveis para a atividade, haja vista que boa parte deles ficavam parados ao pé da barragem se debatendo na tentativa de subir o rio, associado ao fato de que boa quantidade dos mesmos morriam naquele local e, ainda a impossibilidade e proibição de pescar a uma distância menor que 400 metros à jusante da barragem.

E aí fica aqui pra baixo, **ninguém pega ele pra baixo** (abaixo da barragem). E o peixe que não vai subir, **quando chega lá empaca**. De lá a gente olha assim, embaixo ta pretinho de peixe. (...) **Não pode pescar**. De vez em quando **você vê peixe morto do outro lado**, acolá. Ele **estava pra subir, aí não subia e descia rolando**. (C.B. Estreito/MA).

Ainda é possível inferir que o trato com seu locais de pesca (às margens), a prática das cevas e outras ações cotidianas naquele lugar criaram territorialidades pesqueiras, conforme discussão apresentada por Cardoso (2001) em sua tese de doutoramento e que estas foram usurpadas dos sujeitos sem ao menos terem, após o processo de ruptura com estes espaços, a possibilidade de manutenção de suas condições de vida pretéritas.

Para ratificar as informações expostas sobre as dificuldades vividas e a impossibilidade de execução de suas atividades, seguem mais alguns trechos das entrevistas.

(...) **Sem atividade** por enquanto, vou falar a verdade, por enquanto ficou sem atividade para nada, para nada, **as coisas da gente foram se acabando**. Pega o anzol e **vai pescar pelo lado de baixo que é muito raro a gente** ir pescar porque **os meninos que moram aqui do lado de baixo,**

eles tem os pontos deles lá embaixo. Mas a gente não pode chegar lá e colocar a rede porque lá é deles. Se chegar lá e botar a rede, ele pode chegar e dizer rapaz esse lugar aqui eu não quero que pesca aqui porque isso aqui é meu. (...) O local nosso era aqui do lado de cima, a gente não vai chegar lá e invadir o deles. Aí essa dificuldade ficou pra nós. (J.U. Estreito/MA).

O controle sobre os territórios marcados pelas práticas dos sujeitos são respeitados levando em consideração que, aquele que está ali, exerce sua atividade e zela pelo território para manter as suas necessidades e de sua família, detém o domínio do mesmo e, por isso, tem também respeitado seu "poder" pelos demais sujeitos envolvidos. Ao mesmo tempo exterioriza a perda do seu território ("(...) o local nosso era aqui do lado de cima, a gente não vai chegar e invadir o deles") e ainda assim, diante das consequências deste processo, remete-se a pensar e entender o valor que o espaço representa para o outro, as territorialidades, diferentemente do "pensado" pelo empreendimento referente ao seu domínio simbólico do espaço pretérito e as suas representações sociais deste espaço.

Figura 21: Vista do AHE - Estreito à jusante da barragem na margem esquerda em Aguiarnópolis/TO

Ressalta-se também que a interferência na prática da atividade não se remetia exclusivamente ao período posterior ao início do enchimento do reservatório, se dando inclusive ao processo inicial de construção da barragem marcada pelas várias explosões ao longo do dia e pelo impedimento de acesso à

montante dali, já que os pescadores utilizavam o rio para chegar em seus pontos de pesca.

Rapaz, me entristece porque **a gente viajava daqui tranqüilo aqui pra “riba”,** era a hora que queria, **vinha a hora que queria** e agora tem, tem que precisar dos outros pra levar a gente pra lá, pra vim pra cá. (C.B. Estreito/MA).

A partir da construção da barragem os pescadores foram impossibilitados de usar o rio para seu deslocamento. Desde então, toda vez que os mesmos tivessem a necessidade de se deslocar para seus pontos de pesca à montante da barragem tinham que fazê-lo por terra e recorrer ao transporte realizado por um carro disponibilizado pelo Ceste para tal fim. Porém, de acordo com os pescadores, os seus horários ficavam presos à boa vontade dos condutores e também a disponibilidade do veículo, haja vista que nem sempre o mesmo encontrava-se disponível para tal.

Figura 22: Veículo utilizado para transportar pescadores para montante da barragem

Esta nova condição de dependência do transporte implicava em não realizar suas pescarias em horários que achassem mais convenientes, pois a seu

modo, cada pescador escolhia horários que entendessem ser mais produtivos na realização de sua atividade. Muda-se então para uma imposição de horários interferindo diretamente na práticas pretéritas estabelecidas e que atualmente não são, necessariamente, escolhidas por eles.

Atualmente ainda podem ser observadas mobilizações dos afetados pelo AHE Estreito no que se refere a garantia de sobrevivência através de seu próprio esforço mediante o assentamento de cadastrados pelo Incra, de pescadores que não foram indenizados e outras atividades exercidas. Observa-se que as consequências, decorridos aproximadamente dois anos do início da operação do AHE, ainda são sofridas pelos sujeitos sociais em questão que ainda encontram forças para se mobilizarem na busca da solução para seus problemas. As atividades foram organizadas pelo MAB²⁷ (Movimento dos Atingidos por Barragens)

Esta é uma, entre várias manifestações, realizadas a partir da organização dos movimentos sociais que representam diferentes grupos sociais afetados pelo empreendimento.

Como exemplo, em 16 de abril de 2007²⁸, com várias centenas de pessoas, dentre elas, ribeirinhos, pescadores e indígenas, fizeram uma manifestação de interdição da Rodovia Belém-Brasília, organizada pelo MAB, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, PJR (Pastoral da Juventude Rural, CPT (Comissão Pastoral da Terra) e CIMI (Conselho Indigenista Missionário) a qual solicitava a revogação da LI (Licença de Instalação) do AHE Estreito, pois o

---

²⁷ Informações obtidas em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pela-barragem-estreito-cobram-resolu-problemas>. Acesso em: 25/03/13. **Atingidos pela barragem de Estreito cobram resoluções de problemas**. 15/03/2012.

²⁸ Informações obtidas em: <http://br.groups.yahoo.com/group/gteinfo/message/2180>. Acesso em 04/07/2007. **Contra hidrelétrica, indígenas e ativistas interditam Belém-Brasília**.

EIA/Rima não contemplava as Terras Indígenas Apinayé e Krahô no Tocantins e Krikati no Maranhão.

Várias manifestações ocorreram posteriormente a esta. Dentre elas pode ser destacada a Marcha dos Atingidos, também organizada pelo MAB e outros movimentos populares, que percorreu aproximadamente 125 km entre os dias 23 de agosto a 01 de setembro de 2010 partindo de Araguaína/TO até Estreito/MA. O grupo ficou acampado em área próxima ao canteiro de obras do AHE na rodovia que liga Estreito a Carolina/MA.

Ao lado do local utilizado pelos manifestantes para acampar e realizar suas reuniões e, em frente à entrada para o canteiro de obras do AHE, foi construído, no início do processo de licenciamento, o 12º Batalhão da Polícia Militar do Maranhão.

Figura 23: Batalhão da Polícia Militar (A) e Área utilizada para o acampamento ao lado do Batalhão (B).

É possível inferir que a sua edificação se deu para garantir a "ordem" e manter distante qualquer tipo de protesto na área do AHE. Neste sentido, é possível observar o uso do aparelhamento estatal em benefício do empreendimento.

4.8. A Comunidade de Palmatuba: breves considerações

A comunidade de Palmatuba, no município de Babaçulândia, seria inicialmente estudada para entender o processo de desterritorialização e a perda da identidade em períodos distintos, abrangendo o momento anterior e posterior à saída compulsória ocasionada pela instalação do AHE Estreito. No entanto, não foi possível realizar o trabalho de campo anterior à saída dos moradores e quando da realização do mesmo, todos os moradores já haviam sido removidos do local. Palmatuba era considerada como área urbana do município, porém guardava características marcantes do modo de vida rural e ainda estava a uma distância considerável do núcleo urbano.

Apesar de não ter havido uma investigação mais detida, nesta pesquisa, com os moradores, é importante mencionar que a maior parte deles recebeu a carta de crédito, ficando o Ceste isento de responsabilidades posteriores e ainda, em sua maioria optaram pela mudança para os núcleos urbanos principalmente em Araguaína/TO. A ruptura do modo de vida dos sujeitos desta comunidade ocasionou, conforme Sieben (2012), vários problemas antes não vividos, como: dificuldades em pagar aluguel, relacionamento difícil com a vizinhança e ainda a rememoração do passado que tem ocasionado outros problemas, principalmente aos mais idosos.

É importante observar que boa parte das atividades eram realizadas em conjunto pelos moradores que possuíam dentre suas atividades a extração do coco babaçu, a retirada de argila para fabricação de tijolos e ainda a pesca, criação de animais e pequenas plantações. A atividade de extração do babaçu tinha uma posição de destaque, pois o mesmo era utilizado para a confecção de

artesanato na Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu e ainda era utilizado para fazer o azeite utilizado na culinária local e regional.

Figura 24: Antes (2006) e depois (2010) da desterritorialização da Comunidade Palmatuba - Associação das Quebradeira de Coco/Escola (1A e 1B) e Cerâmica comunitária (2A e 2B)

Tais constatações vão ao encontro das evidências expostas por Amorim e Jesus (2006), pois no momento da veiculação das notícias de que Palmatuba poderia ser atingida por uma hidrelétrica, várias dúvidas e incertezas quanto ao futuro começavam a desestabilizar os moradores.

Gráfico 01: Preocupações incômodas aos moradores de Palmatuba
 Fonte: Adaptado de Amorim e Jesus (2006)

Pode ser observado no gráfico anterior o alto grau de incidência sobre a incerteza quanto às perspectivas futuras da Comunidade Palmatuba. Demonstrando, a partir de entrevista com todos os moradores, que 75% deles não tinham segurança sob a forma de compensação financeira pela perda de seu território e pelas benfeitorias realizadas em seus espaços. Ao mesmo tempo, explicitavam uma alto grau de incerteza (70%) referente ao futuro de vida, pois não sabiam para onde iriam, com quem iriam e de que forma iriam para seus novos territórios. Estas incertezas geraram extremo desconforto, pois estavam impressas em suas respostas o alto grau de apego e sentimento relativo ao seu território (95%), notadamente porque havia uma identidade construída a partir das suas interações com o lugar, com seus vizinhos e com o ambiente natural rodeado pelo rio e pelos cocais dos quais extraíam seus meios de sobrevivência.

Gráfico 02: Consciência da Comunidade de Palmatuba sobre o problema energético brasileiro

Fonte: Adaptado de Amorim e Jesus (2006)

A interrupção no modo de vida dos moradores daquela comunidade já começava a se caracterizar, naquele momento com a notícia da construção do AHE Estreito, como elemento desencadeador da desestruturação territorial e identitária, visto que suas práticas cotidianas começavam a não serem realizadas como antes. É possível inferir que tal situação pode ter sido agravada pelo fato de que boa parte dos moradores não estavam suficientemente informados sobre a necessidade de produção de energia elétrica e ainda a quase total falta de esclarecimentos quanto à outros tipos de geração de energia. (Gráfico 02).

4.9. No caminho da (des)informação: evidências discursivas impressas em veículos de comunicação

Diferentes argumentos ao longo do processo de licenciamento do aproveitamento hidrelétrico de Estreito foram utilizados como forma de amparar a sua construção. Ao mesmo tempo, diferentes atores explicitavam suas opiniões contrárias ao empreendimento, haja vista que a presença do mesmo implicaria em alterações no seu modo de vida, na desterritorialização bem como em suas identidades.

O enredo evidente para a construção apoiava-se basicamente em duas frentes. A primeira se relacionava com a possibilidade de um apagão iminente, caso a implantação e operação da mesma não fosse liberada. Alinharam-se aqui outros argumentos em face de que o AHE compunha o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e a obra, naquele momento, era a maior para a produção de energia elétrica no Brasil, representando e assegurando o fornecimento de energia para os processos produtivos implantados na região. O fortalecimento deste discurso veio acompanhado daquele que, em sendo implantado o AHE, o mesmo seria o um dos promotores de desenvolvimento da região através da instalação de novas empresas e pela criação de novos empregos, sendo esta região apontada, compondo com outras no Brasil, em várias passagens, como sendo uma das que detém o menor IDH²⁹ (Índice de Desenvolvimento Humano) e carentes de emprego e renda em nosso país. Verifica-se aqui o mesmo discurso utilizado para a construção de outros empreendimentos hidrelétricos no Brasil ao longo das duas últimas décadas. Porém, o desenvolvimento social apregoado não tem sido verificado, pois a qualidade de vida das pessoas dos lugares "invadidos" por empreendimentos com esta tipologia tem sido marcada por uma condição contrária a esta. Tais evidências são ratificadas a partir dos inúmeros trabalhos produzidos e divulgados nos Encontros de Ciências Sociais e Barragens no Brasil a partir de 2005, bem como dos Encontros Latino-americano de Ciências Sociais e Barragens.

A segunda frente observada foi a de que a falta de energia, bem como a instalação de novos empreendimentos para aproveitamentos hidrelétricos

---

²⁹ Informações obtidas em: <http://www.canalenergia.com.br>. Acesso em: 28/02/13. **Crescimento refém da (in)justiça**. 05/06/2007.

implicariam na impossibilidade de instalação de outros segmentos econômicos, ficando claro o direcionamento maior da energia para o setor de produção de alumínio, que é alto consumidor de energia, como já vem ocorrendo com a energia elétrica na Amazônia. Destacam-se dentre estas empresas a Vale e a Alcoa, sendo ambas componentes do consórcio responsável pelo AHE-Estreito. A última, possui também participação acionária em outras usinas hidrelétricas, sendo: Machadinho e Barra Grande na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a Usina de Serra do Facão no estado de Goiás. A Alcoa Alumínio S.A é integrante da Alcoa Inc. empresa estadunidense que tem se deslocado para países periféricos.

As diretrizes de produção para atender este setor podem ser observadas nas afirmações dos representantes das empresas mencionando a necessidade de tomadas de providências na produção de energia para atender os anseios de expansão do projeto Consórcio Alumínio do Maranhão (Alumar). "Precisamos ver se tem energia elétrica disponível" (Nilson Fraga - Diretor da Alcoa, 2007)³⁰. Ao mesmo tempo Tito Martins, diretor de assuntos corporativos da Vale fez a seguinte afirmação, mencionando sobre o processo de expansão da empresa: "A energia de Estreito não pode ser considerada porque os projetos que estão em desenvolvimento hoje na região já contam com a energia desta usina. O projeto está atrasado porque se levou quatro anos para conseguir o licenciamento ambiental" (Tito Martins, Diretor da Vale, 2007)³¹.

Observa-se ainda as pretensões das empresas em um processo de expansão ainda alicerçado nos AHE na Amazônia. " Já temos a autorização do

---

³⁰ Informações obtidas em: <http://www.forumcarajas.org.br>. Acesso em: 28/02/13. **Alcoa terá expansões até 2008.** 31/03/2007.

³¹ Informações obtidas em: <http://www.forumcarajas.org.br>. Acesso em: 28/02/13. **Alcoa terá expansões até 2008.** 31/03/2007.

governo federal para centrais com capacidade de gerar dois mil megawatts. Ainda não há estudos, mas acreditamos que o norte do país é a região mais provável para atuarmos e ficaríamos muito satisfeitos se os novos projetos fossem no maranhão e Tocantins” (Victor Frank Paranhos, Presidente do Ceste, 2007)³².

É notória a pressão exercida pelas empresas do setor mineral junto ao governo federal para ampliar a produção de energia. Passagens impressas denotam as ameaças de abandono de novos projetos no Brasil, bem como, a partir de suas conveniências, reporta-se ao processo de licenciamento ambiental como um entrave para a manutenção das empresas no Brasil. Externa ainda, um ponto de reflexão, pois sua afirmativa demonstra que os projetos não tem contemplado todos os componentes destes licenciamentos. "Tudo o que é complexo demais acaba não sendo cumprido". (Roger Agnelli, Presidente da Vale, 2007).³³

Fica claro que a preocupação maior não é com as questão ambiental ou social, mas sim com os lucros aferidos pelas empresas.

Ao passo que os discursos impressos priorizam a produção de energia para os processos produtivos mencionados, vêm a reboque, informações que tentaram inculcar e sustentar a solidez e eficiência dos estudos obrigatórios para o processo de licenciamento, principalmente no que se refere à afetação de grupos tradicionais. O AHE "(...) foi alvo de três estudos sobre impactos ambientais e sobre a influência do empreendimento em três grupos indígenas, com especialistas indicados pelos próprios índios. (...) Depois de seis anos de análises e estudos e da adoção de todas as precauções relativas à proteção do

---

³² Informações obtidas em: <http://www.forumcarajas.org.br>. Acesso em: 28/02/13. **Alcoa terá expansões até 2008**. 31/03/2007.

³³ Informações obtidas em: <http://www1.folhaol.com.br>. Acesso em: 01/03/13. **Gargalo energético freia investimentos da Vale**. Folha de São Paulo. 30/05/2007.

meio ambiente local, o projeto recebeu todas as licenças necessárias e não havia razão que justificasse sua paralisação". (Cláudio Sales, Instituto Acende Brasil, 2007).

A partir de tais afirmações, setores escamoteados vinculados à produção de energia por hidrelétrica expõem opiniões que consideram cabais e suficientes para que o AHE não sofresse com interferências como: o tempo decorrido para a obtenção de licenças, as precauções de proteção ao ambiente local e ainda ao estudo antropológico realizado. O que não se percebe, nas linhas escritas, é a preocupação, de fato, com as consequências do processo de desterritorialização com os afetados, com a interferência junto às terras indígenas e seu modo de vida e também com o acompanhamento real das atividades junto aos novos assentamentos. Percebe-se uma tentativa deliberada de convencer a opinião pública sobre a "seriedade" do empreendimento com a mentira explícita de que "(...) não haverá pressão nas terras indígenas"³⁴ fato este desmascarado pelos relatos e pareceres de especialistas.

---

³⁴ Informações obtidas em: <http://www://pib.socioambiental.org.br>. Acesso em: 01/03/13. **Indigenistas querem nova discussão sobre impactos.** Clipping Jornal do Tocantins/TO, 25/03/2007.

Conclusão e considerações finais

As políticas adotadas pelo Brasil para promover o desenvolvimento a partir de obras estruturantes, implicam em fomentar a produção de energia para atender os processos produtivos. Porém, a diretriz governamental para esta produção está sedimentada na implantação de aproveitamentos hidrelétricos, observando para isto os planos nacionais de energia.

A partir da execução desta pesquisa foi possível desvelar as mazelas impostas pelo processo de produção de energia às populações tradicionais mediante a implantação do aproveitamento hidrelétrico de Estreito no rio Tocantins. Tal situação foi evidenciada com a investigação da desterritorialização forçada a que foram submetidos os sujeitos sociais afetados.

Verificou-se que o processo de licenciamento do empreendimento foi legitimado pela promoção das audiências públicas, porém revelou sua ineficiência por não permitir a participação efetiva dos afetados diretos ou indiretos. Mesmo assim, entendemos que esta participação nas audiências acontece tardiamente, concordando com Rothman (2008).

O EIA/Rima apresentado para a obtenção das licenças mostrou-se insuficiente, pois não contemplava as populações tradicionais (terras indígenas) à jusante do empreendimento como área indiretamente afetada demonstrando inconsistência nos levantamentos precedentes. Ao mesmo tempo não atendeu o princípio legal a partir da não utilização da bacia hidrográfica como unidade de estudo, não evidenciando assim os efeitos sinérgicos da implantação do empreendimento, haja vista que o rio Tocantins já tem vários empreendimentos

hidrelétricos implantados, dentre eles, Serra da Mesa, Lajeado, Tucuruí, Peixe e Ipueiras e, outros ainda em estudo.

Debruçando um pouco mais sobre os desdobramentos territoriais e identitários decorrentes da desterritorialização forçada, observou-se que, aqueles que foram reassentados estão em áreas totalmente diferentes daquelas em que viviam anteriormente. Diferença esta marcada pela falta dos atributos ambientais que conduziam suas práticas cotidianas que possibilitavam sua sobrevivência. Dentre elas, destacamos a agricultura de vazante, a pesca artesanal, a colheita do babaçu, estas marcadas pela lida comunal.

A ruptura drástica das interações entre grupos, pessoas e, destas com seus territórios, interferiu sobremaneira na identidade dos afetados, pois as relações dantes estabelecidas foram rompidas por um evento não querido por eles, mas imposto a aceitá-lo. Nesta condição o processo de reterritorialização se constitui como uma incógnita e incerto pois não se tem mais, no novo território, os mesmos elementos que compunham aquele anterior marcado pelas territorialidades. Podemos nomeá-lo assim de reterritorialização precária nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Este processo pode ser facilitado quando da vontade própria do sujeito e também a partir de sua alocação em territórios semelhantes ao apropriado anteriormente, o que não foi configurado neste caso estudado.

Considerando as categorias território e identidade, observou-se que a desterritorialização ocasionou sinergicamente a disrupção social dos afetados, pois as perdas territoriais implicaram na perda de referenciais culturais, onde o território é composto por signos, símbolos e representações que impingem a construção da identidade. No contexto supra, esta identidade está sendo perdida

pela destituição dos sujeitos dos seu territórios. Aqui podemos pensar sobre a afirmação dada por Santos (2003), de que a territorialidade não está simplesmente vinculada ao viver em determinado lugar, mas está nas relações intrínsecas mantidas com ele.

É importante ressaltar a necessidade de uma política mais séria, e com maior rigor, referente ao acompanhamento de construção de empreendimentos do porte do AHE Estreito. Verificou-se que a reflexividade institucional é baixa diante de projetos componentes da modernidade, pois não dá conta dos desdobramentos advindos de sua instalação e proporciona mais insegurança nas relações sociais e institucionais, tendo como reflexos os impactos negativos recaídos sobre populações tradicionais/locais.

O modelo mostrou ser insuficiente, marcado por uma ação burocratizada respaldada pelas normas e leis, ainda que incumpridas, e desvinculada das reais necessidades dos afetados que não os incorpora nos processos decisórios sobre a produção de energia. É preciso possibilitar uma forte discussão ampliada sobre outras fontes e potencialidades de uso, em consonância com o respeito às comunidades tradicionais no Brasil, para que possamos reacender, de fato, um debate hegemonicamente visto como já decidido e minorar os impactos junto aos afetados.

Verificou-se que as graves consequências sofridas pelos grupos fragilizados e vulneráveis estão se acentuando diante da apropriação econômica dos espaços. Isto evidencia a fragilidade e passividade estatal diante de uma economia especulativa e deslocalizada e, portanto, sem responsabilidade para além do quadro econômico-financeiro.

A acentuação da vulnerabilidade disseminada pelos aproveitamentos hidrelétricos também podem ser percebidas mais recentemente, mediante uma rápida avaliação dos novos projetos em andamento no Brasil. Neste contexto, observa-se que os mesmos desdobramentos territoriais e identitários se convergem com a intensificação de conflitos nos projetos de Belo Monte (rio Xingu) e também do Complexo do Tapajós (rio Tapajós), ambos no estado do Pará.

Percebe-se que o Estado é ineficiente por permitir a instalação e operação de empreendimentos sem os devidos cumprimentos previstos nas diferentes fases do processo de licenciamento. Denota a subserviência do mesmo aos interesses do capital, exprimindo também uma relação de poder desigual entre o Estado, o empreendedor e os afetados. Estes últimos, sempre à margem do processo decisório.

Para minimizar os impactos junto aos afetados, é necessário exercer pressão sobre as instituições estatais, de forma que repassem obrigações e responsabilidades aos construtores e agentes empreendedores e os façam cumpri-las. Quanto mais empenho, discussão de possibilidades, potencialidades e alternativas sobre produção de energia envolvendo a sociedade e o Estado, maiores serão as possibilidades de um verdadeiro desenvolvimento. Abrindo mão destas condições e continuar primando pelo imediatismo imposto pela decisão da liberação de licenças ambientais para aproveitamentos hidrelétricos e privilegiando a tomada de decisão de forma unilateral onde as populações tradicionais/locais sofrem em decorrência delas, continuaremos no mesmo processo de crescimento alicerçado no esquecimento social e da impossibilidade

dos mais vulneráveis participarem dos rumos de suas vidas e de seu país, antes de mais nada, de forma democrática.

Considerando as informações obtidas por esta pesquisa, observa-se que as mesmas foram importantes por possibilitar uma caracterização de forma ampliada das relações estabelecidas entre os diversos sujeitos sociais, além de subsidiar uma avaliação da política de produção por hidrelétricas no Brasil.

Ao final desta tese, fica explícito que a continuação do modelo de produção de energia elétrica no país ainda perdurará por décadas, acomodado na manutenção da não participação coletiva no processo decisório. As medidas utilizadas para minorar, mitigar e compensar os impactos junto aos afetados, pouco servem, pois as perdas culturais expressas pela apropriação dos territórios e de suas identidades são perdas irreparáveis. As soluções técnicas não servem e não atendem tais prerrogativas, a não ser aquelas relacionadas à economia para os empreendedores composto, neste segmento, na maioria das vezes por corporações transnacionais. Não é um modelo para atender as necessidades do Brasil, mas sim, para atender os interesses do capital.

Referências

ACOSTA, V.G. El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos. In: **Desacatos**. Distrito Federal/México. N.19. p.11-24. Disponível em: < <http://148.215.1.166:89/redalyc/pdf/139/13901902.pdf>>. Acesso em: 17/09/09.

ACSERALD, H.; MELLO, C.C.A. ; BEZERRA, G.N. O que é Justiça Ambiental? Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2009.

ACSERALD, H. Novas articulações em prol da justiça ambiental. In: Democracia viva, nº 27, jun/jul de 2005, pgs 42 a 47.

AMORIM, Fred Lima & JESUS, Antonivaldo de. Impactos socioambientais da construção da UHE-Estreiro na comunidade de Palmatuba em Babaçulândia-TO. In: **Geoambiente On-line – Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí-UFG**. N.7. jul-dez/2006, p.14-33.

ANDRE, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 113, July 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Jan. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000200003>.

BARROS, E. V. A matriz energética mundial e a competitividade das nações: bases de uma nova geopolítica. In: **ENGEVISTA**, v. 9, n. 1, p. 47-56, junho 2007.

BARROSO, Dalva. Implantação do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios do Estado do Pará. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond. 2. ed., 2001.

BECK. U. Modernização reflexiva: a reinvenção da política. In: GIDDENS et al. **Modernização reflexiva**. UNESP, 1995.

BERMANN, C. **Impasses e controversias da hidreletricidade**. *Estudos Avançados*. 21, n59, 2007.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I.; WISNER, B. 1996. **Vulnerabilidad: el entorno social, político y económico de los desastres**. Tercer Mundo Editores, Colômbia, 1996. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_L0sk1-2d5AC&oi=fnd&pg=PA9&dq=%22Blaikie%22+%22Vulnerabilidad:+el+entorno+social,+pol%C3%ADtico+y+...%22+&ots=VRVe_MqCku&sig=Zlq2Mrnj0Tkfrds2AZLro2D4H_s#v=onepage&q=&f=false. Acesso em:16/09/09.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Deficiências em estudos de impacto ambiental: síntese de uma experiência.** Brasília: ESMPU- Escola Superior do Ministério Público da União, 2004.

BRASIL. Procuradoria Geral da República. **Trabalho sobre a área de influência nos EIAs.** Nota Técnica nº 39/2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 01 de 23 de janeiro de 1986.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BRASIL. **Lei 6938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 12 jun. 2012.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social.** Tese (Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia.** Ano 1, N. 2, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito:** Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2001. 267 p.

COSTA, J. M. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES, Armando Dias (Org.). **A Amazônia e o seu banco.** Manaus: Editora Valer/Banco da Amazônia, 2002.

FABER, Daniel. **Disaster law and inequality.** California Center for Environmental Law and Policy, University of California, Berkeley.

FEARNSIDE, P. M. Greenhouse gas emissions from a hydroelectric reservoir (Brazil's Tucuri Dam) and the energy policy implications. **Water, Air and Soil Pollution.** 155:69-96. 2002. ISSN 1573.2932.

FEARNSIDE, P.M. Brazil's Samuel Dam: Lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia. **Environmental Management.** 35: 1-19. 2005a.

FEARNSIDE, P.M. Do hydroelectric dams mitigate global warming? The case of Brazil's Curua-Una Dam. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change,** 10: 675-691. 2005b.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas como “fábricas de metano”**: O papel dos reservatórios em áreas de floresta tropical na emissão de gases de efeito estufa. Rio de Janeiro; Oecologia Brasiliensis. 12(1):100-115. 2008. ISSN 1981-9366.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas e o aquecimento global. Uma revisão de valores**. Entrevista especial com Philip Fearnside em 25/06/2012. In: http://www.cerpch.unifei.edu.br/noticias/hidreletricas-e-o-aquecimento-global-uma-revisao-de-valores-entrevista-especial-com-philip-fearnside.html?utm_source=cerpch+list&utm_campaign=02ccb64cf1-Energia_Online_26_06_2011&utm_medium=email.

FOGAÇA, J. A desterritorialização e a reterritorialização das famílias atingidas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Ita. In: **I Encontro de Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FORMOSO, Fábio M. & Westphalen, ÂNGELA. Estudos de viabilidade da UHE Estreito: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. 2001, 267p.

FOSCHIERA, Athamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente-SP: 2009.

FREITAS, Marcílio de. **A Amazônia e Desenvolvimento Sustentável**: Um Diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FROTA, Ivaldo. O setor elétrico e seus conflitos: os novos e os velhos desafios. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond. 2. ed., 2001.

GIDDENS, A. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reformas na indústria elétrica brasileira**: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes. 2007. Tese (Doutorado em Energia)- Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HANNIGAN, J. **Environmental Sociology**. London: Rotledge, 2009.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. **I Encontro da ANPASS**. Indaiatuba:SP, 2002.

LEFF, H. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LESSA, S. István Mészáros.(Beyond Capital). **Crítica Marxista**. São Paulo: Xamã, n.9, p.97-109, 1999.

MACHADO, C. A. Degradação ambiental de depósitos fósseis vegetais nos cerrados do Estado do Tocantins. In: **I Seminário Sobre Paisagens do Pantanal e Cerrados: Questão SócioAmbiental**. Dourados/MS: UNIDERP, 2011.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J., BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes, 1989.

MENKES, Mônica. **Eficiência energética, políticas públicas e sustentabilidade**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: CDS/UNB, 2004.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Balanço energético nacional**. 2008.

OLIVEIRA, Vanderlei Mendes. “Desterritorialização” e a construção da identidade Krahô nos séculos XIX e XX. In: **VII Encontro Nacional da ANPEGE - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. Rio de Janeiro, 2007a.

OLIVEIRA, Vanderlei Mendes. **Turismo, Território e Modernidade**: um estudo da população indígena Krahô, Estado do Tocantins (Amazônia Legal Brasileira). Tese (Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007b.

PACHECO, T. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Justiça pelas águas**: enfrentamento ao racismo ambiental. Sup. Rec. Hídricos. Salvador, 2008.

PINTO, V. F. S. & PEREIRA, D. B. Resistência contra a soberba: conflitos socioambientais na Hidrelétrica de Candonga. In: **I Encontro de Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

PORTO, M. F. S. **Vulnerabilidades e situação de risco em grupos populacionais expostos a riscos ocupacionais e ambientais no contexto brasileiro**. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Pop_Amb_Porto_Text.pdf. Acesso em: 13/09/09.

RAMOS, Sílvia Maria Frattini Gonçalves. UHE-Tucuruí: conflitos socioambientais. Episódio do pleito do Plano de Desenvolvimento Regional. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond. 2. ed., 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, L. P. & ROTHMAN, F.D. Avanços e contradições do licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas: um estudo comparativo dos casos da UHE Cachoeira da Providência e UHE Fumaça-MG. In: **I Encontro de Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

ROCHA, Cirineu. Conflitos em torno da geração e transmissão de energia: UHE-Lajeado. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond. 2. ed., 2001.

ROSSATO, Alexania. Cartografia do conflito em Barra Grande: MAB, empresas construtoras e emissoras de rádio. In: **II Encontro de Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

ROTHMAN, F. D. Conflitos socioambientais, licenciamento de barragens e resistência. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Estratégias para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e cultura de fronteira**. Tempo Social, São Paulo, v.5 n. 1-2, p. 31-52.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SIEBEN, Airton. **Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

SILVA, Elias da. **Território, cidade e rede: o papel de Rondonópolis na expansão da soja no Cerrado Mato-Grossense**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, P. A. P. **A privatização e descentralização do setor elétrico nacional frente à política ambiental brasileira; uma abordagem sociológica do caso das pequenas centrais hidrelétrica (PCHs)**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia

Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos/Universidade de São Paulo. São Carlos, SP: 2004.

THIAGO FILHO, G. L. **Perspectivas das PCHs face ao novo quadro institucional do Brasil**. Centro Nacional de Referência em Pequenos Aproveitamentos Hidroenergéticos - CERPCH). Ano 1. nº 3. Jun/jul/ago.1999.

TUAN, YI-FU. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, C. B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. In: **Estudos Avançados**. Vol. 21, n. 59. São Paulo: jan-apr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142007000100010&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 15/09/09.

VAINER, C. B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

WCD – WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and development a new framework for decision-making**. London: Earthscan, 2000. Disponível em: <<http://www.dams.org/docs/report/wcdreport.pdf>>. Acesso em maio de 2009.

ZANIRATO, S. H. et al. Sentidos do Risco: interpretações teóricas. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** (Serie documental de *Geo Crítica*), Universidad de Barcelona, n. 785, v. 13, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-785.htm>>. Acesso em: 16/09/09.

ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: **Ambiente e Sociedade**. Vol.10, n. 2. Campinas : July/Dec. 2007.

Imagem do canteiro de obras. Disponível em:

http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.jornalpequeno.com.br/Fotos/JP22882.99031.A.jpg&imgrefurl=http://www.jornalpequeno.com.br/2009/2/14/Pagina99031.htm&usq=__JX88DiQymvVokqCAH5rNiJcpZg=&h=167&w=250&sz=51&hl=pt-BR&start=24&um=1&tbnid=A6o48NHUpoVNCM:&tbnh=74&tbnw=111&prev=/images%3Fq%3Duhe%2Bestreito%26ndsp%3D18%26hl%3Dpt-R%26rlz%3D1T4SKPB_pt-BRBR337BR337%26sa%3DN%26start%3D18%26um%3D1. Acesso em: 19/09/09.

Imagem da construção do vertedouro. Disponível em: http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.jornalpequeno.com.br/Fotos/JP23000.111982.A.jpg&imgrefurl=http://www.jornalpequeno.com.br/2009/6/16/Pagina111982.htm&usq=__DpGTCxVhnRh3GbvC9DIZ4fgIEZs=&h=266&w=367&sz=29&hl=pt-BR&start=18&um=1&tbnid=eIR2O4Q_28VQRM:&tbnh=88&tbnw=

122&prev=/images%3Fq%3Duhe%2Bestreito%26ndsp%3D18%26hl%3Dpt-BR%26rlz%3D1T4SKPB_pt-BRBR337BR337%26sa%3DN%26um%3D1. Acesso em: 19/09/09.

ANEXOS

ANEXO A - UHE DE ESTREITO – Ficha Resumo - LP - Licença prévia

USINA HIDRELÉTRICA: Estreito											
EMPRESA: CNEC Engenharia S.A.											
ETAPA: Estudos de Impacto Ambiental										DATA: Dezembro - 2001	
PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: Licença Prévia											
1. LOCALIZAÇÃO											
RIO: Tocantins						SUB-BACIA: Tocantins			BACIA: Amazônica		
LAT.: 06° ° 35' ' 11" S		DIST. DA FOZ:		MUNICÍPIO M. DIR.: Estreito				UF.: MA			
LONG.: 47° ° 27' ' 27" W		855 km		MUNICÍPIO M. ESQ.: Aguiarnópolis				UF.: TO			
2. DADOS HIDROMETEOROLÓGICOS											
POSTOS FLUVIOMÉTRICOS DE REFERÊNCIA COD.: 23600000 NOME: Tocantinópolis RIO: Tocantins						VAZÃO MÁX. REGISTRADA: 02 / 80 32.722 m³/s VAZÃO MIN. REGISTRADA: 08 / 98 692 m³/s VAZÃO OBRAS DE VERTEDOURO (TR = 10.000 ANOS) 64.990 m³/s VAZÃO OBRAS DE DESVIO (TR = 50 ANOS) 33.329 m³/s					
ÁREA DE DRENAGEM DO BARRAM.ENTO: 287.800 km² PREC. MÉDIA ANUAL (BACIA): 1718,7 mm EVAP. MÉDIA ANUAL (BACIA.): 1678,8 mm VAZÃO MLT – PERÍODO: 1931 a 1999 4.301 m³/s											
VAZÕES MÉDIAS MENSAIS (m³/s)						PERÍODO: 1931 – 1998					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
7.040	8.422	8.940	7.342	4.035	2.362	1.712	1.330	1.213	1.570	2.710	4.931
EVAPORAÇÃO MÉDIA MENSAL (mm)											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
67,3	61,0	79,1	80,5	136,2	201,8	271,9	289,7	220,5	120,6	80,9	69,3
3. RESERVATÓRIO											
N.A. DE MONTANTE						VOLUMES					
MÍN. NORMAL 156 m						NO N.A. MÁXIMO NORMAL 5400 x 10⁶m³					
MÁX. NORMAL 156 m						ÚTIL 0					
MÁX MAXIMORUM 158 m						ABAIXO DA SOLEIRA DO VERTEDOURO: 0					
N.A. DE JUSANTE						OUTRAS INFORMAÇÕES					
MÍNIMO: OPERACIONAL 131 m						VIDA ÚTIL DO RESERVATÓRIO > 100 anos					
MÁX. NORMAL 134 m						VAZÃO REGULARIZADA (PER. CRÍTICO) 3141 m³/s					
ÁREAS INUNDADAS						PERÍMETRO DO RESERVATÓRIO 1770 km					
NO N.A. MÁX MAXIMORUM 700 km²						PROFUNDIDADE MÉDIA 25 m					
NO N.A. MÁX NORMAL 590 km²						PROFUNDIDADE MÁXIMA 41 m					
NO N.A. MÍN. NORMAL 590 km²						TEMPO DE FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO (MÁXIMO) 160 dias					
ÁREA TOTAL DO RESRVATÓRIO 744,68 km²						TEMPO DE RESIDÊNCIA DA ÁGUA 15 dias					
						ÁREA DA CALHA DO RIO 154,68 km²					
						EXTENSÃO DO RESERVATÓRIO 260,23 km					

4.ÁREAS INUNDADAS POR MUNICÍPIO/ESTADO		
Município (sem área do leito do rio)	Área inundada (ha)	% inundada
Estreito/MA	3.206	7,4
Carolina/MA	15.637	36,0
Babaçulândia/TO	6.099	14,0
Barra do Ouro/TO	4.231	9,7
Darcinópolis/TO	2.527	5,8
Filadélfia/TO	7.982	18,3
Goiatins/TO	525	1,2
Itapiratins/TO	243	0,5
Palmeirante/TO	1.373	3,2
Palmeiras do Tocantins/TO	1.709	3,9
Total:	43.532	100,0
5. DESVIO		
TIPO (Pelos vãos do vertedouro)		
VAZÃO DE DESVIO (TR= 50 ANOS):	33.329 m ³ /s	
COTA DA SOLEIRA DO CANAL DE DESVIO	125 m	
NÚMERO DE VÃOS	16	
LARGURA DO VÃO	20 m	
ESCAVAÇÃO COMUM	35.492 m ³	
	Canal	
	ENSECADEIRAS	
	ATERRO COMPACTADO	548.769 m ³
	ATERRO LANÇADO	186.191 m ³
	ENROCAMENTO	1.878.036 m ³
6. BARRAGEM		
TIPO DE ESTRUTURA/MATERIAL	Terra/Enrocamento	
	COTA DA CRISTA COM OBRAS DE CONCRETO	159 m
COMPRIMENTO TOTAL DA CRISTA	848 m	ESCAVAÇÃO COMUM 78.484 m ³
ALTURA MÁXIMA	40 m	ATERRO COMPACTADO 1.580.572 m ³
COTA DA CRISTA DA BARRAGEM DE TERRA	160 m	FILTROS E TRANSIÇÕES 152.557 m ³

7. SISTEMA EXTRAVASOR			
TIPO:	Vertedouro de Superfície	<u>COMPORTAS</u>	
VAZÃO DE PROJETO	64.990 m ³ /s	TIPO	Segmento
COTA DA SOLEIRA	135 m	ACIONAMENTO	Óleo-Hidráulico
COMPRIMENTO TOTAL DA SOLEIRA	402,50 m	LARGURA	20 m
NÚMERO DE VÃOS	16	ALTURA	21 m
LARGURA DO VÃO	20 m	ESTRUTURA DE DISSIPACÃO DE ENERGIA	Bacia de dissipação
ESCAVAÇÃO COMUM	4.946.960 m ³		
ESC. EM ROCHA A CÉU ABERTO	7.620.659 m ³		
CONCRETO (CONVENCIONAL)	542.215 m ³		
8. SISTEMA ADUTOR			
<u>TOMADA D'ÁGUA</u>		<u>COMPORTAS</u>	
TIPO	Gravidade e	TIPO	Ensecadeira
NÚMERO DE TOMADAS	9	ACIONAMENTO	<i>Pórtico Rolante</i>
ESCAVAÇÃO COMUM	2.933.299 m ³	LARGURA	7,70 m
ESCAVAÇÃO EM ROCHA A CÉU ABERTO	4.365.422 m ³	ALTURA	16,30 m
CONCRETO	149.160 m ³	QUANTIDADE PARA 2 TOMADAS (3 COMPORTAS POR TOMADA)	6
COTA DA SOLEIRA	125,50 m		
<u>COMPORTAS DE EMERGÊNCIA (VAGÃO)</u>			
QUANTIDADE DE COMPORTAS (1 COMPORTA POR VAGÃO DE TOMADA)	27		
ALTURA DE CADA COMPORTA	15,80 m		
LARGURA DE CADA COMPORTA	7,70 m		
9. CASA DE FORÇA			
TIPO	<i>Convencional/Abrigada</i>	ESCAVAÇÃO COMUM	3.439.082 m ³
Nº DE UNIDADES GERADORAS	9	ESC. EM ROCHA A CÉU ABERTO	5.130.261 m ³
LARG. DOS BLOCOS DAS UNIDADES	85,32 m	CONCRETO	382.277 m ³
COMPR. DOS BLOCOS DAS UNIDADES	32 m		
COMPR. DO BLOCO DA ÁREA DE MONTAGEM	32 m		
LARG. DA ÁREA DE MONTAGEM	27 m		
COMPR. DA ÁREA DE DESCARGA	18 m		
COMPRIMENTO TOTAL	348 m		
10. TURBINAS HIDRÁULICAS			
TIPO	Kaplan de eixo vertical	VAZÃO NOMINAL POR UNIDADE	650 m ³ /s
Nº DE UNIDADES GERADORAS	9	RENDIMENTO MÁXIMO	93,00 %
POTÊNCIA UNIT. NOMINAL	123,3 MW	DIÂMETRO DE SAÍDA DO ROTOR	9,25 m
ROTAÇÃO SÍNCRONA	70,59 rpm		
QUEDA NOMINAL	21 m		
11. GERADORES			
POTÊNCIA NOMINAL (MVA)	134,02	RENDIMENTO MÁXIMO (%)	98,0
POTÊNCIA TOTAL (MW)	1.087	FATOR DE POTÊNCIA (cos φ)	0,90
ROTAÇÃO (rpm)	70,59	TENSÃO NOMINAL (kV)	13,8

12. VOLUMES TOTAIS						
ESCAVAÇÃO COMUM	2.108.393	m³	ATERRO LANÇADO	52.822	m³	
ESCAVAÇÃO EM ROCHA A CÉU ABERTO	964.904	m³	ATERRO COMPACTADO	2.087.611	m³	
ENROCAMENTO LANÇADO	48.018	m³	CONCRETO CONVENCIONA	305.460	m³	
ENROCAMENTO COMPACTADO	179.167	m³				
13. CRONOGRAMA – PRINCIPAIS FASES						
INÍCIO DAS OBRAS	mês	05	ENCHIMENTO DO RESERVATÓRIO	mês	50	
DESVIO 1ª FASE	mês	09	GERAÇÃO COMERCIAL – 1ª UNIDADE	mês	58	
DESVIO 2ª FASE	mês	43	GERAÇÃO COMERCIAL – 9ª UNIDADE	mês	74	
14. CUSTOS (x 10³ R\$)						
CUSTOS SÓCIO-AMBIENTAIS			CUSTO TOTAL S/JDC			1.890.950,57
(R) RELOCAÇÕES	81.645,91		JUROS DURANTE A CONSTRUÇÃO		420.358,31	
(C) COMPENSAÇÃO	16.530,80		CUSTO TOTAL C/JD		2.311.308,88	
(E) PROGRAMAS AMBIENTAIS	61.891,34		CUSTO DE O + M		R\$ 10,00/kW/ano	
MEIO AMBIENTE (R+C+E)	160.068,04		DATA DE REFERÊNCIA (MÊS/ANO)	Novembro/01		
OBRAS CIVIS:	662.447,42		TAXA DE CÂMBIO (R\$/US\$)		2,544	
EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS	785.504,03		RELAÇÃO CUSTO MA / CUSTO TOTAL S/JDC		8,46	
CUSTO DIRETO TOTAL	1.608.019,53					
CUSTOS INDIRETOS	282.931,04					
15. ESTUDOS ENERGÉTICOS						
QUEDA BRUTA MÁXIMA	22	m	ENERGIA FIRME	587,30	MW médios	
POTÊNCIA DA USINA	1.109,7	MW	CUSTO ÍNDICE	2126,32	US\$/kW	
			CUSTO DA ENERGIA GERADA	22,7	US\$/MWh	
16. INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO DE INTERESSE RESTRITO A CENTRAL GERADORA						
LINHAS DE TRANSMISSÃO			SUBESTAÇÃO:			
Duas linhas com dois circuitos duplos.			LOCALIZAÇÃO			A jusante da casa de força, margem direita.
- Tensão: 525kV			TIPO			Convencional
- Extensão: 130Km			ESQUEMA DE MANOBRA			Barra dupla com disjuntor e meio
Interligação com subestação de Imperatriz			CLASSE DE TENSÃO			500 kV
			DIMENSÕES APROXIMADAS			280 x 300 m
17. IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS						
POPULAÇÃO ATINGIDA (Nº DE HABITANTES)			FAMÍLIAS ATINGIDAS			
URBANA:	1.148		URBANA:		268	
RURAL:	4.789		RURAL:		1.019	
TOTAL:	5.937		TOTAL:		1.287	
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS AFETADOS:	26	Petroglífo				
ÁREAS PROTEGIDAS / PARQUES ESTADUAIS AFETADOS:	01	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas (175 ha de inundação)				
INUNDAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE:	6.600	ha				
IMÓVEIS ATINGIDOS	URBANO:	301 (268 residências, 20 comerciais e 13 equipamentos públicos)				
	RURAL:	909				
INTERFERÊNCIA EM EQUIPAMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS RURAIS		11 (2 igrejas e 9 escolas)				
PERDA DE BENFEITORIAS RURAIS		1.318 moradias, 398 currais e 1.450 km de cerca				
OUTRAS ÁREAS DE RECREAÇÃO / LAZER AFETADAS:	08					
Praias de Filadélfia, Babaçulândia, Palmeirante e Barra do Ouro; Cachoeira do São Romão, Ilha dos Botes e Balneários Praiolândia e Rio das Pedras						
IMPACTOS NO SISTEMA VIÁRIO REGIONAL	EXTENSÃO:	2,6 km				
INUNDAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS		6 portos de balsa e 1 atracadouro de barcos				
OFERTA DE EMPREGOS TEMPORÁRIOS	DIRETOS:	5.204				
	INDIRETOS:	15.600				
18. IMPACTOS BIÓTICOS						
ESPÉCIES EM EXTINÇÃO AFETADAS: 07						
FAUNA: Macaco de ordem Primatis (Allouatta), cachorro-do-mato-vinagre, cachorro-do-mato-comum, guariba-preto (Alouatta caraya), saguis (Callithrix penicillata jordaní), veado-campeiro, arara-azul-grande (Anodorhynchus hyacinthinus)						
19. OBSERVAÇÕES						
Nº DE PROGRAMAS AMBIENTAIS: 31						

ANEXO B – MEMORANDO INCRA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS SR-26/TO

MEMO/INCRA/SR-26/T/Nº

Palmas - TO, 06 de setembro de 2010.

DA: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (T).

A: Procuradoria Federal Especializada – PFE – INCRA.

Senhor Procurador Chefe,

1. Considerando o despacho exarado nos autos do processo judicial 16838-05.2010.4.01.4300 referente à desapropriação da área na qual será formado o lago do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE de Estreito incidente sobre o PA – Formosa no município de Darcinópolis – TO, para informar de que forma está sendo feito o remanejamento dos expropriados, bem como se existe a possibilidade de acordo entre as partes envolvidas, fazem-se as considerações abaixo alinhadas.

2. Após sequenciadas reuniões e discussões entre representantes do INCRA, que contou com a participação das Regionais das circunscrições do Tocantins e do Maranhão, e do Consórcio Estreito Energia – CESTE com objetivo de formatar os procedimentos a serem adotados pelo CESTE no remanejamento das famílias assentadas pelo INCRA e que teriam suas parcelas economicamente inviabilizadas, nos 12 (doze) Projetos de Assentamentos a serem interferidos¹ com a formação do lago do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE de Estreito, chegou-se ao Termo de Compromisso, assinado pelas partes em 04 de setembro de 2009, cópia em anexo.

3. O INCRA encaminhou ao CESTE o **OFÍCIO/INCRA/SR-26/GAB/TONº 3381 de 09 de novembro de 2009**, recebido via “fax” em 11 de novembro de

¹ 9 (nove) projetos interferidos no Estado do Tocantins e 3 (três) no Estado do Maranhão.

² As obrigações suportadas pelo INCRA já se refletem, **primeiro, no compromisso em assentar as 06 (seis) famílias qualificadas como agregados, não reconhecidas pelo CESTE**, noutros Projetos de Assentamento em parcelas que normalmente seriam destinadas a outras famílias de

2009 e original recebido na data de 26 de novembro de 2009, conforme AR que acompanha, no qual notifica o CESTE pelo não cumprimento, até aquele momento, dos itens do referido Termo de Compromisso que relaciona, em anexo.

4. O Consorcio respondeu ao Ofício acima referido por meio da Carta DIR-PRES/JRRP-049/09 de 12 de novembro de 2009, na qual relaciona as medidas adotadas para atendimento aos itens alinhados pelo **OFÍCIO/INCRA/SR-26/GAB/TONº 3381 de 09 de novembro de 2009**, acima referido.

5. Desde então se seguiram seqüenciadas reuniões entre as Partes e os assentados com objetivo de equacionar as pendências que envolviam os procedimentos de remanejamento dos assentados do PA-Formosa, inclusive a manifestação favorável do INCRA em compensar parte da Reserva Legal da Faz. MAJU, adquirida pelo CESTE para reassentamento das famílias do PA – Formosa, na área remanescente do próprio PA – Formosa, desde que aprovado pelo órgão ambiental competente. Registre-se que a maioria destas reuniões contou com o acompanhamento do Ministério Público Federal – MPF.

6. Objetivamente, na última reunião ocorrida no dia 09 de agosto de 2010, na sede da Comissão Pastoral da Terra - CPT em Araguaína – TO, com a presença de representantes do CESTE, os assentados do PA – Formosa manifestaram concordância com a proposta de parcelamento na Faz. MAJU, na forma da declaração, em anexo, destacando-se os seguintes itens:

6.1. A utilização de 15% (quinze por cento) da área de reserva legal do Projeto de Reassentamento em outro local, preferencialmente no PA – Formosa em Darcinópolis – TO, permanecendo 20% (vinte por cento) da área de reserva legal no Projeto de Reassentamento.

6.2. Parcelas cujos tamanhos variam de 40 ha (quarenta hectares) a 50 ha (cinquenta hectares), para atendimento ao critério do INCRA que considera a capacidade de uso dos solos como fundamento para dimensionamento das parcelas.

6.3. Reassentamento de 32 (trinta e duas) famílias assentadas pelo INCRA e mais 07 (sete) famílias que se qualificam como agregados ocupantes, cabe ressaltar que mais 06 (seis) famílias ocupantes do PA – Formosa, também qualificadas como agregadas não foram reconhecidas pelo CESTE, então, o INCRA com objetivo de equacionar mais esta pendência cadastrou-as e após análise dos cadastros, se aprovados, poderão ser assentados noutros PA's, como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

6.4. Ainda, os assentados manifestaram a necessidade do pagamento pelo CESTE dos valores correspondentes as benfeitorias erigidas às suas expensas no PA-Formosa, reprodução das benfeitorias coletivas existentes no PA-Formosa, inclusive da indenização correspondente a quota parte do sistema de captação e distribuição de água que alegam pertencer-lhes.

7. O CESTE reconhece a necessidade de reassentar 30 (trinta) famílias, enquanto se faz necessário o Reassentamento de 32 (trinta e duas) famílias. Ocorre que com a transferência destas 30 (trinta) famílias para o Reassentamento na Faz. MAJU II, permaneceriam no PA-Formosa, em dois lotes, nas extremidades da área atualmente ocupada pelas 30 (trinta) famílias, **duas famílias, constituídas de pessoas idosas e, inclusive, convallescentes cuja sobrevivência depende dos demais assentados, vizinhos, que colaboram a todo o momento, seja no processo produtivo, seja na provisão de sustento alimentar, seja no auxílio necessário quando lhes falta a higidez.** Ainda, cabe destacar, que segundo afirmam os assentados, uma dessas famílias é composta por uma das irmãs de um dos assentados, cuja transferência é compulsória. Assim, ao se transferir 30 (trinta) famílias, além das dificuldades a serem criadas para as 2 (duas) famílias remanescentes, acima descritas, haverá quebra de vínculo social provocado pelo distanciamento físico de membros de família, acostumados à convivência fraternal durante toda as suas vidas.

8. A Empresa Barros Engenharia e Consultoria Ambiental, contratada pelo CESTE também para execução das atividades de remanejamento das famílias a serem transferidas, encaminhou a **Carta Nº 315/2010 de 24 de agosto de 2010, cópia em anexo**, na qual descreve as vezes em que a representação do INCRA opinou pelo parcelamento do solo considerando a capacidade de uso dos solos como critério para o dimensionamento, mesmo não contando com a aprovação dos assentados, o que corrobora a posição até aqui pugnada pelo Instituto, mas, **conclui que a proposta que encaminha deverá ser implantada pelo CESTE**, mesmo sem anuência do INCRA ou dos assentados.

9. Também no anexo da Carta supra, vê-se que a disposição topológica das casas a serem construídas nos lotes, **que não contou com a manifestação do INCRA ou dos assentados**, confirma o fato sobre o qual os assentados a serem transferidos já manifestaram discordância a esta Regional. Observe-se que algumas casas ficaram extremamente próximas uma das outras, o que além de prejudicar a privacidade das famílias, prejudica a criação de animais domésticos (caninos e felinos), prejudica também a exploração da pecuária de pequenos animais (aves, suínos, ovinos e caprinos), bem como proporciona a interferência social no âmbito da vida íntima da família, o que, certamente, será pauta para desentendimentos.

10. Diante da postura imediatamente acima descrita, não causa surpresa que o CESTE tenha buscado judicializar o processo, escudando-se na necessidade de celeridade no processo de desocupação da área a ser ocupada com o lago do AHE - Estreito e em Decreto do Poder Executivo, bem como em Resoluções Autorizativas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com escopo de impor suas medidas de cunho definitivo, sem anuência, e ainda fazendo surgir obrigações² para as Partes interessadas, quais sejam INCRA e os seus assentados.

² As obrigações suportadas pelo INCRA já se refletem, **primeiro, no compromisso em assentar as 06 (seis) famílias qualificadas como agregados, não reconhecidas pelo CESTE**, noutros Projetos de Assentamento em parcelas que normalmente seriam destinadas a outras famílias de trabalhadores sem terra. Entende-se que seria obrigação do CESTE atender a todos os atingidos

11. Finalmente, sugere-se acenar com a possibilidade de acordo, considerando a situação atual do processo de reassentamento das famílias do PA-Formosa, propondo-se para assinatura de acordo o que se segue:

11.1. Que sejam reassentadas 32 (trinta e duas) famílias. Já foi demonstrado à equipe da Empresa Barros Engenharia, que inclusive omite esta informação na Carta acima referida, que na área em que propõe lotes de 40 ha (quarenta hectares) – 2 parcelas, 42 ha (quarenta e dois hectares) – 14 parcelas e 50 ha (cinquenta hectares) – 14 parcelas, totalizando **30 (trinta) parcelas em 1.368 ha** (um mil trezentos e sessenta e oito hectares). Exemplifico, 24 parcelas de 40 ha (quarenta hectares), mais 8 parcelas de 50 ha (cinquenta hectares), totalizam **32 (trinta e duas) parcelas em 1.360 ha** (um mil trezentos e sessenta hectares).

11.2. Que seja revista a locação de algumas casas que estão sendo erigidas na Faz. MAJU II – área de reassentamento -, em respeito à dignidade das famílias a serem reassentadas.

11.3. Que seja providenciado imediato pagamento das indenizações das benfeitorias erigidas pelos assentados do PA-Formosa, aos beneficiários a serem transferidos.

11.4. Que os demais itens pendentes do Termo de Compromisso, sejam imediatamente cumpridos, como, por exemplo, o item 2.1.9 que trata da readequação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento do PA-Formosa, e construção de infra-estrutura que viabilize a exploração das parcelas remanescentes.

12. Em sintética exposição é o que se tem, neste momento, a apresentar com objetivo de corroborar a manifestação dessa PFE sobre o processo de reassentamento das famílias do PA-Formosa, bem como sobre a possibilidade de acordo.

Sem mais,

---

e impactados ou interferidos com a formação do lago do Aproveitamento Hidrelétrico – AHE de Estreito, o INCRA assume o compromisso com objetivo de equacionar mais uma das pendências existentes, e, pela ação judicial ora proposta, expressamente, ainda não se satisfaz. **Segundo, em permitir a compensação da área de reserva legal do Reassentamento no PA-Formosa**, área que poderia ser utilizada para compensação de outros Projetos que apresentam déficit de área de Reserva Legal. Fica evidente que a área adquirida para o Reassentamento é insuficiente, quantitativamente, para o objetivo proposto pelo CESTE.

A obrigação suportada pelos assentados pode ser expressa pelas perdas de seqüenciados anos agrícolas sem cultivo e produção, e, pela mora na indenização das suas benfeitorias, até o momento não efetivado, aliás, tenta a via judicial, com objetivo de impor suas avaliações, sem manifestação dos assentados.

ANEXO C – PLANO DE TRABALHO INCRA/CESTE

PLANO DE TRABALHO

Plano de trabalho para execução das atividades constantes do Termo de Compromisso entre o CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE e o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

1. Objetivo Principal.

- 1.1 Fixação de critérios gerais técnicos, operacionais e administrativos e de cronograma de execução que possibilitem mitigar as interferências diretas da implantação do AHE Estreito sobre Projetos de Assentamento implantados pelo INCRA nos Estados do Maranhão e do Tocantins;
- 1.2 Assegurar a livre e desembaraçada execução pelo CESTE de todas as atividades inerentes ao seu empreendimento hidrelétrico.

2. Objetivos Específicos.

Garantir, na forma da legislação vigente, os legítimos direitos aos Assentados Interferidos, seja em relação ao seu reassentamento para outras áreas rurais em iguais condições de uso, no mínimo, áreas estas aprovadas pela PARTES, conforme indicadas pelas mesmas e/ou pelas comunidades interferidas, seja em relação ao previsto na Cláusula Terceira deste Termo de Compromisso, visando principalmente à continuidade das atividades atualmente desenvolvidas nas áreas dos Projetos de Assentamentos Rurais (agricultura ou pecuária), por cada família de Assentados Interferidos

3. Dos Projetos de Assentamento Interferidos.

a. No Estado do Maranhão

- Projeto de Assentamento Braço Forte
- Projeto de Assentamento Brejo da Ilha
- Projeto de Assentamento Nova Vitória.

b. No Estado do Tocantins

- Projeto de Assentamento Barra do Rio Arraias
- Projeto de Assentamento Alegria
- Projeto de Assentamento Formosa
- Projeto de Assentamento Tabuleiro
- Projeto de Assentamento Turrão
- Projeto de Assentamento Paciência
- Projeto de Assentamento Duas Cabeceiras
- Projeto de Assentamento Remanso

4. Atividades que serão desenvolvidas.

4.1 Pelo CESTE:

- 4.1.1** Disponibilizar, em até 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste Termo, cadastro socioeconômico das famílias integrantes dos Projetos de Assentamentos Rurais, bem como avaliar as benfeitorias dessas famílias, e disponibilizar ao INCRA:
-

- (i) cópia deste cadastro e,
  - (ii) os dados referentes às avaliações das benfeitorias dessas famílias, nas parcelas que residem, de forma a que o INCRA possa verificar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de aceitação tácita, a correta aplicação da metodologia de avaliação já acordada entre as Partes.
- 4.1.2** Acordar, com o INCRA, por meio de instrumentos específicos que garantam a interveniência dos mesmos, de acordo com a Autorização de Supressão de Vegetação devidamente outorgada pelo órgão licenciador competente, as condições para a disponibilização e o transporte do produto florestal madeireiro que vier a ser suprimida dos Projetos de Assentamentos Rurais, para uso dos Assentados Interferidos, em até 60 (sessenta) dias da saída definitiva dos Assentados Interferidos, salvo atrasos não imputáveis ao CESTE;
- 4.1.3** Adotar, para os Projetos de Reassentamentos Rurais, e no que se refere às edificações, o mesmo padrão já adotado nos demais projetos de reassentamentos decorrentes do AHE Estreito, quais sejam casas com dimensões de 50m² (cinquenta metros quadrados) e 60m² (sessenta metros quadrados), respectivamente para famílias nucleares e extensas¹;
- 4.1.4** Construir, para os parcelamentos dos Projetos de Assentamentos Rurais que já continham originalmente paiol, 01 (um) galpão com dimensão de 10m² (dez metros quadrados), com área livre para uso múltiplo, em alvenaria/madeira, com cobertura em telha de fibrocimento e piso de cimento;
- 4.1.5** Possibilitar aos Assentados Interferidos o recebimento de indenização relativa à diferença entre o valor avaliado da casa original e o valor da casa a ser construída, bem como indenização relativa à diferença entre o valor avaliado do galpão original e o valor do galpão a ser construído, considerando-se, em todos os casos, os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE;
- 4.1.6** Possibilitar aos Assentados Interferidos que optarem pelos Projetos de Reassentamento Rurais o recebimento de indenização referente às demais benfeitorias, reprodutivas e não reprodutivas, existentes na parcela, não mencionadas na Cláusula 4.1.5 acima e que sejam de sua propriedade, conforme cadastradas nas vistorias das parcelas realizadas pelo CESTE, considerando-se, em todos os casos, os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE, nos termos do item 4.1.1 deste instrumento;
- 4.1.7** Elaborar os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos dos Projetos de Reassentamentos Rurais de acordo com a metodologia e procedimentos adotados pelo INCRA e avaliar a possibilidade de implantação de outras benfeitorias não previstas neste instrumento, de acordo com as diretrizes fixadas nos Planos acima referidos;
- 4.1.8** Readequar os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos dos Projetos de Assentamentos Rurais definidos em conjunto pelas PARTES, levando-se em consideração o grau de interferência do AHE Estreito, em especial no que se refere à eventual inxequibilidade dos referidos Planos atuais, e viabilizar a reconstrução da infraestrutura na exata medida da direta interferência do AHE Estreito;
- 4.1.9** Disponibilizar ticket alimentação mensal, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), equivalentes a famílias de, respectivamente, uma a três pessoas, quatro a seis pessoas e sete ou mais de sete pessoas, por um período de 12 (doze) meses, contado

---

¹ Família Nuclear: instituição social básica caracterizada pela residência em comum e convívio de pais e filhos, ou um destes e seus filhos, só os filhos ou ainda somente um indivíduo.

Família Extensa: família nuclear acrescida de outros, parentes ou não, desde que residam em uma mesma moradia.

---

da data do efetivo reassentamento, conforme previsto neste Termo, para cada família integrante dos Projetos de Reassentamentos Rurais ou da mudança para a nova moradia adquirida por meio da Carta de Crédito Rural. O CESTE deverá, em substituição a esta obrigação, viabilizar a assinatura de convênios ou outros instrumentos com estabelecimentos comerciais localizados na região dos Projetos de Reassentamentos Rurais, ou, no caso da opção pela Carta de Crédito Rural em municípios não interferidos diretamente pelo AHE Estreito, com estabelecimentos localizados nesses municípios, desde que a uma distância máxima de 200 km do reservatório do AHE Estreito, caso não seja possível o uso dos tickets na região;

- 4.1.10** Adequar os solos das áreas integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais de forma a possibilitar o plantio em áreas de 2 (dois) ha, suportando o custo para a correção do solo no primeiro plantio, em conformidade com a análise química dos solos a ser realizada para cada parcela às suas expensas;
- 4.1.11** Suportar as despesas relativas à mudança dos Assentados Interferidos para a sua nova moradia, nas formas previstas no Termo de Compromisso acordado entre as partes, incluindo móveis, utensílios, benfeitorias removíveis, estas desde que disponíveis para o transporte no ato da mudança, animais e produto florestal madeireiro para melhoria da respectiva moradia. Para casos de portadores de necessidades especiais, o CESTE prestará assistência adequada ao transporte destes para o novo local de residência. No caso do produto florestal madeireiro, o transporte deverá ser efetuado na forma da Cláusula 4.1.2 deste instrumento, observando-se as condições pactuadas entre as PARTES e o disposto na legislação aplicável e nas licenças ambientais referentes ao AHE Estreito;
- 4.1.12** Garantir, por si ou via convênios com instituições públicas especializadas, assistência técnica agropecuária e assistência social aos Assentados Interferidos, que deverá ser executada de acordo com os parâmetros técnicos já adotados pelo INCRA, pelo período de 03 (três) anos após a mudança para o novo local de residência;
- 4.1.12.1** No caso da opção pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.3 do Termo de Compromisso acordado entre as PARTES, essa assistência técnica será garantida exclusivamente para os imóveis localizados a uma distância máxima de 200 km do reservatório do AHE Estreito;
- 4.1.13** Disponibilizar para as parcelas integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais pontos de acesso ao sistema de abastecimento de água e de distribuição de energia elétrica;
- 4.1.14** Garantir acessos encascalhados aos Projetos de Reassentamentos Rurais e às suas parcelas;
- 4.1.15** Construir, caso não haja edificação comunitária no entorno dos Projetos de Reassentamentos Rurais, entendendo-se por entorno a distância máxima de 2 km (dois quilômetros) de qualquer ponto dos projetos de Reassentamento Rurais, benfeitoria com 100 m² (cem metros quadrados) de dimensão, destinada à comunidade para uso múltiplo;
- 4.1.16** Reproduzir as edificações comunitárias existentes nos Projetos de Assentamentos Rurais, no mesmo padrão atual, conforme vistoria a ser realizada pelo CESTE, na hipótese de inexistir edificações equivalentes próximas aos Projetos de Reassentamentos Rurais. Isto quer dizer, para se evitar dúvidas, que caso o Projeto de Reassentamento Rural seja implantado em local que tenha uma escola e/ou Posto de Saúde vizinhos (entendendo-se por vizinhos os localizados a uma distância máxima de 2 km (dois quilômetros) de qualquer ponto do Projeto), equivalente à atual, não haverá a necessidade de construção de nova escola e/ou Posto de Saúde. Caso não exista, o CESTE construirá nova escola e/ou novo Posto de Saúde, equivalente aos atuais, salvo se a escola e/ou o Posto de Saúde vizinhos não tiverem a comprovada capacidade de atender às necessidades dos Projetos de Reassentamentos Rurais. Neste caso, não subsistirá a obrigação do CESTE prevista na Cláusula 4.1.15 acima;
-

- 4.1.17** Suportar as despesas necessárias aos custos de medição e demarcação das parcelas rurais integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais construindo, ademais, cercas divisórias em cada parcela, de acordo com o Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos;
- 4.1.18** Assegurar, no caso dos Assentados Interferidos cadastrados como de atividade pecuária no cadastro socioeconômico realizado pelo CESTE, a doação de 8 (oito) cabeças de gado (novilhos nelores mestiços até a idade de dois anos e meio, fêmeas);
- 4.1.19** Garantir ao INCRA o domínio pleno das áreas integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais, na forma como vier a ser acordada entre as Partes;
- 4.1.20** Realizar ou contratar empresa para fazer o georreferenciamento dos Projetos de Reassentamentos Rurais;
- 4.1.21** Possibilitar aos Assentados dos Projetos de Assentamentos Rurais cujas parcelas sejam interferidas pelo AHE Estreito de forma reduzida, conforme indicados pelo CESTE, o recebimento de indenização referente ao valor avaliado da benfeitoria eventualmente interferida, considerando-se, em ambos os casos, os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE, de forma a que o referido assentado permaneça na parcela em que reside, sem necessidade de ser remanejado. Neste caso, o valor da terra nua e da infraestrutura implantada pelo Incra diretamente interferida, conforme os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE, será indenizado diretamente ao INCRA;
- 4.1.22** Elaborar ou contratar empresa para a realização de anteprojeto de reassentamento dos beneficiários dos Projetos de Reassentamentos Rurais, conforme cadastro socioeconômico realizado pelo CESTE. Para tanto, o CESTE, deverá considerar os módulos fixados segundo os critérios técnicos objetivos acordados com o INCRA;
- 4.1.22.1** Caberá às Partes, em conjunto, definir quaisquer diretrizes adicionais.
- 4.1.23** Para cumprir as obrigações contidas nos itens 4.1.19 e 4.2.9 deste instrumento, realizar ou contratar empresa para avaliar previamente as áreas dos Projetos de Assentamentos Rurais e as áreas dos Projetos de Reassentamentos Rurais, disponibilizando ao INCRA os laudos de avaliação elaborados;
- 4.1.24** As obrigações do CESTE e as disposições deste instrumento relativas aos Projetos de Reassentamentos Rurais serão aplicáveis apenas e tão somente na exata extensão em que os Assentados Interferidos optem pelos Projetos de Reassentamentos Rurais, na forma deste instrumento. Para evitar dúvidas, caso a totalidade dos Assentados Interferidos optem pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, e previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme Cláusula 3.1 do Termo de Compromisso acordado entre as PARTES, as disposições relativas aos Projetos de Reassentamentos Rurais não serão aplicáveis;
- 4.1.25** Aos ocupantes de parcelas dos Projetos de Assentamentos Rurais que não sejam assentados pelo INCRA, conforme cadastro no SIPRA, e que eventualmente constem no Cadastro Socioeconômico realizado pelo CESTE, será dado o tratamento já dispensado aos demais não proprietários não vinculados ao INCRA, não subsistindo, assim, as responsabilidades do CESTE previstas neste Termo de Compromisso;
- 4.1.25.1** Aos Assentados diretamente interferidos do PA Matões, localizado no Estado do Tocantins, será dado o mesmo tratamento dispensado aos ocupantes mencionados na Cláusula 4.1.25 acima, considerando que a criação do referido PA se deu após 01 (um) ano após a emissão da Licença de Instalação do AHE Estreito pelo IBAMA

4.2 Pelo INCRA:

- 4.2.1 Acompanhar o CESTE, ou empresa por este contratada, na elaboração do anteprojeto de reassentamento dos Assentados Interferidos, conforme cadastro socioeconômico realizado pelo CESTE;
- 4.2.2 Manter atualizado o cadastro dos Assentados Interferidos que vierem a ser reassentadas, observados os critérios normativos de eleição de beneficiários de projetos de reforma agrária e o cadastro socioeconômico realizado pelo CESTE;
- 4.2.3 Disponibilizar ao CESTE, sempre que solicitado, dados e informações pertinentes aos Projetos de Assentamentos Rurais;
- 4.2.4 Manter diálogo permanente com o CESTE e com os Assentados Interferidos visando à convivência harmônica no interesse da execução do AHE Estreito e das famílias de trabalhadores rurais a serem remanejadas;
- 4.2.5 Acompanhar todo o processo de implantação dos Projetos de Reassentamentos Rurais;
- 4.2.6 Fiscalizar a utilização, pelos Assentados Interferidos, do produto florestal madeireiro suprimido e disponibilizado pelo CESTE, conforme item 4.1.2 deste Termo;
- 4.2.7 Apresentar ao CESTE a metodologia e os procedimentos adotados pelo INCRA para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos;
- 4.2.8 Receber os Projetos de Reassentamentos Rurais, nas condições de implantação acordadas com o CESTE, isentando o CESTE de qualquer responsabilidade pela gestão e manutenção dos mesmos, salvo aquelas obrigações que sejam expressamente pactuadas entre as Partes;
- 4.2.9 Garantir ao CESTE, nos termos da lei, a partir da transferência dos Assentados Interferidos, o domínio e uso pleno da totalidade das parcelas que, atualmente, compõem os Projetos de Assentamentos Rurais, que serão desocupadas por serem total ou parcialmente interferidas pela implantação do AHE Estreito;
- 4.2.10 Atuar de forma a facilitar a implantação dos Projetos de Reassentamentos Rurais, observados os direitos dos Assentados Interferidos, tendo sempre em consideração o interesse público que norteia o AHE Estreito e o cumprimento do cronograma de implantação de referido empreendimento;
- 4.2.11 Certificar o georeferenciamento dos Projetos de Reassentamentos Rurais elaborado pelo CESTE ou por empresa por este contratada;

5. Do Plano de Remanejamento da População Interferida Pelo AHE Estreito.

- 5.1 Em função do disposto na Cláusula Terceira do Termo de Compromisso acordado entre as PARTES, as PARTES reconhecem que a opção pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.1 do já citado instrumento, afasta a incidência, para os Assentados Interferidos optantes, das disposições deste Plano referentes aos Projetos de Reassentamentos Rurais, em especial o disposto nas cláusulas 4.1.3, 4.1.4, 4.1.5, 4.1.6, 4.1.10 e os itens 4.1.13 à 4.1.18 deste instrumento;
- 5.2 Caso todos os Assentados Interferidos optem pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, conforme prevista acima, as cláusulas referentes aos Projetos de Reassentamentos Rurais perderão seu objeto e não serão aplicadas.

6. Vigência:

O Plano de Trabalho ora apresentado tem vigência de 03 anos, a partir de sua assinatura, podendo ser aditado entre as PARTES.

---

7. Cronograma:

O cronograma apresentado a seguir tem seu início a partir da assinatura do Termo de Compromisso a ser firmado entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e sua plena execução é dependente da observação e cumprimento do disposto no Termo de Compromisso celebrado entre as Partes.

As etapas identificadas com (*) são etapas de responsabilidade exclusiva do Incra e as identificadas com (**) representam atividades compartilhadas entre o Incra e o CESTE.

ANEXO D - TERMO DE COMPROMISSO INCRA/CESTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Termo de Compromisso que entre si celebram o **CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE** e o **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, objetivando o remanejamento das famílias diretamente impactadas com o Aproveitamento Hidrelétrico Estreito, localizadas nos Estados de Tocantins e Maranhão, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, com sede na Rua Lauro Muller, 116/2906, Bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.387.829/0003-74, doravante denominado CESTE, neste ato representado na forma de seu Contrato de Constituição e o **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**, autarquia federal, vinculada ao **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, criada pelo Decreto - lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterada pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, mantida pelo Decreto Legislativo nº 2, de 29 de março de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 31 de março de 1989, doravante denominado INCRA, com sede no SBN - Edifício Palácio do Desenvolvimento, 16º andar, Brasília, Distrito Federal, neste ato representado pelo seu Presidente Rolf Hackbart, na forma regimental, CESTE e INCRA conjuntamente denominadas como "PARTES" e individualmente como "PARTE", resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, subordinado às cláusulas e condições seguintes:

Serão atribuídos os seguintes significados às palavras e expressões iniciadas em letras maiúsculas constantes do presente Termo:

"AHE Estreito" significa o Aproveitamento Hidrelétrico Estreito.

"Autoridades Públicas" significa, em conjunto e/ou separadamente, (a) os Governos Federal, Estaduais e Municipais, e qualquer outro órgão governamental ou qualquer divisão do governo nacional, seja federal, estadual ou municipal, ou qualquer tribunal que tenha jurisdição sobre as Partes e sobre o objeto deste Termo, bem como qualquer órgão governamental, autoridade ou comissão governamental, ou ainda (b) qualquer outro governo, ministério, inspetoria, departamento, agência, autoridade, comissão, órgãos representantes do poder judiciário,

órgãos ambientais, fiscais, previdenciários e/ou trabalhistas que tenham jurisdição sobre qualquer aspecto deste Termo.

“Assentados interferidos” significa as unidades familiares cujas parcelas integrantes dos Projetos de Assentamentos Rurais serão interferidas diretamente pela implantação do AHE Estreito, conforme indicadas pelo CESTE.

“Benfeitorias” significa obras ou serviços que se realizem num bem com o intuito de aproveitá-lo, conservá-lo, melhorá-lo ou embelezá-lo, nele incorporados permanentemente pelo homem, que não podem ser retirados, sem destruição, fratura ou dano. São citados, às vezes, como construção e podem ser classificadas em três tipos: a) necessárias: são as indispensáveis para conservar o bem ou evitar a sua deterioração; b) úteis: são as que aumentam o valor do bem ou facilitam o seu uso, embora dispensáveis; c) voluptuárias: são as que têm exclusiva utilidade para quem as faz com finalidade de mero recreio ou deleite, sem aumentar o uso normal do bem. Quanto à sua reprodução em imóveis rurais, as benfeitorias podem ser classificadas em: a) não reprodutivas: são as que por se acharem aderidas ao chão, não são negociáveis e nem rentáveis separadamente do solo; b) reprodutivas: são as culturas comerciais ou domésticas, implantadas no terreno, cuja remoção implica em perda total ou parcial, compreendendo culturas permanentes, florestas e pastagens cultivadas, e que, embora não-negociáveis separadamente do solo, poderão ter cotação em separado, para base de negócios de propriedades rurais.

“Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos” significa um estudo, na forma de um livro, que mostra a realidade do Assentamento a partir das suas condições de solo, clima, vegetação, água, levando em consideração as pessoas do assentamento, suas histórias de vida, seus sonhos, suas vontades, de forma a definir as ações que devem ser tomadas pelos assentados, pelo INCRA, pelas Prefeituras e outras Instituições, para o desenvolvimento das famílias assentadas.

“Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito” significa o documento que estabelece procedimentos gerais e específicos para o remanejamento da população vinculada à área diretamente necessária à implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito, quais sejam, para os fins deste Termo de Compromisso, carta de crédito rural de não proprietário e reassentamento rural coletivo, do CESTE, conforme previsto neste Plano ora definido. Esse documento complementa e detalha as ações das alternativas propostas no Programa de Ações para recomposição de perdas e relocação da população rural e urbana do Projeto Básico Ambiental do AHE Estreito, aprovado pelo IBAMA.

“Projetos de Assentamentos Rurais” significa as parcelas que serão interferidas diretamente pela implantação do AHE Estreito nos projetos de assentamentos rurais integrantes do Programa de Reforma Agrária, cadastrados pelo INCRA no SIPRA, conforme indicadas pelo CESTE, nos Projetos de Assentamento Braço Forte, Brejo da Ilha e Nova Vitória, no Estado do Maranhão, e Barra do Arraia, Turrão, Tabuleiro, Duas Cabeceiras, Remanso, Paciência, Alegria, Formosa e Matões, no Estado do Tocantins, todos criados em data anterior a 29 de abril de 2005, data de emissão da Licença Prévia do AHE Estreito.

“Projetos de Reassentamentos Rurais” significa os projetos patrocinados pelo CESTE em áreas a serem adquiridas para o exclusivo fim de promover o reassentamento das famílias

diretamente interferidas pelo AHE Estreito cadastradas nos Projetos de Assentamentos Rurais.

Considerando que:

(i) Em 12 de julho de 2002 foi realizado o leilão do AHE Estreito, no qual as empresas que compõem o CESTE sagraram-se vencedoras, tendo-lhes sido, pois, outorgada a concessão para exploração do potencial hidrelétrico de Estreito (Contrato de Concessão n.º 094/2002 – ANEEL);

(ii) A implantação do AHE Estreito interferirá em parte de 12 (doze) assentamentos rurais integrantes do Programa de Reforma Agrária, cadastrados pelo INCRA no SIPRA, localizados nos Estados do Tocantins e Maranhão;

(iii) o CESTE e o INCRA entabularam, em reunião realizada em 28 de maio de 2008, na sede do INCRA, contato inicial visando ao equacionamento do remanejamento dos Projetos de Assentamentos Rurais a que se refere o item (ii) destes Considerandos;

(iv) em reuniões realizadas em 10 e 18 de junho de 2008, nas Superintendências Regionais do INCRA em Palmas/TO e em São Luiz/MA, respectivamente, o INCRA apresentou suas propostas para o remanejamento dos Projetos de Assentamentos Rurais nos Estados do Tocantins e do Maranhão;

(v) em reunião realizada em 16 de julho de 2008, na sede do INCRA, este ratificou ao CESTE a informação de que nenhum assentado possui a titularidade plena dos lotes que compõem os Projetos de Assentamentos Rurais e que, ademais, a implantação do AHE Estreito não inviabilizará nenhum dos assentamentos rurais integrantes do Programa de Reforma Agrária;

(vi) as Partes acordaram na reunião mencionada no item (v) acima que o INCRA promoveria reunião regional com representantes dos Assentados Interferidos em Araguaína no dia 31 de julho de 2008, de forma a negociar a pauta final para cada um dos Projetos de Assentamentos Rurais, considerando, para tanto, as reivindicações dos assentados, os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos e os documentos prévios elaborados pelo INCRA;

(vii) em reunião realizada em 31 de julho de 2008, conforme item (vi) acima, o INCRA discutiu, para sua apreciação e posterior apresentação ao CESTE, pauta preliminar de negociação com as lideranças dos Projetos de Assentamentos Rurais, o INCRA, tornou claro aos Assentados Interferidos que os imóveis integrantes dos projetos de Reassentamentos Rurais que porventura venham a ser adquiridos pelo CESTE deverão ser vistoriados pelo INCRA, por meio de Parecer Agrônomo, sendo que, em um prazo não superior a 10 (dez) dias da apresentação do referido laudo pelo INCRA ao CESTE, as Partes definirão em conjunto o tamanho de cada parcela dos módulos rurais por família;

(viii) em reunião realizada em 06 de agosto de 2008, na sede do INCRA, o CESTE prontificou-se a encaminhar ao INCRA a metodologia utilizada para a avaliação dos

Projetos de Assentamentos Rurais e a identificar imóveis limítrofes aos assentamentos, visando ao remanejamento das famílias cadastradas;

(ix) em reunião realizada em 12 de agosto de 2008, no Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão, o CESTE apresentou ao INCRA a metodologia utilizada para avaliar os Projetos de Assentamentos Rurais, conforme item (viii) acima, ocasião em que o INCRA, por meio do corpo técnico ali presente, aprovou a metodologia apresentada, em decisão posteriormente ratificada por sua Diretoria;

(x) em 22 de agosto de 2008, por meio da Carta PRES/JR-046/08, o CESTE encaminhou formalmente ao INCRA a metodologia CESTE para avaliação de propriedades rurais e laudos de avaliação de propriedades inseridas nas sete zonas similares do reservatório do AHE Estreito;

(xi) em reunião realizada em 16 de setembro de 2008, na sede do INCRA, o CESTE indicou imóveis limítrofes aos Projetos de Assentamentos Rurais, visando ao remanejamento dos Assentados Interferidos, a partir de estudos realizados pela Empresa TOPOCART TOPOGRAFIA ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S/S LTDA ("TOPOCART");

(xii) o INCRA encaminhou ao CESTE, em 24 de setembro de 2008, por meio de Empresa por este contratada, as Pautas de reivindicações do INCRA e dos Assentados, com objetivo de mitigar as interferências diretas da implantação do AHE – Estreito sobre os Projetos de Assentamento do INCRA nos Estados do Maranhão e do Tocantins;

(xiii) em 13 de outubro de 2008, o CESTE, por meio da Carta DIR-SOCIOECO/NV-152/08, apresentou ao INCRA sua posição frente às "Pautas de Reivindicações do INCRA e dos Assentados para mitigar as Interferências Diretas da Implantação do AHE Estreito sobre Projetos de Assentamento do INCRA no Maranhão e Tocantins", recebidas por intermédio da Empresa ESTRUTURAL ESTUDOS E PROJETOS LTDA ("ESTRUTURAL"), em 24/09/2008;

(xiv) em reunião realizada em 21 de outubro de 2008, na sede do INCRA, as Partes discutiram as referidas "Pautas de Reivindicações", sendo que, a partir dessas discussões, as Partes acordaram a celebração deste Termo de Compromisso;

(xv) em 14 de novembro de 2008, o CESTE encaminhou ao INCRA a Carta DIR-SOCIOECO/NV-159/08, por meio da qual solicitou a manifestação do INCRA quanto ao tamanho dos módulos rurais estabelecidos pelo CESTE no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, para aplicação nos Projetos de Reassentamentos Rurais;

(xvi) o CESTE executou o piqueteamento do limite do reservatório do AHE Estreito em 11 (onze) Projetos de Assentamentos Rurais, não tendo sido possível executar o piqueteamento no PA Formosa;

(xvii) o CESTE executou a pré-análise técnica de todas as áreas identificadas pela TOPOCART como passíveis de implantação dos Projetos de Reassentamentos Rurais,

bem como de áreas indicadas pelos beneficiários dos Projetos de Assentamentos Rurais;

(xviii) em reunião realizada em 07 de janeiro de 2009, o INCRA e o CESTE definiram que o tamanho dos módulos rurais no Plano de Remanejamento da População do AHE – Estreito será definido de acordo com o Laudo Técnico Agrônomo dos Projetos de Assentamentos Rurais.

Resolvem as PARTES, de comum acordo, firmar o presente Termo de Compromisso (“Termo”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, nos termos do Plano de Trabalho anexo, parte integrante deste Termo de Compromisso: (i) a fixação de critérios gerais técnicos, econômicos e administrativos e de cronograma de execução que possibilitem mitigar as interferências diretas da implantação do AHE Estreito sobre Projetos de Assentamento implantados pelo INCRA nos Estados do Maranhão e do Tocantins e (ii) assegurar a livre e desembaraçada execução pelo CESTE de todas as atividades inerentes ao seu empreendimento hidrelétrico.

CLÁUSULA SEGUNDA – SÃO OBRIGAÇÕES DA PARTES:

2.1. DO CESTE:

2.1.1. Garantir, na forma da legislação vigente, os legítimos direitos aos Assentados Interferidos, seja em relação ao seu reassentamento para outras áreas rurais em iguais condições de uso, no mínimo, áreas estas aprovadas pela PARTES, conforme indicadas pelas mesmas e/ou pelas comunidades interferidas, seja em relação ao previsto na Cláusula Terceira deste Termo de Compromisso, visando principalmente à continuidade das atividades atualmente desenvolvidas nas áreas dos Projetos de Assentamentos Rurais (agricultura ou pecuária), por cada família de Assentados Interferidos.

2.1.2. Disponibilizar, em até 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste Termo, cadastro socioeconômico das famílias integrantes dos Projetos de Assentamentos Rurais, bem como avaliar as benfeitorias dessas famílias, e disponibilizar ao INCRA (i) cópia deste cadastro e (ii) os dados referentes às avaliações das benfeitorias dessas famílias, nas parcelas que residem de forma a que o INCRA possa verificar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de aceitação tácita, a correta aplicação da metodologia de avaliação já acordada entre as Partes.

2.1.3. As PARTES deverão acordar, por meio de instrumentos específicos que garantam a sua interveniência, de acordo com a Autorização de Supressão de Vegetação devidamente outorgada pelo órgão licenciador competente, as condições para a disponibilização e o transporte do produto florestal madeireiro que vier a ser suprimida dos Projetos de Assentamentos Rurais, para uso dos Assentados Interferidos, em até 60 (sessenta) dias da saída definitiva dos Assentados Interferidos, salvo atrasos não imputáveis ao CESTE;

2.1.4. Adotar, para os Projetos de Reassentamentos Rurais, e no que se refere às edificações, o mesmo padrão já adotado nos demais projetos de reassentamentos decorrentes do AHE Estreito, quais sejam casas com dimensões de 50m² (cinquenta metros quadrados) e 60m² (sessenta metros quadrados), respectivamente para famílias nucleares e extensas¹.

2.1.5. Construir, nas parcelas dos Projetos de Reassentamentos Rurais, que já continham originalmente paiol, 01 (um) galpão, com dimensão de 10m² (dez metros quadrados), com área livre para uso múltiplo, em alvenaria/madeira, com cobertura em telha de fibrocimento e piso de cimento.

2.1.6. Possibilitar aos Assentados Interferidos o recebimento de indenização relativa à diferença entre o valor avaliado da casa original e o valor da casa a ser construída, bem como indenização relativa à diferença entre o valor avaliado do galpão original e o valor do galpão a ser construído, considerando-se, em todos os casos, os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE.

2.1.7. Possibilitar aos Assentados Interferidos que optarem pelos Projetos de Reassentamentos Rurais o recebimento de indenização referente às demais benfeitorias, reprodutivas e não reprodutivas, existentes na Parcela, não mencionadas na Cláusula 2.1.6 acima e que sejam de sua propriedade, conforme cadastradas nas vistorias das parcelas realizadas pelo CESTE, considerando-se, em todos os casos, os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE, conforme Cláusula 2.1.2.

2.1.8. Elaborar os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos dos Projetos de Reassentamentos Rurais de acordo com a metodologia e procedimentos adotados pelo INCRA e avaliar a possibilidade de implantação de outras benfeitorias não previstas neste instrumento, de acordo com as diretrizes fixadas nos Planos acima referidos.

2.1.9. Readequar os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos dos Projetos de Assentamentos Rurais definidos em conjunto pelas PARTES, levando-se em consideração o grau de interferência do AHE Estreito, em especial no que se refere à eventual inxequibilidade dos referidos Planos atuais, e viabilizar a reconstrução da infra-estrutura na exata medida da direta interferência do AHE Estreito.

2.1.10. Disponibilizar ticket alimentação mensal, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), equivalentes a famílias de, respectivamente, uma a três pessoas, quatro a seis pessoas e sete ou mais de sete pessoas, por um período de 12 (doze) meses, contado da data da efetiva mudança, conforme previsto neste Termo, para cada família de Assentados Interferidos. O CESTE deverá, em substituição a esta obrigação, viabilizar a assinatura de convênios ou outros instrumentos com estabelecimentos comerciais localizados na região dos Projetos de Reassentamentos

¹ Família Nuclear: instituição social básica caracterizada pela residência em comum e convívio de pais e filhos, ou um destes e seus filhos, só os filhos ou ainda somente um indivíduo.

Família Extensa: família nuclear acrescida de outros, parentes ou não, desde que residam em uma mesma moradia.

Rurais, ou, no caso da opção pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.1, em municípios não interferidos diretamente pelo AHE Estreito, com estabelecimentos localizados nesses municípios, desde que a uma distância máxima de 200 km do reservatório do AHE Estreito, caso não seja possível o uso dos tickets na região.

2.1.11. Adequar os solos das áreas integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais de forma a possibilitar o plantio em áreas de 2 (dois) ha, suportando o custo para a correção do solo no primeiro plantio, em conformidade com a análise química dos solos a ser realizada para cada parcela, às suas expensas.

2.1.12. Suportar as despesas relativas à mudança dos Assentados Interferidos para sua nova moradia, conforme as opções deste Termo, incluindo, móveis, utensílios, benfeitorias removíveis, estas desde que disponíveis para transporte no ato da mudança, animais, e produto florestal madeireiro para melhoria da respectiva moradia. Para casos de portadores de necessidades especiais, o CESTE prestará assistência adequada ao transporte destes para o novo local de residência. No caso do produto florestal madeireiro, o transporte deverá ser efetuado na forma da Cláusula 2.1.3 deste Termo, observando-se as condições pactuadas entre as PARTES e o disposto na legislação aplicável e nas licenças ambientais referentes ao AHE Estreito.

2.1.13. Garantir, por si ou via convênios com instituições públicas especializadas, assistência técnica agropecuária e assistência social aos Assentados Interferidos, que deverá ser executada de acordo com os parâmetros técnicos já adotados pelo INCRA, pelo período de 03 (três) anos após a mudança para o novo local de residência. No caso de opção pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.1, essa assistência técnica será garantida exclusivamente para os imóveis localizados a uma distância máxima de 200 km do reservatório do AHE Estreito.

2.1.14. Disponibilizar para as parcelas integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais pontos de acesso ao sistema de abastecimento de água e de distribuição de energia elétrica.

2.1.15. Garantir acessos encascalhados aos Projetos de Reassentamentos Rurais e às suas parcelas.

2.1.16. Construir, caso não haja edificação comunitária no entorno dos Projetos de Reassentamentos Rurais, entendendo-se por entorno a distância máxima de 2 km (dois quilômetros) de qualquer ponto dos Projetos de Reassentamentos Rurais, benfeitoria com 100 m² (cem metros quadrados) de dimensão, destinada à comunidade para uso múltiplo.

2.1.17. Reproduzir as edificações comunitárias existentes nos Projetos de Assentamentos Rurais, no mesmo padrão atual, conforme vistoria a ser realizada pelo CESTE, na hipótese de inexistir edificações equivalentes próximas aos Projetos de Reassentamentos Rurais. Isto quer dizer, para se evitar dúvidas, que caso o Projeto de Reassentamento Rural seja implantado em local que tenha uma escola e/ou Posto de Saúde vizinhos (entendendo-se por vizinhos os localizados a uma distância máxima de 2 km (dois quilômetros) de qualquer ponto do Projeto), equivalente à atual, não haverá a necessidade de construção de nova

escola e/ou Posto de Saúde. Caso não exista, o CESTE construirá nova escola e/ou novo Posto de Saúde, equivalente aos atuais, salvo se a escola e/ou o Posto de Saúde vizinhos não tiverem a comprovada capacidade de atender às necessidades dos Projetos de Reassentamentos Rurais. Neste caso, não subsistirá a obrigação do CESTE prevista na Cláusula 2.1.16 acima.

2.1.18. Suportar as despesas necessárias aos custos de medição e demarcação das parcelas rurais integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais, construindo, ademais, cercas divisórias em cada parcela, de acordo com o Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos.

2.1.19. Assegurar, no caso dos Assentados Interferidos cadastrados como de atividade pecuária no cadastro socioeconômico realizado pelo CESTE, a doação de 8 (oito) cabeças de gado (novilhos nelores mestiços até a idade de dois anos e meio, fêmeas).

2.1.20. Garantir ao INCRA o domínio pleno das áreas integrantes dos Projetos de Reassentamentos Rurais, na forma como vier a ser acordada entre as Partes, sem custos de transferência de domínio para a Autarquia.

2.1.21. Realizar ou contratar empresa para fazer o georreferenciamento dos Projetos de Reassentamentos Rurais.

2.1.22. Possibilitar aos Assentados dos Projetos de Assentamentos Rurais cujas parcelas sejam interferidas pelo AHE Estreito de forma reduzida, conforme indicados pelo CESTE, o recebimento de indenização referente ao valor avaliado da benfeitoria eventualmente interferida, considerando-se, em ambos os casos, os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE, de forma a que o referido assentado permaneça na parcela em que reside, sem necessidade de ser remanejado. Neste caso, o valor da terra nua e da infraestrutura implantada pelo INCRA diretamente interferida, conforme os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE, será indenizado ao INCRA.

2.1.23. Elaborar ou contratar empresa para a realização de anteprojeto de reassentamento dos beneficiários dos Projetos de Assentamentos Rurais, conforme cadastro socioeconômico realizado pelo CESTE. Para tanto, o CESTE, deverá considerar os módulos fixados segundo os critérios técnicos objetivos acordados com o INCRA. Caberá às Partes, em conjunto, definir quaisquer diretrizes adicionais.

2.1.24. Para cumprir as obrigações contidas nos itens 2.1.20 e 2.2.9 deste Termo de Compromisso, realizar, ou contratar empresa para avaliar previamente as áreas dos Projetos de Assentamentos Rurais e as áreas dos Projetos de Reassentamentos Rurais, disponibilizando ao INCRA os laudos de avaliação elaborados.

2.1.25. As obrigações do CESTE e as disposições deste Termo relativas aos Projetos de Reassentamentos Rurais serão aplicáveis apenas e tão somente na exata extensão em que os Assentados Interferidos optem pelos Projetos de Reassentamentos Rurais, na forma deste Termo. Para evitar dúvidas, caso a totalidade dos Assentados Interferidos opte pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, e previstas no Plano de Remanejamento da

População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.1 deste Termo, as disposições relativas aos Projetos de Reassentamentos Rurais não serão aplicáveis.

2.1.26. Aos ocupantes de parcelas dos Projetos de Assentamentos Rurais que não sejam assentados pelo INCRA, conforme cadastro no SIPRA, e que eventualmente constem no Cadastro Socioeconômico realizado pelo CESTE, será dado o tratamento já dispensado aos demais não proprietários não vinculados ao INCRA, não subsistindo, assim, as responsabilidades do CESTE previstas neste Termo de Compromisso.

2.1.27 Suportar todas as despesas relativas ao processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Reassentamentos Rurais, mediante submissão e aprovação prévia do CESTE dos custos correspondentes.

2. DO INCRA:

2.2.1. Acompanhar o CESTE, ou empresa por este contratada, na elaboração do anteprojeto de reassentamento dos Assentados Interferidos, conforme cadastro socioeconômico realizado pelo CESTE.

2.2.2. Manter atualizado o cadastro dos Assentados Interferidos que vierem a ser reassentados, observados os critérios normativos de eleição de beneficiários de projetos de reforma agrária e o cadastro socioeconômico realizado pelo CESTE.

2.2.3. Disponibilizar ao CESTE, sempre que solicitado, dados e informações pertinentes aos Projetos de Assentamentos Rurais interferidos pela implantação do AHE Estreito.

2.2.4. Manter diálogo permanente com o CESTE e com os Assentados Interferidos visando à convivência harmônica no interesse da execução do AHE Estreito e das famílias de trabalhadores rurais a serem remanejadas.

2.2.5. Acompanhar todo o processo de implantação dos Projetos de Reassentamentos Rurais.

2.2.6. Fiscalizar a utilização, pelos Assentados Interferidos, do produto florestal madeireiro suprimido e disponibilizado pelo CESTE, conforme item 2.1.4 deste Termo.

2.2.7. Apresentar ao CESTE a metodologia e os procedimentos adotados pelo INCRA para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos.

2.2.8. Receber os Projetos de Reassentamentos Rurais, nas condições de implantação acordadas com o CESTE, isentando o CESTE de qualquer responsabilidade pela gestão e manutenção dos mesmos, salvo aquelas obrigações que sejam expressamente pactuadas entre as Partes.

2.2.9. Garantir ao CESTE, nos termos da Lei, a partir da transferência dos assentados interferidos, o domínio e uso pleno da totalidade das parcelas que serão desocupadas, por serem total ou parcialmente interferidos pela implantação da AHE Estreito, e que compõem os Projetos de Assentamentos Rurais.

2.2.10. Atuar de forma a facilitar a implantação dos Projetos de Reassentamentos Rurais, observados os direitos dos Assentados Interferidos, tendo sempre em consideração o interesse público que norteia o AHE Estreito e o cumprimento do cronograma de implantação de referido empreendimento.

2.2.11. Certificar o georreferenciamento dos Projetos de Reassentamentos Rurais elaborados pelo CESTE ou por empresa por este contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO INTERFERIDA PELO AHE ESTREITO

3.1. Em conformidade com o Programa de Ações para Recomposição de Perdas e Relocação da População Rural e Urbana interferida pela implantação do AHE Estreito, constante do Projeto Básico Ambiental do empreendimento, aprovado pelo IBAMA, poderá o CESTE oferecer e poderão os Assentados Interferidos, em assim querendo, optar por outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, não previstas no presente instrumento e previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, devendo as PARTES respeitar a livre disposição de vontade dos Assentados Interferidos, e não obstruir a implementação desta opção.

3.2. Quando da opção pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.1 acima, o INCRA deverá firmar com os Assentados Interferidos optantes instrumento de distrato ao Contrato de Concessão de Uso firmado para sua inclusão no Programa de Reforma Agrária, sendo certo que o saldo devedor dos Assentados Interferidos optantes por essas outras formas de remanejamento junto ao INCRA será assumido pelo CESTE, desde que observados os valores limites de crédito instalação (R\$/família), conforme previsto e atualizado na Portaria INCRA 225, de 24 de setembro de 2007.

3.2.1. Em função do que dispõe o caput desta Cláusula 3.2, o INCRA deverá disponibilizar ao CESTE, em até 05 (cinco) dias contados da disponibilização pelo CESTE do Cadastro Socioeconômico das famílias integrantes dos Projetos de Assentamentos Rurais, cópia dos contratos de concessão de uso firmados com os Assentados Interferidos, bem como informações sobre as obrigações constantes dos contratos de concessão de uso que já tenham sido cumpridas, ainda que parcialmente, pelos Assentados Interferidos.

3.3. Para as parcelas dos Projetos de Assentamentos Rurais ocupadas por Assentados Interferidos que manifestem sua opção pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.1 acima, o CESTE indenizará ao INCRA o valor da terra nua e da infra-estrutura implantada pelo INCRA interferida pela implantação do AHE Estreito, conforme metodologia de avaliação elaborada pelo CESTE e já aprovada pelo INCRA. As PARTES reconhecem que

essa transação não impactará o cronograma de implantação do AHE Estreito, conforme disposto no item (ii) da Cláusula 1.1 deste Termo e conforme o declarado interesse público que norteia o empreendimento em referência.

3.4. Em função do disposto nesta Cláusula Terceira, as PARTES reconhecem que a opção pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.1 acima, afasta a incidência, para os Assentados Interferidos optantes, das disposições deste Termo referentes aos Projetos de Reassentamentos Rurais, em especial o disposto nas cláusulas 2.1.4, 2.1.5, 2.1.5, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.11 e as Cláusulas 2.1.14 a 2.1.21. Caso todos os Assentados Interferidos optem pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, conforme prevista acima, as cláusulas referentes aos Projetos de Reassentamentos Rurais perderão seu objeto e não serão aplicadas.

3.5. Para os Assentados Interferidos que optarem pelas outras formas de remanejamento adotadas pelo CESTE, previstas no Plano de Remanejamento da População do AHE Estreito, conforme cláusula 3.1 acima, o CESTE lhes possibilitará o recebimento de indenização referente às benfeitorias que não sejam de uso comunitário ou do Incra, cadastradas nas vistorias das parcelas realizadas pelo CESTE, considerando-se os laudos de vistoria e avaliação elaborados pelo CESTE.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4.1 A celebração do presente instrumento não impede a realização dos procedimentos de fiscalização pelas Autoridades Públicas, no cumprimento da legislação de regência.

4.2 As Partes poderão instituir comissão paritária para acompanhar a execução do previsto neste Termo.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS

5.1. O presente Termo poderá ser alterado pelas Partes, mediante celebração de instrumento aditivo.

5.2. O CESTE, mediante consulta e respectiva manifestação do INCRA, poderá rever as obrigações contidas na cláusula 2.1 deste Termo de Compromisso, em razão da eventual assunção de novas obrigações decorrentes de solicitações das famílias beneficiadas pelos Projetos de Reassentamentos Rurais.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente instrumento produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura e terá vigência até a efetiva conclusão das ações previstas no mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

7.1. Compete ao CESTE fazer publicar o extrato do presente Termo de Compromisso no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da sua celebração, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Distrito Federais para dirimir as controvérsias decorrentes do presente instrumento não solucionadas administrativamente, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, firmam o presente compromisso que contém 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília (DF), 04 de Setembro de 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 Presidente Rolf Hackbart

 José Renato Rodrigues Ponte
 Diretor Presidente

 Norma Pinto Villela
 Diretora de Socioeconomia

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE

Testemunhas:

 Nome: CELSO LISBOA DE LACERDA
 CPF: 557.340.089-72

 Nome: TÁBATA ANDRADE
 CPF: 335.234.891-20

ANEXO E - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO - PROJETO DE
REASSENTAMENTO FAZENDA MAJU - SÃO BENTO DO TOCANTINS /TO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS SR-26/TO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO – PROJETO DE REASSENTAMENTO
FAZ. MAJU – SÃO BENTO DO TOCANTINS – TO.

1 – Objetivo da Vistoria

Em atendimento à solicitação inscrita no **TELE-FAX/INCRA/DT/Nº 57/2010** de **16 de setembro de 2010**, para que se realizasse vistoria de acompanhamento das obras visando demonstrar as condições de regularidade no remanejamento das famílias a serem atingidas com o Aproveitamento Hidrelétrico - AHE de Estreito.

O objeto do presente relatório é a constatação da realização das obras necessárias ao remanejamento dos assentados para a **Fazenda MAJU II**, localizada no município de São Bento do Tocantins – TO. O referido imóvel foi adquirido pelo Consórcio Estreito Energia – CESTE **com escopo de reassentar as famílias do PA – Formosa**, localizado no município de Darcinópolis – TO que terão seus lotes inviabilizados com a formação do reservatório do AHE de Estreito.

A vistoria *in loco* da qual se extraiu o memorial fotográfico, foi realizada em **22 de setembro de 2010** pelo servidor **Harmísio Milhomem Fernandes**, lotado na Unidade Avançada de Araguatins – TO.

2 – Fundamentação Legal

Constituição Federal de 1988; Lei nº. 4.504 de 30/11/1964; Lei nº. 4.771 de 15/09/1965 e suas alterações; Lei nº. 8.629, de 05/02/1993 e suas alterações; Regimento Interno do INCRA e, Normas Internas do INCRA.

3 - Constatação da Realização das Obras

A constatação da realização das obras foi registrada por meio do memorial fotográfico abaixo.

Foto 1 – Vista frontal de unidade residencial unifamiliar com galpão.

Foto 2 – Vista lateral de unidade residencial unifamiliar com galpão.

Foto 3 – Outra vista com acesso rodoviário até a casa.

Foto 4 – Vista lateral de outra unidade residencial unifamiliar.

Foto 5 – Outra vista frontal da unidade erigida no lote designado como 26, reservatório de água à esquerda.

Foto 6 – Vista frontal com reservatório de água e padrão para energia elétrica à direita.

Foto 7 – Vista dos fundos com destaque para possíveis unidades de saneamento.

Foto 8 – Vista de estrada de acesso aos lotes que se encontra concluída.

Foto 9 – Vista de ponte em estrada de acesso aos lotes.

Foto 10 – Vista de estrada de acesso aos lotes.

Foto 11 – Estrada de acesso aos lotes.

Foto 12 – Estrada de acesso aos lotes e rede de abastecimento de energia elétrica.

Foto 13 – Ponte em estrada de acesso aos lotes.

Foto 14 – Padrão para medição da energia elétrica a ser fornecida.

Foto 15 – Bueiro em estrada de acesso aos lotes.

4 – Especificidades do Diagnóstico

Considerando as circunstâncias nas quais as obras estão sendo realizadas, ou seja, **sem a participação ou manifestação, do INCRA ou dos assentados**, alguns aspectos devem ser considerados, quase sejam:

4.1. Os assentados no PA – Formosa que visitaram a área acima discriminada, informam que **algumas casas foram erigidas em locais sujeitos às inundações anuais**. Assim, o empreendedor deverá se responsabilizar pela relocação das benfeitorias erigidas assim que seu uso se torne inviável.

4.2. Os assentados também manifestam que a **grande proximidade entre algumas das unidades unifamiliares** erigidas inviabiliza a criação de animais domésticos (caninos e felinos) e a produção de animais de pequeno porte (aves, suínos, caprinos, ovinos), ainda, o que julgam pior, **compromete a privacidade da vida familiar**, o que certamente será pauta para desentendimentos. Sugere-se que o empreendedor se manifeste formalmente a respeito das soluções para este aspecto.

4.3. Observa-se que as **cercas limítrofes às parcelas não se encontram concluídas**. Sem os limites físicos entre parcelas a atividade agropecuária fica inviabilizada. Os assentados no PA – Formosa informam que prepostos do empreendedor já fizeram o levantamento das pessoas que criam gado bovino, entretanto, entende-se que a construção das cercas de limites às parcelas deve ser providenciada com urgência, anteriormente à ocupação do reassentamento, com objetivo de possibilitar sua pronta exploração.

4.4. O empreendedor executa obras com objetivo de reassentar 30 (trinta) famílias. Os assentados **reclamam o reassentamento de 32 (trinta e duas) famílias**. O INCRA por meio da Superintendência Regional no Tocantins (SR-26), manifestou em reunião com assentados e com o CESTE, no último dia 09 de agosto de 2010, na sede da Comissão Pastoral da Terra –

CPT em Araguaína – TO, o compromisso de pleitear junto ao empreendedor a inclusão de mais duas famílias. Neste sentido, manifesta:

- i. que a área adquirida comporta 32 (trinta e dois) lotes com áreas variando de 40 ha (quarenta hectares) a 50 ha (cinquenta hectares);
- ii. que uma das famílias constituída por um casal de pessoas já idosas, no qual o marido sofre de problemas de saúde, em decorrência de que depende dos vizinhos para exploração da parcela, bem como do socorro quando a debilidade da saúde se agrava, justificando o acompanhamento aos demais para a o reassentamento;
- iii. que uma outra família é extensa, mantida por uma senhora idosa que conta com o apoio dos vizinhos para exploração da sua parcela e para obtenção de provisão para sua família.

5 – Considerações Finais

Pelo acima exposto, **opina-se pela manifestação favorável à liberação da Licença referida no OFÍCIO Nº 195/2010 – CGENE/DILIC/IBAMA de 13 de setembro de 2010, após a solução dos aspectos aqui relacionados**, visto que se tratam dos efeitos dos impactos causados com o empreendimento supra referido.

Palmas –TO, 24 de setembro de 2010.

Luiz Amado Pereira Júnior
Engenheiro Agrônomo - INCRA
Mat. 1474575